



REP

REVISTA ÉTICA NA PESQUISA EM
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**A ÉTICA DO ENCONTRO: PESQUISA,
ORIENTAÇÃO E RESPONSABILIDADES
NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

VOLUME 1 | NÚMERO 2 | 2025



REP

REVISTA ÉTICA NA PESQUISA EM
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

VOLUME 1 | NÚMERO 2 | 2025



REP

REVISTA ÉTICA NA PESQUISA EM
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

VOLUME 1 | NÚMERO 2 | PÁGINA 93 - 215 | DEZEMBRO 2025



Comitê de Ética em Pesquisa
em Ciências Humanas e Sociais
Universidade de Brasília



EDITORAS/ES-CHEFES | EDITORS-IN-CHIEF | EDITORAS/ES EN JEFE

Érica Quinaglia Silva, Universidade de Brasília - Brasil
André Ribeiro da Silva, Universidade de Brasília - Brasil
Denise Bacellar Nunes, Universidade de Brasília - Brasil
José Marcelo Freitas de Luna, Universidade de Brasília - Brasil
Márcio Camargo Cunha Filho, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa - Brasil
Suely Sales Guimarães, Universidade de Brasília - Brasil

EDITORAS TRADUTORAS | TRANSLATOR-EDITORS | EDITORAS TRADUCTORAS

Laura Sofia Fontal Gironza, Universidad del Valle - Colômbia
Marília Calegari, Universidade Estadual de Campinas - Brasil

CONSELHO EDITORIAL | EDITORIAL BOARD | CONSEJO EDITORIAL

João Paulo Cunha de Menezes, Universidade de Brasília - Brasil
Louise Brandes Moura Ferreira, Universidade de Brasília - Brasil
Maria Ângela Guimarães Feitosa, Universidade de Brasília - Brasil
Maria de Nazareth Rodrigues Malcher de Oliveira Silva, Universidade de Brasília - Brasil
Raquel Lustosa da Costa Alves, Universidade de Brasília - Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO | SCIENTIFIC COUNCIL | CONSEJO CIENTÍFICO

Antonio Flavio Testa, Instituto Legislativo Brasileiro e Escola Superior de Administração - Brasil
César Abadía-Barrero, University of Connecticut - Estados Unidos
Claudia Lee Williams Fonseca, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil
Cristina Maria Pinto Albuquerque, Universidade de Coimbra - Portugal
Edebrande Cavalieri, Universidade Federal do Espírito Santo - Brasil
Eduardo Luis Tinant, Universidad Nacional de la Plata - Argentina
Eliene dos Santos Rodrigues Putira Sacuena, Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena - Brasil
Esther Jean Langdon, Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil
Fabio Costa Morais de Sá e Silva, University of Oklahoma - Estados Unidos
Henrique Pereira Neiva, Universidade da Beira Interior - Portugal
Jaqueline Gomes de Jesus, Instituto Federal do Rio de Janeiro - Brasil
Jaqueline Teresinha Ferreira, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil
Rosa Maria Sequeira Piedade, Universidade Aberta - Portugal
Rui Massato Harayama, Universidade Federal do Oeste do Pará - Brasil
Sônia Weidner Maluf, Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil
Soraya Resende Fleischer, Universidade de Brasília - Brasil
Waleska de Araújo Aureliano, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO | GRAPHIC DESIGN AND
TYPESETTING | DISEÑO GRÁFICO Y MAQUETACIÓN

Artur Arias Dutra (artdutra@gmail.com)

CAPA DESTA EDIÇÃO | COVER IMAGE | PORTADA DE ESTA EDICIÓN

“Social distance”, de Akiomi Kuroda (2023). Fonte: @dazz_magician

© Direitos de cópia/Copyright/Derechos de copia 2025 por/by/por Universidade de Brasília

Publicada em março de 2026 | Published in March 2026 | Publicado en Marzo de 2026

EDITORIAL

A Revista Ética na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (REP) é um periódico científico internacional com a missão de promover o debate, a construção do conhecimento e a veiculação de pesquisas científicas atinentes a questões éticas que perpassam as Ciências Humanas e Sociais.

A REP é uma revista vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) e ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília (UnB). Seu fluxo é contínuo. Todas as contribuições são revisadas por pares, na forma de revisão cega. A submissão deve ser feita pelo *site* da revista, hospedada no portal de periódicos da UnB, no endereço <https://periodicos.unb.br/index.php/EPOCHS>.

A revista possui cinco seções: artigos originais, resumos de teses e dissertações, resenhas de livros, entrevistas e ensaios fotográficos. Em cada uma delas, aceitamos trabalhos originais em português, inglês e espanhol.

As/os editoras/es-chefes são Érica Quinaglia Silva, professora da UnB e ex-coordenadora do CEP/CHS (2015-2021); André Ribeiro da Silva, professor da UnB e atual vice-coordenador do CEP/CHS; Denise Bacellar Nunes, servidora da UnB e membro do CEP/CHS; José Marcelo Freitas de Luna, professor da UnB e membro do CEP/CHS; Márcio Camargo Cunha Filho, professor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa (IDP) e ex-coordenador do CEP/CHS (2021-2024); e Suely Sales Guimarães, pesquisadora da UnB e membro do CEP/CHS.

Do conselho editorial, fazem parte as/os seguintes professoras/es da UnB e membros do CEP/CHS: João Paulo Cunha de Menezes, Maria Ângela Guimarães Feitosa, Louise Brandes Moura Ferreira, Maria de Nazareth Rodrigues Malcher de Oliveira Silva e Raquel Lustosa da Costa Alves. Marília Calegari e Laura Sofia Fontal Gironza compõem a equipe editorial como editoras tradutoras.

Do conselho científico, fazem parte Antonio Flavio Testa, professor do Instituto Legislativo Brasileiro e da Escola Superior de Administração; César Abadía-Barrero, professor da University of Connecticut; Claudia Lee Williams Fonseca, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Cristina Maria Pinto Albuquerque, professora da Universidade de Coimbra (UC); Edebrando Cavalieri, professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Eduardo Luis Tinant, professor da Universidad Nacional de la Plata (UNLP); Eliene dos Santos Rodrigues Putira Sacuena, diretora do Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena (DAPSI); Esther Jean Langdon, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Fabio Costa Moraes de Sá e Silva, professor da University of Oklahoma; Henrique Pereira Neiva, professor da Universidade da Beira Interior (UBI); Jaqueline Gomes de Jesus, professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ); Jaqueline Teresinha Ferreira, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Rosa Maria Sequeira Piedade, professora da Universidade Aberta (UAB); Rui Massato Harayama, professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Sônia Weidner Maluf, professora da UFSC; Soraya Resende Fleischer, professora da UnB; e Waleska de Araújo Aureliano, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). As/Os editoras/es-chefes agradecem a disponibilidade e a dedicação de toda a equipe da revista.

Este é o segundo número da revista, para o qual contamos com contribuições de autoras/es convidadas/os. Este número conta com três artigos: o primeiro intitulado “A ética na pesquisa nas ciências humanas e sociais para além dos protocolos: o intangível incerto e as formas de controle do futuro”, de autoria de Maria Izabel Souza Ribeiro e Lygia de Sousa Viégas, ambas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e Rui Massato Harayama, da UFOPA; o segundo intitulado “A ética como exercício dialógico nas pesquisas qualitativas”, de autoria de Ana Paula Müller de Andrade, da Universidade Estadual do Centro-Oeste; e o terceiro intitulado “Da limonada azeda ao potencial analítico: a censura da burocracia e a virada metodológica na antropologia do fazer etnográfico”, de autoria de Beatriz Figueiredo Levy, da Universidade Federal do Pará. Ademais, há uma entrevista intitulada “‘Olhar para o passado espreitando o futuro’: uma conversa sobre relações de orientação acadêmica”, concedida por Érica Quinaglia Silva, da UnB, a Ivia Maksud, da Fundação Oswaldo Cruz.

Todos os textos – artigos e entrevista – convergem na crítica à concepção segundo a qual a ética em pesquisa se esgota no cumprimento dos protocolos e procedimentos exigidos pelo Sistema CEP/CONEP. Ao contrário, a ética é compreendida como processual, relacional e situada, construída no decorrer das pesquisas e também nas relações de orientação que sustentam a formação e a prática acadêmica. Nessa perspectiva, a ética é pensada a partir dos vínculos estabelecidos, dos afetos mobilizados, de eventuais assimetrias de poder que atravessam tanto os encontros de pesquisa quanto os processos formativos, e das responsabilidades que emergem dessas relações. Essas reflexões evidenciam que os métodos mobilizados não são neutros e que os contextos não são dados nem exteriores ao conhecimento produzido, mas tornam-se, eles próprios, objetos de análise. Ao problematizar as condições de produção do conhecimento – seja no trabalho de campo, seja nos espaços de orientação, marcados por hierarquias, mas igualmente abertos à interlocução –, o conjunto dos textos que compõe este número da REP reafirma o caráter localizado dos saberes, a responsabilidade das/dos pesquisadoras/es diante do outro e das implicações de suas pesquisas, bem como a indissociabilidade entre ética e reflexividade.

Finalmente, contamos neste número com 13 resumos de dissertações e teses. Trata-se de trabalhos selecionados por uma comissão interna do PPGDH como os melhores desenvolvidos no âmbito do programa no quadriênio 2022–2025 para concorrer à Premiação da Melhor Dissertação e Tese em Direitos Humanos no III Congresso Internacional de Direitos Humanos, Cidadania e Democracia, realizado entre 26 e 28 de novembro de 2025 na UnB.

É com prazer que compartilhamos com leitoras/es brasileiras/os e internacionais este segundo número da REP. Desejamos a todas/os ótimas leituras e reflexões!

Érica Quinaglia Silva, André Ribeiro da Silva, Denise Bacellar Nunes,
José Marcelo Freitas de Luna, Márcio Camargo Cunha Filho e Suely Sales Guimarães

| Editoras/es-chefe da REP |

EDITORIAL

The Journal of Ethics in Research in Human and Social Sciences (REP) is an international scientific journal with the mission of promoting debate, constructing knowledge and disseminating scientific research related to ethical issues that intersect with the Human and Social Sciences.

REP is a journal associated with the Postgraduate Program in Human Rights and Citizenship (PPGDH) and the Research Ethics Committee in Human and Social Sciences (CEP/CHS) at the University of Brasília (UnB). It operates on a rolling submission basis. All contributions are peer-reviewed through a double-blind review process. Submissions must be made through the journal's website, hosted on the UnB journals portal, at <https://periodicos.unb.br/index.php/EPCHS>.

The journal features five sections: original articles, thesis and dissertation abstracts, book reviews, interviews, and photo essays. In each of these, we accept original works in Portuguese, English and Spanish.

The editors-in-chief are Érica Quinaglia Silva, professor at UnB and former coordinator of CEP/CHS (2015-2021); André Ribeiro da Silva, professor at UnB and current vice-coordinator of CEP/CHS; Denise Bacellar Nunes, server at UnB and member of CEP/CHS; José Marcelo Freitas de Luna, professor at UnB and member of CEP/CHS; Márcio Camargo Cunha Filho, professor at the Brazilian Institute of Development, Education and Research (IDP) and former coordinator of CEP/CHS (2021-2024); and Suely Sales Guimarães, researcher at UnB and member of CEP/CHS.

The editorial board includes the following UnB professors and CEP/CHS members: João Paulo Cunha de Menezes, Maria Ângela Guimarães Feitosa, Louise Brandes Moura Ferreira, Maria de Nazareth Rodrigues Malcher de Oliveira Silva e Raquel Lustosa da Costa Alves. Marília Calegari and Laura Sofia Fontal Gironza are part of the editorial team as translator-editors.

The scientific council includes: Antonio Flavio Testa, professor at the Brazilian Legislative Institute and the Higher School of Administration; César Abadía-Barrero, professor at the University of Connecticut; Claudia Lee Williams Fonseca, professor at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS); Cristina Maria Pinto Albuquerque, professor at the University of Coimbra (UC); Edebrando Cavalieri, professor at the Federal University of Espírito Santo (UFES); Eduardo Luis Tinant, professor at the National University of La Plata (UNLP); Eliene dos Santos Rodrigues Putira Sacuena, director of the Department of Primary Health Care for Indigenous Peoples (DAPSI); Esther Jean Langdon, professor at the Federal University of Santa Catarina (UFSC); Fabio Costa Morais de Sá e Silva, professor at the University of Oklahoma; Henrique Pereira Neiva, professor at the University of Beira Interior (UBI); Jaqueline Gomes de Jesus, professor at the Federal Institute of Rio de Janeiro (IFRJ); Jaqueline Teresinha Ferreira, professor at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ); Rosa Maria Sequeira Piedade, professor at the Open University (UAB); Rui Massato Harayama, professor at the Federal University of Western Pará (UFOPA); Sônia Weidner Maluf, professor at UFSC; Soraya Resende Fleischer, professor at

UnB; and Waleska de Araújo Aureliano, professor at the State University of Rio de Janeiro (UERJ). The editors-in-chief express their gratitude for the availability and dedication of the entire journal team.

This is the second issue of the journal, featuring contributions from invited authors. This issue includes three articles: the first, entitled “Research Ethics in the Human and Social Sciences Beyond Protocols: The Uncertain Intangible and the Forms of Control over the Future”, authored by Maria Izabel Souza Ribeiro and Lygia de Sousa Viégas, both from the Federal University of Bahia (UFBA), and Rui Massato Harayama, from UFOPA; the second, entitled “Ethics as a Dialogical Exercise in Qualitative Research”, authored by Ana Paula Müller de Andrade, from the State University of the Center-Western Paraná; and the third, entitled “From Sour Lemonade to Analytical Potential: Bureaucratic Censorship and the Methodological Turn in the Anthropology of Ethnographic Practice”, authored by Beatriz Figueiredo Levy, from the Federal University of Pará. In addition, this issue features an interview entitled “‘Looking at the Past While Peeking at the Future’: A Conversation on Academic Advising Relationships”, granted by Érica Quinaglia Silva, from UnB, to Ivia Maksud, from the Oswaldo Cruz Foundation.

All the texts – articles and the interview – converge in their critique of the conception according to which research ethics is limited to compliance with the protocols and procedures required by the CEP/ CONEP System. On the contrary, ethics is understood as processual, relational, and situated, constructed throughout the research process and also within the supervisory relationships that sustain academic education and practice. From this perspective, ethics is conceived in terms of the bonds established, the emotions mobilized, the potential power asymmetries that permeate both research encounters and formative processes, and the responsibilities that emerge from these relationships. These reflections highlight that the methods employed are not neutral and that the contexts are neither predetermined nor external to the knowledge produced; rather, they themselves become objects of analysis. By problematizing the conditions which knowledge is produced – whether in the fieldwork or within supervisory settings marked by hierarchies yet equally open to interlocution – the collection of texts in this issue of REP reaffirms the situated character of knowledge, researchers’ responsibility toward their subjects and the implications of their research, as well as the inseparability of ethics and reflexivity.

Finally, this issue includes 13 abstracts of theses and dissertations. These works were selected by an internal committee of the PPGDH as the best developed within the program during the 2022–2025 quadrennium to compete for the Best Dissertation and Thesis Award in Human Rights at the III International Congress on Human Rights, Citizenship and Democracy, held from November 26 to 28, 2025, at UnB.

It is with great pleasure that we share this second issue of REP with Brazilian and international readers. We wish everyone insightful readings and reflections!

Érica Quinaglia Silva, André Ribeiro da Silva, Denise Bacellar Nunes,
José Marcelo Freitas de Luna, Márcio Camargo Cunha Filho e Suely Sales Guimarães
| REP Editors-in-Chief |

EDITORIAL

La Revista Ética en Investigación en Ciencias Humanas y Sociales (REP) es una revista científica internacional con la misión de promover el debate, la construcción de conocimiento y la difusión de la investigación científica relacionada con cuestiones éticas que permean las Ciencias Humanas y Sociales.

REP es una revista vinculada al Programa de Posgrado en Derechos Humanos y Ciudadanía (PPGDH) y al Comité de Ética en Investigación en Ciencias Humanas y Sociales (CEP/CHS) de la Universidad de Brasilia (UnB). Tiene un flujo de trabajo continuo. Todas las contribuciones se someten a revisión por pares, mediante un sistema de revisión ciega. Los envíos deben realizarse por medio del sitio web de la revista, alojado en el portal de revistas de la UnB, en <https://periodicos.unb.br/index.php/EPCHS>.

La revista cuenta con cinco secciones: artículos originales, resúmenes de tesis y disertaciones, reseñas de libros, entrevistas y ensayos fotográficos. Se aceptan trabajos originales en portugués, inglés y español para cada una de las secciones.

Las/Los editoras/es en jefe son Érica Quinaglia Silva, profesora de la UnB y ex coordinadora del CEP/CHS (2015-2021); André Ribeiro da Silva, profesor de la UnB y actual vice coordinador del CEP/CHS; Denise Bacellar Nunes, funcionaria de la UnB y miembro del CEP/CHS; José Marcelo Freitas de Luna, profesor de la UnB y miembro del CEP/CHS; Márcio Camargo Cunha Filho, profesor del Instituto Brasileño de Desarrollo, Enseñanza e Investigación (IDP) y ex coordinador del CEP/CHS (2021-2024) y Suely Sales Guimarães, investigadora de la UnB y miembro del CEP/CHS.

El consejo editorial incluye a las/los siguientes profesoras/es de la UnB y miembros del CEP/CHS: João Paulo Cunha de Menezes, Maria Ângela Guimarães Feitosa, Louise Brandes Moura Ferreira, Maria de Nazareth Rodrigues Malcher de Oliveira Silva y Raquel Lustosa da Costa Alves. Marília Calegari y Laura Sofía Fontal Gironza integran el equipo editorial como editoras traductoras.

El consejo científico está integrado por Antonio Flavio Testa, profesor del Instituto Legislativo Brasileño y de la Escuela Superior de Administración; César Abadía-Barrero, profesor de la Universidad de Connecticut; Claudia Lee Williams Fonseca, profesora de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS); Cristina María Pinto Albuquerque, profesora de la Universidad de Coimbra (UC); Edebrande Cavallieri, profesora de la Universidad Federal de Espírito Santo (UFES); Eduardo Luis Tinant, profesor de la Universidad Nacional de La Plata (UNLP); Eliene dos Santos Rodrigues Putira Sacuena, directora del Departamento de Atención Primaria a la Salud de los Pueblos Indígenas (DAPSI); Esther Jean Langdon, profesora de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC); Fabio Costa Moraes de Sá e Silva, profesor de la Universidad de Oklahoma; Henrique Pereira Neiva, profesor de la Universidad de Beira Interior (UBI); Jaqueline Gomes de Jesus, profesora del Instituto Federal de Río de Janeiro (IFRJ); Jaqueline Teresinha Ferreira, profesora de la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ); Rosa María Sequeira Piedade, profesora de la Universidad Abierta (UAB); Rui Massato Harayama, profesor de la Universidad Federal del Oeste de Pará (UFOPA); Sônia Weidner Maluf, profesora de la UFSC; Soraya Resende Fleischer, profesora de la UnB; y Waleska de

Araújo Aureliano, profesora de la Universidad Estadual de Río de Janeiro (UERJ). Las/Los editoras/es en jefe agradecen a todo el equipo de la revista su disponibilidad y dedicación.

Este es el segundo número de la revista, para el cual contamos con las contribuciones de autoras/es invitadas/os. Tres artículos son los que componen el presente número: el primero se titula “La ética en la investigación en las ciencias humanas y sociales más allá de los protocolos: lo intangible incierto y las formas de control del futuro”, de autoría de Maria Izabel Souza Ribeiro y Lygia de Sousa Viégas, ambas de la Universidad Federal de Bahía (UFBA), y Rui Massato Harayama, de la UFOPA. El segundo artículo, titulado “La ética como ejercicio dialógico en las investigaciones cualitativas”, es de autoría de Ana Paula Müller de Andrade, de la Universidad Estatal del Centro-Oeste; y el tercero que se titula “De la limonada agria al potencial analítico: la censura de la burocracia y el giro metodológico en la antropología del quehacer etnográfico”, de autoría de Beatriz Figueiredo Levy, de la Universidad Federal de Pará. Además, el número incluye una entrevista titulada “‘Mirar al pasado espionando el futuro’: una conversación sobre las relaciones de orientación académica”, concedida por Érica Quinaglia Silva, de la UnB, a Ivía Maksud, de la Fundación Oswaldo Cruz.

Todos los textos – artículos y entrevista – convergen en la crítica a una concepción que dicta que la ética en la investigación se agota en el cumplimiento de los protocolos y procedimientos exigidos por el Sistema CEP/CONEP. Por el contrario, la ética es comprendida aquí como procesual, relacional y situada, creada en el transcurso de las investigaciones y también en las relaciones de orientación que sostienen la formación y la práctica académica. Desde esta perspectiva, la ética es concebida a partir de los vínculos establecidos, los afectos movilizados, las eventuales asimetrías de poder que atraviesan tanto los encuentros de investigación como los procesos formativos, y las responsabilidades que emergen de estas relaciones. Las reflexiones dejan en evidencia que los métodos movilizados no son neutrales y que los contextos no están dados ni son externos al conocimiento producido, sino que se convierten también en objetos de análisis. Al problematizar las condiciones de producción del conocimiento – ya sea en el trabajo de campo o en los espacios de orientación, marcados por jerarquías pero igualmente abiertos a la interlocución – el conjunto de textos que compone este número de la REP reafirma el carácter situado de los saberes, la responsabilidad de las/os investigadoras/es ante el otro y ante las implicaciones de sus investigaciones, así como la indisociable relación entre ética y reflexividad.

Finalmente, este número cuenta con 13 resúmenes de disertaciones de maestría y tesis doctorales. Son trabajos que fueron seleccionados por una comisión interna del PPGDH como los mejores desarrollados en el programa en el cuatrienio 2022–2025 para competir por el Premio a la Mejor Disertación y Tesis en Derechos Humanos en el III Congreso Internacional de Derechos Humanos, Ciudadanía y Democracia, realizado entre el 26 y el 28 de noviembre de 2025 en la UnB.

Es un placer compartir este segundo número de REP con lectoras/es brasileñas/os e internacionales. ¡Les deseamos a todas/os excelentes lecturas y reflexiones!

Érica Quinaglia Silva, André Ribeiro da Silva, Denise Bacellar Nunes,
José Marcelo Freitas de Luna, Márcio Camargo Cunha Filho e Suely Sales Guimarães
| Editoras/es en jefe de REP |

SUMÁRIO

ARTIGOS ORIGINAIS

A ética na pesquisa nas ciências humanas e sociais para além dos protocolos: o intangível incerto e as formas de controle do futuro Maria Izabel Souza Ribeiro, Lygia de Sousa Viégas e Rui Massato Harayama	107
--	-----

A ética como exercício dialógico nas pesquisas qualitativas Ana Paula Müller de Andrade	133
---	-----

Da limonada azeda ao potencial analítico: a censura da burocracia e a virada metodológica na antropologia do fazer etnográfico Beatriz Figueiredo Levy	147
--	-----

ENTREVISTA

“Olhar para o passado espreitando o futuro”: uma conversa sobre relações de orientação acadêmica Ivia Maksud	183
--	-----

RESUMOS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Regime de verdade judicial sobre os corpos negros Fernando Nascimento dos Santos	199
--	-----

Além dos muros: democratização do conhecimento e universidades federais brasileiras Jessica Louza Pereira	201
---	-----

Para além da instrução: por uma alfabetização autoral que rompa com a alfabetização domesticadora na garantia do direito humano à educação Luciana Nogueira da Silva	203
--	-----

Disputas entre projetos na política de assistência social no Brasil: um estudo nos espaços participativos nacionais entre 2016 e 2022 Maria Cristina Abreu Martins de Lima	204
--	-----

Silêncio perpétuo? Anistia e transição política no Brasil (República Velha e Era Vargas) Mauro Almeida Noleto	206
---	-----

Benedita da Silva: caminhos de uma mulher negra e favelada na luta por direitos humanos no Brasil Rayane Cristina de Andrade Gomes	208
--	-----

Descolonizando e rondando o direito desde a América Latina: experiências com as rondas campesinas no Peru e as rondas comunales no México Shyrley Tatiana Peña Aymara	209
---	-----

“O mar não tem patrão”: controle social e criminalização no território quilombola das águas (Graciosa/BA) Andréa Souza Bomfim	210
---	-----

Educação em e para os direitos humanos: a construção da cidadania a partir do método controversial de Abraham Magendzo Daniele Silva da Silva Gonzalez	211
--	-----

Direito à alimentação em pretuguês: a práxis das coordenadoras do MTST nas cozinhas solidárias do Distrito Federal Ingrid Gomes Martins	212
---	-----

Decidindo sobre as “outras” em audiências de custódia: o perfil das custodiadas e dos atores e atrizes judiciais na Bahia Lorena Pacheco Brandão	213
--	-----

Deslocamentos simbólicos: as narrativas (auto)biográficas e as marcas do processo de (in)visibilidade dos sujeitos em movimento Marisa Guimarães Leite	214
--	-----

“Perifa” chegou: o funk como recurso de empoderamento e transformação da realidade para mulheres negras no DF Thayane Gabriele Oliveira Lima	215
--	-----



ARTIGOS ORIGINAIS

A ética na pesquisa nas ciências humanas e sociais para além dos protocolos: o intangível incerto e as formas de controle do futuro

Beyond ethics protocols in the Humanities and Social Sciences Research: the intangible uncertainty and ways of controlling the future

La ética en la investigación en Ciencias Humanas y Sociales, más allá de los protocolos: lo intangible incierto y las formas de control del futuro



Maria Izabel Souza Ribeiro



Membro efetivo do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Professora, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil



Lygia de Sousa Viégas



Membro efetivo do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Professora, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil



Rui Massato Harayama



Membro efetivo do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Professor, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará, Brasil

RESUMO

O presente artigo propõe reflexões sobre a construção do cuidado ético na realização de pesquisas em ciências humanas e sociais, pensando “para além dos protocolos” – expressão que busca tensionar a redução da ética na pesquisa ao preenchimento adequado de protocolos, documentos e exigências da Plataforma Brasil. Em formato ensaístico, as reflexões aqui tecidas partem de nossas trajetórias acadêmicas e militantes, enquanto pesquisadores/as, orientadores/as e avaliadores/as de projetos e pesquisas, bem como de nosso trânsito em Comitês de Ética em Pesquisa, tendo como eixo fundante o enfrentamento aos processos de medicalização da vida, que representam um risco ao fazer científico. Iniciamos este ensaio recuperando, de maneira sintética, alguns aspectos da história da avaliação ética em pesquisa, com destaque para o caso brasileiro, situando algumas contendas nesse campo. Em seguida, voltamo-nos para o ato de pesquisar em sua artesanaria, partilhando alguns elementos que consideramos indispensáveis à construção de pesquisas que respeitem a dignidade das pessoas envolvidas, desde o planejamento até a escrita de relatórios e outras publicações. A expectativa é que as provocações aqui lançadas possam ressoar, acompanhando movimentos e reflexões de pessoas interessadas no debate.

Palavras-chave: Ética. Pesquisa com seres humanos. Ciências humanas e sociais. Comitê de Ética em Pesquisa.



ABSTRACT

This article proposes reflections on the construction of ethical care in conducting research in the human and social sciences, thinking “beyond protocols” – an expression that seeks to create tension in the research ethics reduction to the adequate fulfillment of protocols, documents and requirements in the Plataforma Brasil system. In an essay format, the reflections presented here come from our academic and activist trajectories as researchers, advisors and evaluators of projects and studies, as well as our experience within Research Ethics Committees; the foundational axis is the confrontation with the processes of medicalization of life, which pose a risk to science practice. We begin this essay by briefly revisiting some aspects of the history of ethical evaluation in research, with an emphasis on the Brazilian context, highlighting some disputes within this field. Next, we turn to the act of research in its craftsmanship, sharing some elements that we consider essential for the construction of research that respects the dignity of the people involved, from planning to the writing reports and other publications. We aim that the provocations raised here may resonate, accompanying the movements and reflections of individuals interested in the debate.

Keywords: Ethics. Research with human beings. Human and Social Sciences. Research Ethics Committee.

RESUMEN

Este artículo propone reflexiones sobre la construcción del cuidado ético en la investigación en ciencias humanas y sociales, pensando “más allá de los protocolos”, una expresión que cuestiona que la ética en la investigación sea reducida al diligenciamiento adecuado de los protocolos, documentos y requisitos de la Plataforma Brasil. En formato de ensayo, las reflexiones aquí tejidas provienen de nuestras trayectorias académicas y activistas, como investigadoras/es, asesoras/es y evaluadoras/es de proyectos e investigaciones, así como de nuestra participación en Comités de Ética en la Investigación, teniendo como eje fundamental la confrontación con los procesos de medicalización de la vida que representan un riesgo para el quehacer científico. En este ensayo, comenzamos recuperando sintéticamente algunos aspectos de la historia de la evaluación ética en investigación, con énfasis en el caso brasileño, y situando algunas disputas en este campo. Posteriormente, abordamos el acto de investigar en su artesanía, compartiendo algunos elementos que consideramos esenciales para la construcción de una investigación que respete la dignidad de las personas involucradas, desde la planificación hasta la redacción de informes y otras publicaciones. La expectativa es que las provocaciones aquí presentadas puedan resonar, siguiendo los movimientos y reflexiones de las personas interesadas en el debate.

Palabras clave: Ética. Investigación con seres humanos. Ciencias humanas y sociales. Comité de Ética en la Investigación.

Ribeiro, M. I. S., Viégas, L. de S., & Harayama, R. M. (2025). A ética na pesquisa nas ciências humanas e sociais para além dos protocolos: o intangível incerto e as formas de controle do futuro. *Revista Ética na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, 1(2), 107-132.

Autora de correspondência: Maria Izabel Souza Ribeiro (maria.ribeiro@ufba.br).



Introdução

O presente artigo propõe reflexões sobre a construção do cuidado ético na realização de pesquisas em ciências humanas e sociais, buscando pensar “para além dos protocolos”. Tal expressão tensiona a redução da ética na pesquisa ao preenchimento adequado de protocolos, documentos e exigências da Plataforma Brasil (CNS, s.d.a).

Desde a criação da Plataforma Brasil, em 2011, e mais especificamente desde a Resolução nº 510/2016 (Brasil, 2016), exigiu-se que, antes de serem realizadas, as pesquisas em ciências humanas e sociais que envolvam seres humanos devem ser submetidas a uma avaliação ética a ser realizada por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) devidamente acreditado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Esse procedimento envolve algumas etapas, que incluem acessar o sistema e preencher um protocolo padrão, no qual devem ser explicitados o desenho da pesquisa, os riscos e os benefícios para as pessoas participantes, bem como medidas de precaução e proteção a serem adotadas caso seja necessário minimizar riscos e desconfortos advindos da pesquisa. Além do projeto de pesquisa detalhado, é também obrigatório inserir os modelos de instrumentos que serão adotados (questionários, roteiros, formulários etc.), o orçamento e o cronograma detalhado, devendo ser respeitada a exigência de aguardar a aprovação do CEP para que seja iniciada a pesquisa.

É também obrigatório anexar vários termos, que devem ser assinados pela pessoa pesquisadora, pela orientadora e por pessoas responsáveis pelas instituições envolvidas, sendo exigido o carimbo institucional. São eles: termo de compromisso da pessoa pesquisadora; termo de confidencialidade; termo de anuência da pessoa orientadora; termo de autorização da instituição proponente; termo de autorização da instituição coparticipante, quando houver. Caso a pesquisa envolva populações indígenas ou quilombolas, é necessário apresentar o termo de anuência assinado pela pessoa responsável pela comunidade; no caso de ser realizada em territórios indígenas, deve ser incluída a autorização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). Havendo colheita de documentos em arquivos institucionais, há um termo de compromisso específico, bem como o termo de concessão, que deve ser assinado pela pessoa responsável por sua guarda. No caso de envolver ambiente virtual, exige-se conformidade às normativas publicadas no Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS (Brasil, 2021).

São especialmente relevantes, em razão do envolvimento de pessoas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), direcionado a adultos com autonomia, e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), voltado a pessoas menores de idade ou a adultos sem autonomia (sendo que o TALE deve necessariamente ser acompanhado do TCLE do adulto responsável), os quais devem atender a uma série de exigências na forma (há regras sobre o cabeçalho, a paginação, rubricas e assinaturas) e no conteúdo: o documento deve explicar os objetivos da pesquisa, a relevância da participação da



pessoa convidada, os procedimentos a serem adotados e a duração estimada dos procedimentos e da pesquisa; deve, ainda, informar como será o uso de imagem ou voz, em caso de gravação, e como será o armazenamento e o trato das informações. Além disso, deve explicitar os riscos e os benefícios da participação na pesquisa, os cuidados que serão adotados para evitar os riscos (como a garantia de sigilo e confidencialidade), bem como fornecer informações sobre o direito a reparação e indenização em caso de danos. Por fim, deve indicar os contatos da pessoa pesquisadora e do sistema CEP/CONEP¹.

Sem dispensar a relevância de parte de tais documentos, pelo que eles significam, o que temos visto em nosso transitar pelo universo da pesquisa acadêmica é que sua produção parece nos “devorar”. Os modelos são geralmente disponibilizados nos *sites* dos vários CEP. A experiência mais comum é pesquisadores/as baixarem os *templates*, preencherem os vazados e correrem atrás de assinaturas e carimbos institucionais, mas não sem passar por um ou mais “óbices éticos”, por apresentá-los sem atender a todas as exigências. Pela própria dinâmica do sistema, é usual que a ideia de avaliação ética seja entendida pelas pessoas pesquisadoras como atraso, as diligências no processo como empecilho e a aprovação do CEP como garantia de que a ética está assegurada no estudo, o que tende a abafar crises ou dilemas ao longo do processo.

Na outra ponta, não é estranho que a apreciação ética dos projetos propostos tenda a se reduzir à verificação, ao modo burocrático-cartorial, de que os documentos protocolados atendem aos padrões e modelos exigidos, resultando na emissão de pareceres também protocolares, que importam às pessoas pesquisadoras menos do que o *status* de “aprovado”, autorizando-as a realizar a pesquisa e publicar seus resultados em revistas indexadas. Não surpreende que, sendo uma avaliação essencialmente por pares – já que os CEP são compostos sobretudo por pessoas pesquisadoras –, a empatia habite as apreciações, por vezes invertendo o foco: saindo do cuidado com as pessoas participantes e se dirigindo ao autocuidado com as pesquisadoras. Como instituições que se supõem superiores, as universidades têm a tendência a considerar que está tudo bem no meio acadêmico – afinal, somos todes, por princípio, éticos/as. Desconsiderando a dialética do esclarecimento (Adorno & Horkheimer, 1986), as instituições seguem o fluxo, “tocando o baile”.

Na contramão dessa tendência, nossa construção enquanto pesquisadores/as, orientadores/as e avaliadores/as de projetos e pesquisas tem nos instigado a pensar mais a fundo a ética na

¹ Há ainda outros documentos, como a declaração de responsabilidade do patrocinador, no caso de pesquisas financiadas por outra via que não sejam as agências de fomento à pesquisa ou a adoção de financiamento próprio. As pesquisas que envolvam outros países requerem, ainda, documentos específicos: a lista dos países participantes, dos centros de pesquisa envolvidos e a aprovação por algum CEP dos países de origem ou justificativa de sua ausência.



pesquisa em ciências humanas e sociais, entendendo que considerar as exigências protocolares não deve produzir como efeito ser engolidos/as por elas. Como base, temos a consideração de que a pesquisa com pessoas é constituída por uma diversidade de elementos e dimensões, que envolvem desde a realidade concreta e seus territórios, espaços-tempo, até os modos de existência (de existir e resistir), incluindo aí as relações estabelecidas com as pessoas pesquisadoras, elas também atravessadas por diversos elementos e dimensões, o que nos remete à complexidade da vida humana e nos convoca à delicadeza.

Presentes em nossas trajetórias acadêmicas e militantes, tais reflexões têm sido partilhadas no Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, coletivo entranhado com a discussão da ética em pesquisas de modo ampliado, e não apenas no campo específico das ciências humanas e sociais. Fundado com o objetivo de articular o enfrentamento à aprovação de projetos de lei que visavam instituir o “direito ao diagnóstico” do suposto Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e da dislexia entre estudantes da rede pública de ensino, em diversos municípios e estados brasileiros (Harayama, 2021; Viégas, 2021)², o Fórum tem reunido pesquisadores/as e profissionais de vários campos (com destaque para medicina, psicologia, antropologia, farmácia, artes, pedagogia e outras licenciaturas).

Em sua atuação, o Fórum explicita uma série de furos em torno desses e de outros diagnósticos, que, ao fim e ao cabo, traduzem ideologicamente as consequências de políticas sociais precárias e precarizadas, apresentando-as como se fossem resultado de doenças e incapacidades individuais (Patto, 2022a, 2022b). Para além de culpabilizar as pessoas, tal inversão impregna seus desdobramentos com contornos violentos, como no caso das mais de sete mil pessoas esterilizadas nos Estados Unidos, entre os anos 1920 e 1970, por decisão judicial, a partir do baixo resultado obtido em testes psicométricos validados cientificamente (Gould, 2003).

A tradução medicalizante do sucateamento do estado de bem-estar social tem como fiel escudeira a produção de pesquisas (por vezes, realizadas por meio de financiamentos bilionários e com interesses escusos), dando continuidade à longa história de aliança entre ciência e política, sustentáculo da dominação. Movimentando o jogo, o Fórum busca, nesse embate, ser uma voz dissonante ao explicitar a intrínseca politização do tema em tela, negado por positivistas, biomédicos e neurocientistas, como se a política não compusesse seus discursos e técnicas, supostamente neutras e objetivas.

² Para conhecer mais o Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade, visitar o site <https://medicalizacao.org/> e as redes sociais.



Nossa implicação no debate também se comunga no nosso trânsito em Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), seja na condição de pesquisadores/as que investigam a realidade social, seja na condição de membros efetivos de CEP, seja na participação ativa na construção da Resolução nº 510/2016 junto ao sistema CEP/CONEP, ou ainda por ter o funcionamento de tais comitês como objeto de pesquisa (Harayama, 2011). A lida com o tema suscita trocas que nos instigam mutuamente.

As inquietações partilhadas sobre as várias delicadezas em torno do tema mobilizaram a organização de um debate público realizado ao final de 2024³, a partir do qual se desdobrou a redação deste ensaio. Aqui, entrelaçamos nossas experiências e reflexões sobre os caminhos possíveis e as implicações na construção dos cuidados éticos nas pesquisas em ciências humanas e sociais. Nessa conexão, inicialmente, recuperamos, de maneira sintética, alguns aspectos da história da avaliação ética em pesquisa, com destaque para o caso brasileiro, situando algumas contendas nesse campo. Após isso, voltamo-nos para o ato de pesquisar em sua artesanaria, partilhando alguns elementos que entendemos ser indispensáveis na construção de pesquisas que respeitem a dignidade das pessoas envolvidas, do planejamento até a escrita de relatórios e outras publicações resultantes da pesquisa. As provocações aqui lançadas são feitas entre nós e nossos grupos de pesquisa de forma constante, instigando nosso fazer enquanto pesquisadores/as. A expectativa é que elas possam alcançar movimentos e reflexões de pessoas interessadas no debate proposto.

Do hoje ao ontem, no horizonte o amanhã

A discussão sobre ética na pesquisa no Brasil, em grande medida, está centrada nos debates sobre o sistema CEP/CONEP. Instituído em 1996, no bojo do Ministério da Saúde (MS), ele busca analisar a ética de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos no país, com foco na segurança, na proteção e na garantia dos direitos dos participantes, tomando como crivo um conjunto de resoluções e normativas deliberadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Na aba da CONEP na página do CNS (s.d.b), está explícito que a ética na pesquisa envolve:

Respeitar o participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio da manifestação expressa, livre e esclarecida;
Ponderar entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
Garantir que danos previsíveis sejam evitados; e
Ter relevância social, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio humanitária.

³ Tal debate está disponível no canal do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (s.d.), no Youtube.



Desde o seu surgimento, o sistema CEP/CONEP tem sido alvo de críticas por parte de pesquisadores/as e/ou do setor de pesquisa aplicada, principalmente aquelas relacionadas aos Centros de Pesquisas Clínicas (*Clinical Research Organizations*). Esse elemento é importante para entender como se consolidou o modelo desse sistema no Brasil.

No início dos anos 1990, os Estados Unidos anunciaram a década do cérebro e também a flexibilização das normas da *Food and Drugs Administration* (FDA), que passaram a aceitar resultados de testes clínicos realizados fora do seu território, desde que os centros fossem acreditados por eles. Esse movimento animou o mundo todo, sobretudo o sul global e os países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que viram uma oportunidade de desenvolver seus parques industriais e fixar pesquisadores/as em seus territórios. Apesar de essa não ser toda a história do sistema, ela é importante para entender por que, em um país com tantas agências, leis e regulamentações que regem a pesquisa científica, o sistema CEP/CONEP “pegou”⁴.

A exigência de avaliação da ética em pesquisa por esse tipo de comitê representa uma evolução na noção de direitos humanos. Essas instâncias de controle da atividade científica foram desenvolvidas a partir de escândalos científicos denunciados no julgamento de Nuremberg, desenrolado no cenário nazista, e no constrangedor caso Tuskegee, financiado por agências de pesquisa dos Estados Unidos, o qual perdurou por décadas no território norte-americano, país que se autoproclama modelo de respeito à liberdade, com legislações sobre a proteção aos direitos individuais⁵. A partir do desvelamento de que uma série de violações de direitos humanos estava sendo autoprotégida sob o manto sagrado da neutralidade científica, sedimentou-se a percepção de que a pesquisa científica é muito importante para ser pensada e discutida unicamente por cientistas.

No caso do Brasil, o sistema CEP/CONEP foi implementado junto com a noção de controle social da saúde pública e do movimento sanitarista, que promoveu a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa associação gera uma questão fundante para o modelo brasileiro: assim como o conceito de saúde é abrangente e não se limita às questões relacionadas à doença e aos profissionais de saúde, a ética na pesquisa deve ser discutida a partir de elementos que não são restritos ou limitados à prática científica e aos cientistas. Ou seja, no contexto brasileiro, as questões de saúde e de ética em pesquisa não são restritas a

⁴ Para observar uma legislação que “não pegou”, citamos a implementação da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, à proteção e ao conhecimento tradicional associado, bem como sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, que somente é lembrada nos casos de contenda sobre biopirataria (Brasil, 2015).

⁵ Sobre os notórios casos, sugerimos os filmes “Nuremberg: as fitas perdidas” (Reph, 2022) e “Cobaias” (Sargent, 1997).



pesquisadores/as, profissionais e gestores/as, sendo, portanto, um assunto que deve ser debatido pela população como um todo (seja usuária de serviços de saúde, seja participante de pesquisa).

A ideia de que pessoas não cientistas ou não especialistas podem opinar sobre o formato e o objetivo das pesquisas é um tópico sensível para muitos/as pesquisadores/as. Em todas as áreas do conhecimento, é possível ver tensões protagonizadas por pessoas pesquisadoras, mas também por diversas associações científicas.

Outra contenda envolveu a pertinência de uma única resolução a ser aplicada tanto nas pesquisas em ciências biomédicas e da saúde quanto em ciências humanas e sociais que envolvem seres humanos. Tal debate alimentou a nomeação de um grupo de trabalho (GT), composto por representantes de 18 associações de diversas áreas das ciências humanas e sociais, cujo trabalho, realizado ao longo de inúmeras reuniões e debates entre 2013 e 2016, resultou na elaboração da Resolução nº 510/2016, a fim de atender às especificidades da ética na pesquisa em ciências humanas e sociais (Guerriero & Bosi, 2015).

Longe de ser recente, grande parte do debate sobre as especificidades das ciências sociais no início do século XX foi atravessada pela falsa dicotomia entre objetividade da pesquisa biomédica *versus* subjetividade da pesquisa em ciências humanas e sociais, o que remete, por sua vez, à antiga dicotomia entre pesquisas qualitativas *versus* pesquisas quantitativas.

Com o desenvolvimento da estatística, imaginava-se que pesquisas quantitativas fossem mais objetivas e, com isso, mais científicas. Esse argumento foi se solidificando à medida que os Estados-nação passaram a guardar e analisar os dados sobre sua população, como natalidade, longevidade e fertilidade, além de cruzar esses dados com informações socioeconômicas e de saúde. A estatística era um modelo preditivo mais objetivo do que outras formas de governo. Ao produzir grandes análises, o trabalho sintético possibilitou que se entendesse o mundo e se respondesse às perguntas de forma mais rápida, com a homogeneização das metodologias de análise, possibilitando, com isso, a replicação das pesquisas.

É em diálogo crítico com essa imagem de uma pesquisa tida como mais científica que se construíram as pesquisas qualitativas, as quais se baseiam na construção de sentidos simbólicos e contextualizados, produzindo resultados localizados a partir do pressuposto de interpretação das experiências e da realidade dos/das interlocutores/as. Com isso, consolidou-se a ideia de que existem pesquisas “objetivas” e pesquisas “subjetivas”.

Esse tipo de contenda sedimentou, dentro do sistema CEP/CONEP, a ideia de que as pesquisas em ciências humanas são feitas “com” seres humanos e, do outro lado, as pesquisas biomédicas são realizadas “em” seres humanos (Oliveira, 2004). Essa dicotomia em si é falsa, já que, com exceção



das pesquisas que lidam apenas com marcadores biológicos (como aquelas que analisam tecidos humanos previamente retirados, como no caso dos biobancos), as pesquisas são todas permeadas, parcial ou totalmente, por questões subjetivas e objetivas, lembrando que é o mundo da ciência que cria o que se entende por objetivo e subjetivo (Latour, 2000). Tomemos como exemplo algo bem objetivo, como analisar os resultados de um equipamento, como um cromatógrafo: isso nada mais é do que tornar real algo que não existia, que só existe porque foi inventado, e só funciona porque os resultados podem ser comparados com todos os resultados obtidos em diversos cromatógrafos ao redor do mundo.

Foi na fresta dessa falsa dicotomia que se passou a caracterizar que as pesquisas realizadas com questões “intangíveis” são menos perigosas do que as realizadas com questões “tangíveis”. Ou seja, passamos a reafirmar que sangue e material biológico são mais perigosos para as questões éticas do que histórias de vida e descrições das relações sociais. Tal visão de ciência, muitas vezes, parte de uma epistemologia cartesiana, que considera o tangível como fato e o intangível como sofisma. Afinal, o corpo biológico pode morrer a partir de uma pesquisa mal sucedida. Agora, é preciso pensar no que pode acontecer com o corpo social diante de uma pesquisa mal planejada ou executada. Queremos alertar para o perigo de considerar o intangível (caracterizado como social, cultural ou subjetivo) como algo de pouca gravidade ou de segunda ordem. Ora, há o risco de cavarmos formas de aprisionamento, naturalizando manifestações e expressividades humanas, atribuindo supostos diagnósticos às pessoas que não atendem aos padrões impostos como dominantes, ou mesmo apagando suas histórias, com diferentes diagnósticos, seguindo em direção ao silenciamento daquelas pessoas que resistem ao modelo colonial de saúde e normalidade (Fanon, 1968).

A força dessa dinâmica se faz ver na estabilização de uma tendência dominante: ao serem provocadas a pensar sobre como a pesquisa pode trilhar caminhos de campo ou de análise que impactam as pessoas participantes, tem sido cada vez mais comum que pesquisadores/as traduzam esses possíveis riscos e danos em termos psicológicos. Do cansaço ou da ansiedade ao “gatilho”, o foco é exclusivamente no psiquismo das pessoas participantes, como se a pessoa pesquisadora não tivesse subjetividade, como se não houvesse relação entre as pessoas pesquisadoras e as pesquisadas. A ideia naturalizada de que os riscos são estritamente psicológicos, por sua vez, desemboca na visão de que o melhor cuidado, em caso de dano, é encaminhar as pessoas para atendimento no campo psi, desimplicando o/a pesquisador/a e o contexto da pesquisa em relação aos seus impactos, o que poderia ser traduzido como “a pessoa que se trate, com nosso amparo, é claro!”.



A psicologização dos riscos éticos nas pesquisas em ciências humanas e sociais é um fenômeno que pode dialogar com a forte presença de associações e entidades de psicologia na construção da Resolução nº 510/2016⁶. Sua aceitação naturalizada, por sua vez, dialoga com uma realidade social dada à psicologização da vida e com uma leitura bastante simplista do que seja subjetividade na pesquisa, bem como do que seja cuidado.

Na contramão desse reducionismo, buscamos abrir caminhos para a reflexão crítica sobre a construção de pesquisas que envolvam pessoas, sedimentando coletivamente formas de cuidado ético que não sejam psicologizantes, mas nas quais a pessoa pesquisadora assuma responsabilidade afetiva/efetiva pelo efeito da pesquisa nas pessoas. Se a pesquisa tem riscos potenciais, é preciso protagonizar ativamente os cuidados, para evitá-los, e cuidar dos danos que porventura possa vir a causar, o que envolve olhar como cuidamos da construção de relações de confiança e amizade genuínas e não utilitaristas. Se a pesquisa produziu danos nas pessoas participantes, é preciso que o próprio estudo do tema responda por eles. Isso representa uma produção de conhecimento responsável, em que o método da pesquisa também é posto em análise.

Nesse sentido, é preciso não perder de vista que a pessoa pesquisadora se insere, se conecta e se locomove no tecido e no corpo social, não estando acima daquelas com quem se relaciona. Isso exige, do ponto de vista ético, afirmar o contexto da pesquisa como contexto de produção de “dados”. Por estar presente nessas relações, os “dados” estão, e não são. Por essa razão, preferimos nem mesmo chamar as informações coletadas de dados, reconhecendo que nada está dado e que se trata mesmo de uma construção.

Inserir a presença de quem produz os “dados” – a pessoa pesquisadora – nessa condição traz questões para o desenho da metodologia que precisam ser evidenciadas. Como se acessou o grupo? Como se chegou a esse território? O perigo da história única (Adichie, 2019) também se apresenta no perigo da pesquisa única, aquela que não tem uma pessoa cientista (pesquisadora em formação, com seus marcadores sociais e sua biografia).

A imagem de que pesquisadores/as são seres abstratos e invisíveis em sua pesquisa é, com certeza, o maior risco de estudos feitos nas ciências sociais. Afinal, se os “dados coletados” estão dentro de relações, as pesquisas precisam deixar explícito que eles estão na relação com quem os produz, pessoas concretas, com seus marcadores de gênero, raça, classe, território, fenótipos, história – tudo aquilo que normalmente reservamos para as conversas paralelas e que, na França,

⁶ Entre as 18 entidades que compuseram o GT, quatro eram associações no campo da psicologia, sendo esta a área de conhecimento mais representada. A lista completa das entidades representantes no GT pode ser acessada em ANPED (2024).



se denomina como “cozinha da pesquisa”. E se, em nossa construção da pesquisa, a cozinha como espaço de produção de conhecimento aparecesse?

Pelo caminho⁷

Pesquisando sobre o que é “pesquisar”, no “Minidicionário da Língua Portuguesa”, de Ferreira (1993, p. 420), encontramos: “v.t. 1. Buscar com diligência; inquirir. 2. Informar-se a respeito de. Int. 3. Fazer pesquisa”. Em todas as definições, estamos diante de uma ação, um fazer. E o que significa o ato de pesquisar? Em nossa compreensão, ele envolve quatro características que nos remetem à reflexão sobre a ética na pesquisa.

A primeira é que pesquisar é um ato intencional, que se concretiza na relação com o tema de investigação, com o campo de estudo e no encontro entre pessoas pesquisadoras e participantes. Por ser intencional, não é uma ação neutra nem desinteressada, mas sim constituída por princípios, concepções e referências, que implicam tomadas de decisão e escolhas – de onde parte, para onde vai? Daí a importância de anunciar a intencionalidade da pesquisa, posicionar os interesses e motivações do/a pesquisador/a, implicar sua narrativa.

A respeito da intencionalidade da pesquisa, destacamos outras três características, inspiradas no que Paulo Freire, na obra “Pedagogia da esperança”, pensa sobre o ensinar (Freire, 1997, p. 81): “Ensinar é um ato criador, um ato crítico e não mecânico”. Também a pesquisa deve ser um ato criador, crítico e não mecânico. A pesquisa não é uma mera aplicação ou replicação de técnicas prontas, procedimentos e instrumentos para a “coleta de dados” e sua posterior análise.

Tais princípios convocam a ir além do mero protocolar, realizado, muitas vezes, por chavões desconectados, abstratos e generalizados, desvelando a preocupação com o simples cumprimento da listagem de documentos exigidos para aprovação, conforme as normativas do sistema CEP/ CONEP. Essa provocação é um convite para pensar a pesquisa como própria ao mundo da cultura, que deve, portanto, despertar nossa imaginação (Vigotski, 2018).

A ética, então, pode ser uma forma de retomar o encantamento pelas nossas perguntas de pesquisa, e não simplesmente uma forma de esquadrihar nossos questionários e roteiros de observação a uma lógica do risco e a uma adequação a protocolos dessa classificação. Retomar o encantamento pelas nossas perguntas de pesquisa significa sonhar com o que queremos que aconteça, e esperamos que seja possível externar nossos sonhos, porque, a partir disso, se torna possível fazer esse pequeno exercício do controle do futuro (Ribeiro, 2019).

Quando queremos entrevistar vinte mulheres negras, moradoras ou professoras de bairros periféricos de certa cidade, é preciso sonhar como serão essas entrevistas, onde elas serão feitas,

⁷ Em referência à música homônima, de Roberto Barreto, Manoel Cordeiro e Pupilo (Barreto et al., 2024a).



se serão acompanhadas de café e biscoitos, se serão gravadas, se o gravador vai funcionar, se o barulho do biscoito vai interferir no áudio, se elas podem dar entrevistas, se elas só serão procuradas no momento da entrevista, se será criado um grupo virtual de comunicação, se haverá uma devolutiva nessa cidade, se é possível garantir uma sala para a gravação, se há ideias de como tratar o material, se há espaço para guardá-lo...

Pensemos essa ação intencional e o movimento da pesquisa como uma viagem, viva e dinâmica: imaginamos, planejamos, organizamos, escolhemos. Nessa etapa da viagem, por precaução, algumas questões comumente são feitas e muitas seguem sustentadas durante todo o percurso, incluindo a volta para casa: O quê? Com quem? Como? Onde? Quando? Qual é o contexto? O que pretendo? Por quê? Para quê? A serviço de quem? Quem sou eu enquanto pesquisador/a? Quais são meus referenciais? Quais são os compromissos sociais, políticos, históricos etc.? Quem são as pessoas participantes da pesquisa? Como as vejo e como me vejo na relação com elas? Quais parcerias fazer?

Para a viagem, arrumamos nossas bagagens (consideramos o tamanho, o peso, a forma, a textura, a cor), decidimos roteiros, o que vamos levar (ferramentas, acessórios, materiais essenciais etc.). Mas é só na aventura da viagem real que teremos a oportunidade de usar, não usar, abandonar, tirar, incluir, manter, modificar etc. o que levamos na bagagem – material e imaterial. Então, na viagem, não pode faltar abertura e disponibilidade para o que vier. “Não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar”⁸. É preciso, então, enraizar-se, tecer e trilhar caminhos a partir do movimento vivo da pesquisa. Esse movimento aproxima o fazer pesquisa a uma abertura como a do caminhante e do *flâneur* (Benjamin, 2006) e se distancia do modelo inquisitivo e do inquisidor, tensionado por Ginzburg (1991).

Um primeiro toque que a realidade dá em nosso planejamento vem justamente do encontro com gentes. Entram em cena os corpos e os desejos das pessoas participantes, que devem ser ouvidas sobre o que pensam acerca da pesquisa, de seu método e procedimentos, seus caminhos e escolhas, seu cronograma e demandas. Sabemos que as pessoas pesquisadas também investigam quem é o/a pesquisador/a e o que quer com seu projeto de pesquisa, e, portanto, podem pensar sobre esse fazer, os incômodos que ele produz e os riscos e benefícios que ele pode trazer. É preciso se abrir para a tessitura de relações, o que é um grande desafio para os dois lados – das pessoas pesquisadoras e das participantes. Como elementos basilares desse encontro, destacamos o olhar, a escuta, o diálogo e o cuidado. Essa relação cresce em qualidade quando a pesquisa é conversada, negociada, pensada conjuntamente, isso desde o acesso ao grupo, passando por cada um dos passos no campo, pela construção do material escrito e da narrativa implicada, ultrapassando a saída de cena, pois é preciso dar um retorno (individual e/ou coletivo) para as pessoas e a comunidade envolvidas,

⁸ Em referência à música “Timoneiro”, de Paulinho da Viola (Viola & Bello de Carvalho, 1996).



bem como explicitar as formas de exposição, publicização, divulgação e comunicação advindas da pesquisa. Tudo isso envolve o cuidado ético e o compromisso com as pessoas participantes.

Durante a viagem, surgem as encruzilhadas, caminhos que se desdobram em outros caminhos, que se abrem a outras vias. Muitas escolhas a fazer, que caminhos percorrer, que trilhas seguir, o que deixar para a próxima viagem ou para outro viajante. Essas decisões são mais sólidas se tomadas no próprio processo de fazer a pesquisa, a partir das inúmeras perguntas que seguimos nos fazendo. Vale mais a pena passar vários dias no mesmo lugar e conhecê-lo mais a fundo ou é melhor passear por vários lugares diferentes, mesmo sem conhecer nenhum profundamente? Devo conversar com alguém que não tinha imaginado ou devo seguir o planejamento? Posso mudar a rota porque (ou)vi algo interessante vindo do lado de lá? Devo sempre ligar o GPS ou posso me perder?

Na viagem também fazemos diferentes registros. Alguns compartilhamos, outros são só nossos, de nossas memórias. Dos que vamos compartilhar, importa sempre cuidar de como as pessoas que fazem parte desses registros estão sendo tratadas. Por mais banal que pareça, é preciso afirmar com nitidez que escrever é reescrever. Nenhum texto fica pronto na primeira versão. É preciso escrever, ler, reescrever, reler, repetir o processo, ler em voz alta, ser lido por outras pessoas, reescrever de novo e quantas vezes for preciso. Longe de fazer retoques para filtrar a imagem, é preciso cuidar de ranhuras e caretas, vistas pela via não do julgamento, tão comum no meio acadêmico, mas da compreensão (Bourdieu, 1997; Patto, 2022c). Conversar com as pessoas participantes da pesquisa sobre o que vamos retratar, como vamos retratar, mostrar o retrato, tudo isso impõe desafios à pesquisa, mas dá a ela lastro. Ao modo da “Canção amiga”, de Carlos Drummond de Andrade, é preciso que a pessoa pesquisada se reconheça no texto, ainda que em suas feiuras e contradições. Diz ele:

Eu preparo uma canção
Em que minha mãe se reconheça
Todas as mães se reconheçam
E que fale como dois olhos
Caminho por uma rua
Que passa em muitos países
Se não me veem, eu vejo
E saúdo velhos amigos
Eu distribuo segredos
Como quem ama ou sorri
No jeito mais natural
Dois carinhos se procuram
Minha vida, nossas vidas
Formam um só diamante
Aprendi novas palavras



E tornei outras mais belas
Eu preparo uma canção
Que faça acordar os homens
E adormecer as crianças (Andrade, 1948).

Tudo isso envolve um aspecto essencial: construir uma viagem demanda abertura na agenda, que fica ainda mais exigente quanto mais aberta for a viagem. E ter agenda requer não só organização, mas disponibilidade real de tempo, em um contexto de sobrecarga de todos os lados. O cronograma da pesquisa é menos uma burocracia do que a organização do tempo para garantir sua realização concreta. E quanto mais premido for o tempo, tanto mais prensado o que a pesquisa vai conseguir alcançar. É preciso fazer escolhas.

A pesquisa, como vemos, é uma artesanaria, com perguntas imaginadas, mas com desfechos inimagináveis. E é importante sonhar e ter pesadelos com ela, para que se possa planejá-la. São nesses pequenos sonhos maus sonhados – chamados em nossos projetos de pesquisa de métodos e cronograma – que grande parte dos/das pesquisadores/as comete erros, infrações e gera ruídos.

E se for necessário conciliar a pesquisa com outro trabalho, pois a quantia de bolsas não é suficiente para todos e o valor pago não é o suficiente para viver? E se aquele orçamento com recursos próprios ficar menor, e o que deveria ser feito em uma semana em hotel precisar ser reduzido para dois dias, dormindo em ônibus, com entrevistas a serem feitas sem uma sala apropriada e sem disponibilidade de água? E se a pesquisa, planejada para ser feita em seis meses, precisar ser realizada em dois, tornando-se um sufoco para quem faz e para quem participa? Esses elementos, aparentemente banais, não afetam a qualidade da pesquisa? Como construir relações de fato de confiança num tempo acelerado de produção de pesquisa, cujos cronogramas são mais ditados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelas agências de fomento, por editais e programas do que pelo andar da própria pesquisa e de suas demandas? E sem a confiança, conquistada pela convivência não utilitarista, como acessar o que é mais profundo e delicado da experiência que queremos conhecer? O império dos prazos cada vez mais exíguos, determinado por critérios financeiros, tem pautado o ritmo do pensamento, o que leva a um convite pragmático para deixarmos as preocupações éticas para lá, por falta de tempo.

E se, na primeira entrevista, a pessoa se sentir desconfortável com as perguntas, falar com as outras participantes e todas desistirem de participar, o que fazer? Xingá-las? Falar com o secretário de educação? Elas não podem recusar uma pesquisa da universidade! Na contramão de ímpetus autoritários, Pereira Júnior (2025) ensina como esses cuidados são costurados no miúdo de uma pesquisa implicada. Pensando para além do protocolo, a



assinatura carimbada de um juiz, autorizando sua entrada no sistema socioeducativo para conhecer o cotidiano da escola situada em seu bojo, não virou carteirada para prescindir da conquista da adesão de cada pessoa participante, incluindo os adolescentes internados e sob a custódia do Estado. Os consentimentos, reiterados a cada encontro, para observar e entrevistar várias pessoas de diferentes posições institucionais, implicaram um conjunto de cuidados na forma como escrever sobre o que Pereira Júnior (2025) construiu na pesquisa feita em uma instituição tão violadora de direitos, garantindo, de fato, o sigilo de suas identidades pelo recurso a ficções testemunhadas. É preciso saber chegar, é preciso saber permanecer, é preciso saber sair.

Certamente, nossa bagagem já não é mais a mesma no chacoalhar da viagem. Todo o processo – o antes, o durante e o depois – a transforma: os caminhos e atalhos que percorremos; as escolhas e decisões diante das encruzilhadas, dos desafios, do imprevisível, do desconhecido; os cuidados com o clima e o tempo, com as pedras, buracos e florzinhas; os contatos e as delicadezas com as pessoas no contexto (parceiros de viagem, outros viajantes, estrangeiros, nativos, guias). A viagem da pesquisa mobiliza sensações, percepções, emoções, pensamentos, reflexões. Na e com a aventura de pesquisar, afetamos e somos afetados (Favret-Saada, 2005). Por isso, na volta da viagem, ainda ficamos um bom tempo sentindo a onda. A pesquisa enraizada no tempo, no espaço e na cultura, encarnada na realidade concreta, com suas contradições e múltiplas determinações, produz efeitos que alteram a consciência. E essa alteração deve ser um caminho sem volta, afinal, uma viagem densa deixa marcas.

Tudo pode acontecer⁹

Se ter o protocolo na Plataforma Brasil não é garantia de ética, o mesmo se pode afirmar de pesquisas que cuidam das pessoas participantes apenas no contexto do trabalho de campo e as esquecem quando voltam ao gabinete. Em uma primeira camada, tão óbvia quando desconsiderada, o tempo dedicado à análise do material construído pela pesquisa afeta sua qualidade. Sem recorrer à lógica limitante das inteligências artificiais, apostamos na ilógica lenta e curtida de nossos pensamentos, flutuações, afetos e divagações, desconcertos e revisões. De novo, isso só é possível de ser vivido de forma intensa e intensiva com tempo, aquele tão escasso quanto imperador da produção acadêmica.

Façamos um simples teste de olhar a imagem da Figura 1 em dois movimentos distintos: primeiro num rápido lance de olhos e depois, num olhar mais detido e demorado.

⁹ Em referência à música homônima, de Roberto Barreto, Manoel Cordeiro e Pupilo (Barreto et al., 2024b).



Figura 1. “Social distance”, de Akiomi Kuroda (2023). Fonte: dazd_magician (s.d.).



Nossa tendência, num lance de olhos, é ver pessoas, mas o que a imagem projeta de mais forte são as sombras. É preciso ter calma no olhar para sair dessa primeira camada, como o olho descansado que melhor enxerga as estrelas; aí, começam a aparecer diferenças: tem gente de camisa vermelha, de camisa amarela, de camisa branca; tem expressões de gênero masculinas e femininas; tem gente com bolsa, com pasta, gente de cabelo curto, cabelo longo, cabelo solto, cabelo preso. Ninguém encosta em ninguém, nem mesmo pelas sombras. Olhar com calma exige romper com a interpretação acelerada e rápida daquilo que não vemos, mas achamos que estamos vendo. O achatamento da diversidade num bloco homogêneo é típico de certas formas de pesquisar. Como provoca Ecléa Bosi, “o mundo é opaco para a consciência ingênua que se detém nas primeiras camadas do real” (Bosi, 1992, p. 116).

Adichie (2019) nos alerta para o “perigo da história única”, aquela que é escrita sobre o outro e se consolida e cristaliza como sendo “a verdade”, isto é, a única interpretação da realidade social. Em nossos resultados de pesquisa, na escrita, muitas vezes, tratamos como certo aquilo que antes era intangível e efêmero. Quando a nossa escrita se apresenta como verdade, sem nenhum ruído e incerteza, acabamos possibilitando a morte do corpo social porque aprisionamos o intangível em uma verdade, que chamamos de subjetividade, cultura ou sociedade.

Não sabemos nada sobre o continente africano, mas temos a certeza de que é formado por pessoas pobres porque até hoje nos lembramos da música “We are the world”, de Lionel Richie e Michael Jackson, que reuniu diversos artistas estadunidenses na grande campanha “USA for África”, em 1985. Em seu refrão, a música diz: “We are the world, we are the children / We are the ones who make a brighter day / So let’s start giving”¹⁰ (Jackson & Richie, 1985).

Em outras palavras, vamos doar para a África porque eles são pobres. Vamos fazer pesquisas com eles porque eles são pobres. Sejamos o jardineiro fiel (Le Carré, 2001).

Igualmente, não sabemos nada sobre os Yanomami, mas sabemos que são indígenas guerreiros. E isso não vem de uma ideia transmitida pelos próprios indígenas, mas de Chagnon (1968), que escreveu um livro chamado “Yanomamö: the fierce people”, “o povo feroz”, descrevendo-os envoltos em lutas entre os homens, como guerreiros, acumulando esposas e filhos; para ele, essa característica feroz de homens seminus na floresta ajudava a explicar porque eram tão guerreiros, ideia que animou parte do mundo das ciências sociais porque projetou nos Yanomami os desejos dos que lutam contra o desenvolvimentismo e contra a sociedade ocidental.

¹⁰ “Nós somos o mundo, nós somos as crianças / Nós somos aqueles que fazem o dia ser mais brilhante / Então, vamos começar a doar” (em tradução livre).



Com outro olhar, no livro de Bruce Albert e Davi Kopenawa Yanomami sobre a história Yanomami, intitulado “A queda do céu” (Kopenawa & Albert, 2015), não existem pessoas ferozes, existem sonhos, mitos, práticas, desejos... conflitantes, nada coesos, e existem os não indígenas, os chefes de posto da FUNAI, os antropólogos, os missionários e os militares. Qual desses yanomami é de verdade? Aqui, conseguimos ver um aspecto que não é detalhe: em um o autor aparece.

Ao mesmo tempo, imaginar que somente brasileiros podem fazer pesquisas sobre o Brasil, ou somente indígenas sobre indígenas, baianos sobre a Bahia, e assim por diante, incorre em outro perigo: a ilusão de que as pesquisas científicas, sejam elas quais forem, acessam “a verdade”, mesmo quando trabalhando com questões intangíveis, como aspectos socioculturais. E pressupõe uma coesão pré-existente em grupos vulnerabilizados, novamente ao modo da história única. Os indígenas não são homogêneos, os quilombolas não são iguais. E o enunciado “nem todos são iguais” pode parecer simples afirmação da diversidade, mas é justamente onde reside o real perigo das pesquisas que tratam do intangível.

Lembrando seu caráter de intencionalidade, é importante considerar que a pesquisa, como fenômeno humano e social, não está descolada da realidade, não é abstrata, aleatória, descontextualizada, desconectada, isolada, a-histórica. O ato de pesquisar, desde a elaboração do projeto até a redação do texto final, resulta de relações dinâmicas e múltiplas determinações que se concretizam em um determinado tempo, espaço, território e campo de investigação, envolvendo pessoas concretas, que possuem concepções de ser humano, de sociedade e de produção de conhecimento.

O exercício da teorização, necessário à pesquisa, é resultado do trabalho de pessoas concretas. A teoria, conforme bell hooks (2013) não nos deixa esquecer, tanto pode assumir a função libertadora quanto pode ser utilizada como instrumental para criar hierarquias, dominação e manipulação, que silenciam. A feminista negra, leitora de Paulo Freire, aposta que, para ser crítica e reflexiva, a teoria não pode perder o elo com a prática, nem o compromisso com a transformação social.

Nesse ponto, convocamos Débora Maria da Silva, do Movimento Independente Mães de Maio, que, no V Seminário Internacional, intitulado “A educação medicalizada: existirmos, a que será que se destina?”, destacou a relação tóxica que a academia costuma produzir com os movimentos sociais e as pessoas vulnerabilizadas. Tendo seu filho assassinado pela Polícia Militar em 2006, no que ficou conhecido como Crimes de Maio, Débora investigou a fundo o que aconteceu com o seu filho e os filhos de tantas outras mães de periferia no Brasil, desencadeando pesquisas bastante concretas na direção de lutar por memória e reparação dos crimes contra os direitos humanos cometidos no presente, ou seja, que não se reduzem ao que ocorreu barbaramente no passado, como na ditadura civil-militar-empresarial que assolou o país entre os anos 1960 e 1980. Seu exemplo é potente desde a base. Débora rompe com o estereótipo raso de que, para ser pesquisador/a consagrado/a, é preciso ter título acadêmico. Mesmo sem nível superior, Débora é reconhecida como pesquisadora de antropologia



forense na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), pela expertise acumulada e rigor crítico no trato de um tema tão caro a ela. Contra as várias pesquisas que tentaram reduzi-la a objeto, Débora Silva se posiciona como “treta ingovernável”, não fazendo concessões:

Quando a gente vê a academia correr atrás de nós, mães, a gente pergunta para que servem as pesquisas acadêmicas. Para virar uma pasta empoeirada? Basta! Eu não quero ser mais uma pasta, nossos filhos não vão ser mais uma pasta (Silva, 2023, p. 64).

Situar a pesquisa no campo crítico implica buscar romper com formas de produzir conhecimento que mais somaram com a violência do que como a emancipação. É preciso, pois, não apenas construir uma ciência crítica do mundo, mas uma ciência que se modele pela autocrítica. Isso significa que, diante do conhecimento que nos é apresentado como neutro, objetivo, científico, é preciso recuperar sua história e seus vínculos. Tomando emprestadas as palavras de José de Souza Martins, é preciso “situar o conhecimento, ir à sua raiz, definir os seus compromissos sociais e históricos, localizar a perspectiva que o construiu, descobrir a maneira de pensar e interpretar a vida social da classe que apresenta esse conhecimento como universal” (Martins, 1978, p. 2).

Uma pesquisa que se enraíza no tempo, na vida, na cultura e na experiência social, do ponto de vista ético, é aquela cuja análise se situa de maneira implicada na compreensão do compromisso político, social e histórico que sustenta o seu pensar e fazer, o que ganha contornos específicos em um país como o nosso.

Cuidar eticamente de uma pesquisa no Brasil envolve necessariamente considerar as várias histórias que nos constituem. Somos um país marcado por processos de colonização e escravização brutais, por tantas opressões e violências direcionadas à parte da população, hierarquizada por sua pertença racial, étnica, de classe, gênero, sexualidade, território, por suas supostas (in)capacidades. Essa hierarquização produz e reproduz a desigualdade social e atravessa nossas pesquisas, queiramos ou não, podendo resultar em práticas neocoloniais e de sujeição.

Considerar as histórias de opressão não deve significar, por sua vez, esquecer que também somos um país marcado por histórias de resistência, construídas por tantas pessoas que vieram antes de nós e que, a partir de muita luta, abriram caminhos, brechas, rompendo e buscando superar as estruturas sociais que promovem dominação, opressão e violências. Tais histórias muitas vezes são invisibilizadas em pesquisas que não percebem as pessoas em suas complexidades, historicidades e singularidades, achatando suas imagens em representações estáticas, que mais parecem as sombras homogêneas das pessoas diversas.

Mais do que não parar na primeira camada do real, é preciso lembrar que toda fotografia congela movimentos. Os indígenas são ferozes, as crianças são desmotivadas, as professoras são resistentes. Para que(m) serve esse argumento? Machado (2023) nos ajuda a pensar sobre isso quando ressalta que nós, pesquisadores/as, temos a licença para estigmatizar e simplificar



em categorias únicas a experiência e as vivências de pessoas pesquisadas ou que sofrem nossas intervenções.

Contrariando a fixidez do retrato instantâneo, felizmente, a vida é movimento. A própria entrevista gravada pode provocar reflexões na pessoa entrevistada que a levam a pensar de outro jeito depois, mas o que se tem de registro é o que está gravado, ou seja, antes de ela se (re)pensar. Nesse sentido, propomos pensar, fazer e escrever a pesquisa como movimento vivo e dinâmico, entrelaçado com a realidade objetiva e suas condições concretas. Saindo do mosaico, marcado pela diversidade, mas em formato estático, buscamos o movimento do caleidoscópio. Buscando uma definição “científica”, encontramos:

O caleidoscópio é um dispositivo ótico em formato cilíndrico, feito de cartão ou metal, com um fundo de vidro opaco. O seu interior é repleto de fragmentos de vidro colorido e três espelhos inclinados em formato de triângulo. Assim, quando bate a luz exterior, e gira-se o tubo do instrumento, os reflexos dos espelhos formam desenhos simétricos únicos (Perilo, 2021).

Longe de ser meramente descritiva, esta forma de definir o caleidoscópio dialoga com sua realidade objetiva, mas também com um jeito de (d)escrever. Buscamos a mesma definição no Dicionário Houaiss, onde lemos:

Artefato óptico que consiste num pequeno tubo cilíndrico no fundo do qual há pequenos pedaços coloridos de vidro ou de outro material, cuja imagem é refletida por espelhos dispostos ao longo do tubo, de modo que, quando se movimenta o tubo ou esses pedaços, formam-se imagens coloridas múltiplas, em arranjos simétricos (Houaiss, 2009).

Na poética da escrita, chegamos, então, à descrição de caleidoscópio feita por Leal et al. (2021, p. 7):

Aparelho óptico formado por vários espelhos inclinados, que, a partir do reflexo da luz, nos premia com múltiplas possibilidades de figuras, imagens (as)simétricas, multicores, singulares e únicas! Etimologicamente, o termo deriva das palavras gregas *καλός* (kalos), “belo, bonito”, *εἶδος* (eidos), “imagem, figura”, e *ζοπέω* (scopeo), “olhar (para), observar”. O caleidoscópio é, portanto, um instrumento que nos permite “olhar surpreendentes configurações de imagens”.

Tal como as descrições, a pesquisa é sempre artesanal. O caleidoscópio interessa-nos por fazer viver a experiência de estar diante de um instrumento com peças fixas, que, em rotação, cria imagens únicas. O movimento muda a imagem, e nenhuma imagem se repete: a cada novo giro, a composição das mesmas peças produz algo inédito.

Abreu (2014, p. 17) recorre ao caleidoscópio para defender que “é necessário nos livrarmos das teias interpretativas e significantes que fixam nossos olhares a um determinado sentido”. No movimento do olhar caleidoscópico, as totalidades são provisórias e “mudam a cada golpe de mão”:



Em nosso percurso, o caleidoscópio agiu como produtor de uma estética na qual os pedaços de vidro unem-se de forma singular. A imagem caleidoscópica é única e não se repete. Com o caleidoscópio, buscamos escapar dos dualismos e das dicotomias para ir ao encontro com o que insiste e resiste, para além das marcações binárias que a tudo confere identidade, retrato, radiografia (Abreu, 2014, p. 17).

Nesse ponto, relembramos que, por vezes, o caleidoscópio é feito de cacos de vidro que não só produzem desenhos em movimento, mas “ruídos e cortes” (Harayama, 2021, p. 248). Nas palavras do autor, “nos colocamos enquanto emaranhados de cacos de vidro dentro de um caleidoscópio que insiste em imaginar outros futuros e outras falas, desnaturalizando o olhar e a palavra, desvendo o mundo, e alimentando o movimento do movimento social” (Harayama, 2021, p. 256).

Afeita aos cortes que devem ser feitos, Patto (2022c) tensiona a universidade, ao afirmar, no contexto de finalização de uma pesquisa de fôlego, realizada de forma coletiva e com recursos financeiros próprios, que

A miséria do mundo também atinge a universidade. De um lado, porque ela produz e veicula uma concepção de cientificidade que produz conhecimento ideológico; de outro, porque tem sido objeto de uma política educacional que a quer à imagem e semelhança da lógica empresarial (Patto, 2022c, pp. 608-609).

Havemos de incluir, nas condições de trabalho, não só as nítidas limitações objetivas impostas à nossa produção (por exemplo, aceleração, precarização, sobrecarga de trabalho, subfinanciamento, recursos inadequados e estímulo à competição entre pares pelos poucos recursos em editais), mas também, senão essencialmente, as nossas próprias contradições, afinal, nós, pesquisadores/as, somos fruto da própria sociedade e da universidade que queremos criticar. Nela, somos formados para nos supor neutres e superiores. E ficamos entre a crítica da universidade, a vaidade acadêmica e o ajustamento àquilo que ela exige para que consigamos sobreviver em seu bojo. Com certeza, existe a precarização da pesquisa no Brasil, mas aqui cabe fazer a pergunta inversa: de quem foi o sonho de fazer a pesquisa? Apostamos que não é (necessariamente) de quem participa dela. É na dureza de quem se vê nesse pesadelo real de um sonho mal sonhado que escrevemos nossos resultados. É intenso, e é para ser intenso.

Depois de tudo¹¹

Temos construído nosso fazer pesquisa de forma entranhada, como prática afetiva que envolve imersão e transformação. Nessa construção, temos contato com alguns recursos que animam a caminhada. Dentre eles, ressaltamos como essencial: não pressupor que somos, por princípio, pessoas éticas e, portanto, está tudo garantido; participar de trocas nas quais o trabalho da pesquisa seja apertado por pares impiedosos no trato ético das pesquisas (não apenas nas

¹¹ Em referência à música homônima, de Roberto Barreto, Manoel Cordeiro e Pupilo (Barreto et al., 2024c).



orientações individuais e coletivas, ou nas bancas de qualificação e defesa); conversar abertamente sobre a pesquisa com as pessoas participantes, pensando os cuidados éticos como desafio a ser construído conjuntamente; garantir às pessoas participantes o acesso a todo o processo, acolhendo e negociando possíveis mudanças e sugestões; fazer uso de estratégias criativas de escrita a fim de não expor as pessoas envolvidas; cuidar para não falar por, nem interpretar a fala de ninguém; cuidar para não achatar pessoas e situações em um olhar totalizante que apaga contradições (gesto que se beneficia bastante do recurso à interseccionalidade); cuidar de pontos sensíveis e inusitados, possíveis incômodos, desencontros e ruídos em todo o percurso.

Tudo isso envolve, como princípio fundamental, reconhecer a humanidade, a autonomia e os direitos das pessoas participantes para além das normativas e legislações, o que, por sua vez, inclui olhar as pessoas nas suas complexidades, e não pela lente simplificadora e estagnante que muitos modelos científicos impõem. Patto (2022d) ajuda a ajustar o foco, ao nos lembrar, inspirada em Fanon (1968) e Bosi (1992), que as pessoas sobre quem recaem os mecanismos mais perversos de opressão, como de resto todas as pessoas, não são nem totalmente lúcidas, nem totalmente alienadas, mas possuem o que ela chama de consciência dividida. Ainda nas palavras da autora, na já referenciada pesquisa sobre a cidadania negada:

Nem possuidor de boa consciência, nem carente dela, o dominado é refém dos ardis da alienação e portador de resistência. Ou seja, as representações do dominado são sempre ambíguas. O desafio está em ultrapassar, ouvindo atentamente as suas falas, a crença politicamente estratégica e cientificamente confirmada na “ignorância” ou no “não saber” da cultura popular. O universo da cultura é, portanto, plural, apesar dos mecanismos sociais cada vez mais poderosos que visam à massificação (Patto, 2022c, p. 607, ênfase adicionada).

O exercício, portanto, é aprender a “ouvir, nas frestas da adesão, a consciência social da perversidade da situação que lhes é imposta e a insistência do desejo de diminuir o fosso da falta historicamente aprofundado nas sociedades capitalistas industriais” (Patto, 2022c, p. 608). A vida e os discursos se fazem na “tensão de conformismo e resistência”, em “alguma recusa da padronização”, mesmo que de maneira sutil. É preciso aprender a ver e ouvir sutilezas.

Para terminar, inspirades pela leitura de Pompéia (2010), propomos um desfecho, no sentido de um processo que, ao mesmo tempo em que encerra, fecha, também abre, sendo necessariamente abertura. Como diz Nêgo Bispo (2024), “nós temos começo, meio e começo de novo”. Na poética da escrita, retomamos expressões lançadas aqui, convidando as pessoas pesquisadoras a se ligarem e se conectarem no movimento-viagem-caleidoscópio que é a pesquisa, sem perder a bagagem, mas modificando-a na caminhada, tendo raízes e, ao mesmo tempo, asas. Essa é uma das maiores implicações éticas de nossas pesquisas.



Referências

- Abreu, M. H. R. (2014). *Máquinas de ver/subjetivar em produção: uma mirada caleidoscópica do/no olhar docente* [Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Repositório da UFF. https://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/06/2014_t_M_Helena_Rego.pdf
- Adichie, C. N. (2019). *O perigo da história única*. Companhia das Letras.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1986). *Dialética do esclarecimento*. Jorge Zidane.
- Andrade, C. D. de. (2024). Canção amiga. In Autor, *José e novos poemas* (p. 51). Record.
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). (2024, 20 de abril). *Associações e sociedades representadas no GT de Ciências Sociais e Humanas*. <https://legado.anped.org.br/news/associacoes-e-sociedades-representadas-no-gt-de-ciencias-sociais-e-humanas>
- Barreto, R., Cordeiro, M., & Pupillo. (2024a). *Pelo caminho* [Gravação]. Spotify. <https://open.spotify.com/track/4JA3L5jFcHnNdHwvWcOBWx>
- Barreto, R., Cordeiro, M., & Pupillo. (2024b). *Tudo pode acontecer* [Gravação]. Spotify. <https://open.spotify.com/track/25ehfgml3v6uOQ1daZHhCH>
- Barreto, R., Cordeiro, M., & Pupillo. (2024c). *Depois de tudo* [Gravação]. Spotify. <https://open.spotify.com/track/1unTYfGyZRwPGryM8x6hF3>
- Benjamin, W. (2006). O flâneur. In Autor, *Passagens* (pp. 461-498). UFMG.
- Bispo, N. (2024, 09 de fevereiro). Começo, meio e começo [Entrevista]. *Revista Revestres*. <https://revistarevestres.com.br/entrevista/comeco-meio-e-comeco/>
- Bosi, E. (1992). Entre a opinião e o estereótipo. *Novos Estudos CEBRAP*, (32), 111-118.
- Bourdieu, P. (Coord.). (1997). *A miséria do mundo*. Vozes.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm
- Brasil. (2016). Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. *Diário Oficial da União*. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>



- Brasil. (2021). *Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021: orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual*. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/sobre-o-conselho/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/cep/projetos-de-acreditacao-de-cep/publicacoes/checagem-documental-e-analise-etica.xlsx>
- Chagnon, N. A. (1968). *Yanomamö: the fierce people*. Holt, Rinehart and Winston.
- Conselho Nacional de Saúde (CNS). (s.d.a). *Plataforma Brasil*. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/plataforma-brasil>
- Conselho Nacional de Saúde (CNS). (s.d.b). *Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)*. Governo Federal. <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/sobre-o-conselho/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep>
- dazz_magician. (s.d.). *Dazz Claps* [Perfil do Instagram]. https://www.instagram.com/dazz_magician
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da Terra*. Civilização Brasileira.
- Favret-Saada, J. (2005). “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada (P. Siqueira, Trad.). *Cadernos de Campo*, (13), 155-161. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>
- Ferreira, A. B. de H. (1993). *Minidicionário da Língua Portuguesa* (3. ed.). Nova Fronteira.
- Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. (s.d.). *Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade* [YouTube]. <https://www.youtube.com/@forummedicalizacao>
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* (4. ed.; notas de A. M. A. Freire). Paz e Terra.
- Ginzburg, C. (1991). O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In C. Ginzburg, C. Poni, & E. Castelnovo (Orgs.), *A micro-história e outros ensaios* (pp. 203–214). Difel.
- Gould, S. J. (2003). *A falsa medida do homem*. Martins Fontes.
- Guerriero, I. C. Z., & Bosi, M. L. M. (2015). Ética em pesquisa na dinâmica do campo científico: desafios na construção de diretrizes para ciências humanas e sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(9), 2615–2624. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.06022015>
- Harayama, R. M. (2011). *Do ponto de vista do sujeito da pesquisa: evento e cultura material em um comitê de ética em pesquisa* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-92AF2G>
- Harayama, R. M. (2021). O papel dos movimentos sociais na desmedicalização da vida: uma breve fala. In E. C. de Oliveira, L. S. Viégas, & H. da S. Messeder Neto (Orgs.), *Desver o mundo, perturbar os sentidos: caminhos na luta pela desmedicalização da vida* (pp. 247-258). EDUFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35343>
- hooks, bell. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Martins Fontes.



- Houaiss, A. (2009). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Ed. Objetiva.
- Jackson, M., & Richie, L. (1985). *We Are the World* [Gravação]. USA for Africa; Columbia Records.
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami* (Beatriz Perrone-Moisés, Trad.). Companhia das Letras.
- Latour, B. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Editora UNESP.
- Le Carré, J. (2001). *O jardeiro fiel*. Record.
- Leal, A., Nonato, B., Correa, L., & Nonato, S. (2021). Apresentação da série de cadernos temáticos Juventude Brasileira e Educação. In Nogueira, P. H. de Q. (Org.), *Juventudes, sexualidade e diversidade* (pp. 5-11). Fino Traço.
- Machado, A. M. (2023). *Quando a escrita toca a produção institucional*. Blucher. <https://pdf.blucher.com.br/openaccess/978655501858/completo.pdf>
- Martins, J. de S. (1978). *Sobre o modo capitalista de pensar*. Hucitec.
- Oliveira, L. R. C. de. (2004). Pesquisa em versus pesquisa com seres humanos. In C. Vítora, R. G. Oliven, M. E. Maciel, & A. P. Oro, *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil* (pp. 33-44). Ed. UFF.
- Patto, M. H. S. (2022a). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar* (2ª ed.). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/9786587596341>
- Patto, M. H. S. (2022b). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia* (5ª ed.). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/9786587596334>
- Patto, M. H. S. (Org.). (2022c). *A cidadania negada. Políticas públicas e formas de viver* (2ª ed.). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/9786587596303>
- Patto, M. H. S. (2022d). *Exercícios de indignação. Escritos de Educação e Psicologia* (2ª ed.). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/9786587596310>
- Pereira Júnior, P. R. C. (2025). *Racismo, educação e adolescência encarcerada: quando o Estado está em conflito com a lei* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/41496>
- Perilo, B. (2021, 02 de agosto). *Caleidoscópio: origem e etapas para construí-lo*. Conhecimento Científico. <https://conhecimentocientifico.r7.com/caleidoscopio/>
- Pompéia, J. A. (2010). Desfecho: encerramento de um processo. In Autor, *Na presença do sentido: uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas* (pp. 51-68). EDUC; ABD.
- Reph, L. (Diretor). (2022). *Nuremberg: as fitas perdidas* [Filme documental]. National Geographic/Star+. <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-314248/>
- Ribeiro, S. T. (2019). *O oráculo da noite: a história e a ciência do sonho*. Companhia das Letras.
- Sargent, J. (Diretor). (1997). *Miss Evers' Boys* [Filme para televisão]. Home Box Office (HBO); Anasazi Productions. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=5H24-PHs3Us>



- Silva, D. M. (2023). Movimento Independente Mães de Maio: treteiras ingovernáveis. In Viégas, L. de S., Oliveira, E. C., & Messeder Neto, H. S. (Orgs.), *Existirmos, a que será que se destina? Medicalização e formas de resistência* (pp. 61–67). EDUFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39226>
- Viégas, L. de S. (2021). O Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade em movimento: ampliando o debate e construindo a luta coletiva. In E. C. de Oliveira, L. S. Viégas, & H. da S. Messeder Neto (Orgs.), *Desver o mundo, perturbar os sentidos: caminhos na luta pela desmedicalização da vida* (pp. 259-292). EDUFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35343>
- Vigotski, L. (2018). *Imaginação e criação na infância* (Z. Prestes & E. Tunes, Trans.). Expressão Popular.
- Viola, P. da, & Bello de Carvalho, H. (1996). *Timoneiro* [Gravação]. Sony Music Entertainment Brasil. <https://open.spotify.com/track/3C8ULTjiUmTtcpE7QJBZ7G>

A ética como exercício dialógico nas pesquisas qualitativas

Ethics as a dialogical exercise
in qualitative research

La ética como un ejercicio dialógico
en la investigación cualitativa



Ana Paula Müller de Andrade



Professora, Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati, Paraná, Brasil

RESUMO

Este artigo discute a relevância de considerar a ética como um exercício dialógico no campo das pesquisas qualitativas, considerando que os encontros e as relações com outros sujeitos, singulares e coletivos, interpelam as/os pesquisadoras/es de diferentes maneiras. Nesta abordagem metodológica, pesquisar significa fazer parte de um campo de encontros, de relações e de processos de subjetivação, decorrentes da tensão entre sujeitos, suas subjetividades e alteridades. As reflexões versam sobre algumas questões éticas que emergiram em encontros e relações no transcorrer de uma pesquisa etnográfica, cujo objetivo foi analisar os efeitos da transformação cultural em relação à loucura na produção de subjetividades de usuários e usuárias dos serviços de saúde mental. Destaca-se o estatuto epistemológico conferido ao saber produzido por esses sujeitos em suas experiências sociais, bem como as questões que envolvem o anonimato, o consentimento e a etapa de devolutiva dos resultados da pesquisa. Por fim, argumenta-se sobre a necessária articulação entre as normativas e os princípios éticos produzidos no âmbito científico e profissional e o exercício de uma ética dialógica e negociada no âmbito dos encontros e das relações inerentes às pesquisas qualitativas.

Palavras-chave: Pesquisa qualitativa. Ética em pesquisa. Subjetividade.



ABSTRACT

The article discusses the relevance of considering ethics as a dialogical exercise in the field of qualitative research, considering that encounters and relationships with other subjects, both individual and collective, challenge researchers in different ways. In this methodological approach, researching means becoming part of a field of encounters, relationships, and processes of subjectivation, arising from the tension between subjects, their subjectivities, and alterities. The reflections address some ethical issues that emerged in encounters and relationships during the course of an ethnographic research, whose objective was to analyze the effects of cultural transformation regarding madness in the production of subjectivities of users of mental health services. The epistemological status granted to the knowledge produced by these subjects in their social experiences is highlighted, as well as the issues involving anonymity, consent, and the stage of returning the research results. Finally, it argues for the necessary articulation between the norms and ethical principles established within the scientific and professional spheres and the practice of a dialogical and negotiated ethics in the context of the encounters and relationships inherent in qualitative research.

Keywords: Qualitative research. Research ethics. Subjectivity.

RESUMEN

Este artículo discute la relevancia de considerar la ética como un ejercicio dialógico en el campo de la investigación cualitativa, teniendo en cuenta que los encuentros y las relaciones con otros sujetos, tanto singulares como colectivos, interpelan a las/os investigadoras/es de diferentes maneras. A partir de este enfoque metodológico, investigar significa formar parte de un campo de encuentros, de relaciones y de procesos de subjetivación, derivados de la tensión entre los sujetos, sus subjetividades y alteridades. Las reflexiones abordan algunas cuestiones éticas que emergieron en encuentros y relaciones a lo largo de una investigación etnográfica, cuyo objetivo fue analizar los efectos de la transformación cultural en relación con la locura en la producción de la subjetividad de usuarios y usuarias de los servicios de salud mental. Se destaca el estatuto epistemológico otorgado al saber producido por estos sujetos en sus experiencias sociales, así como las cuestiones que involucran el anonimato, el consentimiento y la etapa de devolución de los resultados de la investigación. Por último, se argumenta a favor de una articulación necesaria entre las normativas y los principios éticos producidos en el ámbito científico y profesional, así como del ejercicio de una ética dialógica y negociada en el marco de los encuentros y las relaciones inherentes a la investigación cualitativa.

Palabras clave: Investigación cualitativa. Ética en la investigación. Subjetividad.

Andrade, A. P. M. de. (2025). A ética como exercício dialógico nas pesquisas qualitativas.

Revista Ética na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, 1(2), 133-145.

Autora de correspondência: Ana Paula Müller de Andrade (anamullerdeandrade@gmail.com).



Encontros e relações: matéria-prima da pesquisa qualitativa

O encontro com o outro catalisa reflexões e inquietações. Produz relações, que são a matéria-prima da pesquisa qualitativa. Nesta abordagem metodológica, pesquisar significa fazer parte de um campo de produção de encontros, de relações e de processos de subjetivação, decorrentes da tensão entre sujeitos, suas subjetividades e alteridades. A partir desse campo, este trabalho discute algumas questões éticas que emergiram em encontros e relações no transcorrer de uma pesquisa etnográfica, realizada nos anos de 2015 e 2016. A pesquisa objetivou analisar os efeitos da transformação cultural em relação à loucura na produção de subjetividades de usuários e usuárias dos serviços de saúde mental e, para tanto, produziu encontros e relações com pessoas que frequentavam um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), na condição de usuárias. O intervalo entre a execução da pesquisa e a produção deste texto foi um aliado para as reflexões aqui apresentadas, especialmente sobre as questões éticas que envolvem o encerramento das pesquisas.

Entendo que os encontros e as relações de pesquisa convocam nossos afetos e se produzem de modos singulares, ou seja, dispomos nossos corpos para dar passagem a intensidades, diferenças, estranhamentos e também ao imprevisível, o que exige um exercício ético constante. Como argumentou Quinaglia Silva (2023, pp. 8-9), a partir das “afetividades emergentes do encontro com a loucura em conflito com a lei, a ética não deve se reduzir a procedimentos. Há negociações constantes em campo com nossas/os interlocutoras/es”.

Além de normativas e procedimentos que garantam a preservação de relações respeitadas no desenvolvimento das pesquisas, o exercício exigido é de uma ética dialógica e negociada, produzida no cotidiano, ante situações novas, imprevistas e catalisadoras de reflexões e inquietações, como discutirei aqui. Entendo que os princípios e as normativas éticas que amparam as pesquisas, sejam elas quantitativas ou qualitativas, são resultantes de demandas sociais e disputas do campo científico, ou seja, correspondem a períodos sócio-históricos e culturais específicos, ou de um mesmo tempo histórico, mas com demandas específicas, a exemplo das Resoluções nº 196/1996 (Brasil, 1996), 466/2012 (Brasil, 2012) e 510/2016 (Brasil, 2016). Elas são, assim, resultantes de demandas sociais e das disputas do campo científico (Bourdieu, 1993).

Ao discutir sobre a ética como a forma refletida que a liberdade assume, Foucault (1994) nos auxilia a compreendê-la como um exercício cotidiano do pensamento para avaliar situações. Trata-se, segundo o autor, de um tipo de relacionamento que os sujeitos estabelecem consigo e com os outros. Em suas palavras, é uma prática de si.

No meu ponto de vista, é um exercício que tenho compartilhado com interlocutoras/es em diferentes pesquisas com sujeitos que tensionam não só as categorias próprias do campo da saúde mental (Andrade, 2018), como loucura e doença mental, como também categorias do campo



científico, como anonimato e consentimento. Tal como sugerem Langdon et al. (2008, p. 132): “O objeto de nossas pesquisas, ‘o outro’, virou sujeito político, com capacidade de decidir sobre sua própria vida”. Segundo as autoras, a preocupação nas pesquisas qualitativas em saúde estaria mais voltada para os modos “como as pessoas percebem e agem diante das situações vividas” do que com as fronteiras culturais (Langdon et al., 2008, p. 132).

Assim, no encontro com o “outro” tenho buscado estabelecer um diálogo horizontal, simétrico, em que os discursos “nativo” e “científico” alcançariam o mesmo estatuto, preponderando o caráter relacional e reflexivo. Entendo, tal como argumentou Tornquist (2003, p. 71), que “cada vez mais os nativos são ativos. . . Eles igualmente nos classificam em suas categorias prévias e também querem trocar – participam do espírito da dádiva que concedem”.

A pesquisa supramencionada foi apresentada aos/às usuários/as de um CAPS e acolhida por muitos/as deles/as, o que tornou nossa convivência agradável e produtiva ao longo dos quinze meses de trabalho de campo. Os principais procedimentos de pesquisa envolviam entrevistas individuais semiestruturadas e observação participante, realizadas semanalmente. Em dado momento do trabalho de campo, minha convivência se intensificou com uma usuária, em razão da singularidade dos nossos encontros e da relação produzida entre nós.

Em nosso primeiro encontro, quando fiz referência ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) necessário à sua participação, ela não pareceu dar muita importância e pediu que eu o lesse, já que ela não sabia ler as letras. Sabia escrever seu nome, no seu tempo e caligrafia. Ao final da leitura feita por mim, ela assinou o documento. Contudo, o consentimento, como parte do exercício ético, teve que ser reafirmado em outros momentos da pesquisa. Um deles foi quando ela me disse que seria importante buscarmos sua “ficha corrida” nos hospitais psiquiátricos em que havia sido internada. O outro foi durante a produção e publicação de um livro, em múltipla autoria, no qual ela exigiu que o anonimato fosse desconsiderado. Doravante, concentrar-me-ei nesses dois episódios.

Essa usuária se chama Clarice, esse é o seu nome civil. Ela é uma mulher, autodeclarada branca, à época com 56 anos, pertencente às classes populares. As reflexões apresentadas aqui dizem respeito ao processo de produção do livro e não ferem os princípios éticos relacionados ao anonimato, uma vez que ele foi dispensado por ela. Contudo, ressalto que, em nossa convivência intensa, tive acesso a muitos outros dados que não serão compartilhados, em razão do exercício ético construído com ela ao longo do tempo.

Como parte do exercício ético consolidado com ela e com outras/os interlocutoras/es, considerei com seriedade os encontros, as relações e os saberes produzidos pelas/os interlocutoras/es, como já havia feito em pesquisas anteriores. Como discutido em Andrade e Maluf (2017), o reconhecimento da importância das experiências dos sujeitos e do saber produzido por eles em busca do alívio de



seus sofrimentos incrementa as possibilidades de diálogo e compreensão de diferentes fenômenos do campo da saúde mental.

Nesse sentido, o exercício ético a ser produzido precisa considerar que os encontros são intersubjetivos, entendendo que toda e qualquer ação de pesquisa tem seu impacto tanto em nós quanto nos grupos ou indivíduos com os quais trabalhamos. Eles interferem nos modos de subjetivar, seja por nossa simples presença em campo, seja pelo poder simbólico que exercemos sobre determinados grupos e que eles exercem sobre nós.

O compromisso ético-político com a dádiva

No primeiro encontro individual que tivemos, Clarice trouxe consigo uma mala onde guardava os materiais que havia armazenado ao longo de vinte e três anos, após ter ingressado em um serviço de saúde da atenção básica, também chamado vulgarmente de “postinho”. Os materiais que compunham a mala eram relativos à saúde, à reforma psiquiátrica e à saúde mental. Alguns eram relativos à sua vida pessoal, como convites para formaturas. Constituíam-se em recortes de jornal, fotografias, certificados, crachás e encartes de congressos científicos, medalhas de jogos esportivos, convites de aniversário e formaturas, documentos, dentre outros. Depois de quase uma hora de conversa mediada pelos materiais da mala, já ao final desse encontro, com certa irreverência, ela me deixou guardando o que havia sido tirado da mala para ir fumar e me disse: “tem que fazer alguma coisa com isso tudo aí”.

Nessa interpelação, ela fazia referência a algo que imaginava que pudesse ser feito com todo aquele material e, como entendi, não se tratava exclusivamente do que poderiam ser os resultados e/ou produtos de uma pesquisa acadêmica. No meu entendimento, era um pedido do que denominamos no campo da ciência como “devolutiva de pesquisa” ou “restituição”, ou seja, um compromisso ético e político com a dádiva concedida.

Em texto onde faz um balanço bibliográfico sobre o tema da devolução de dados numa literatura antropológica contemporânea, Fleischer (2022) argumenta sobre a importância de ponderar a perspectiva dos sujeitos da pesquisa para a revisão das etapas do estudo, especialmente as referentes ao “pós-estudos”. Para a autora, a etapa da devolutiva das pesquisas envolve um ritual complexo e pode assumir distintos significados. Como discutido por ela como um dos consensos sobre a temática, entendo que, “por fazer[em] parte de todo o processo da pesquisa, os resultados não são compreendidos como separados dos dados. E podem ser apresentados de modo prévio, parcial e preliminar, em vários momentos do convívio científico” (Fleischer, 2022, p. 9).

Não se tratava, porém, de qualquer serviço de saúde mental. Eram serviços que buscam produzir o cuidado territorial e comunitário, tendo como horizonte político os processos de desinstitucionalização. Neles, era possível exercer um mínimo de liberdade. Tal como sugeriu Foucault (1994, p. 237):



O poder não se exerce senão sobre “sujeitos livres” e enquanto são “livres” – entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades no qual muitas condutas, muitas reações e diversos modos de comportamento podem ter lugar.

Esse mínimo de liberdade, nesse caso, possibilitou o exercício de uma ética dialógica e cotidiana e a produção de práticas de resistência aos saberes hegemônicos e ao caráter puramente prescritivo das normas. As experiências de Clarice, assim como as de outros sujeitos com quem dialoguei durante essa e outras pesquisas, indicaram algumas transformações socioculturais e políticas desencadeadas pela política pública de saúde mental. Como apontou Lavrador (2012, p. 417), tal política parece ter produzido “outras formas de lidar com a loucura, acolhendo sua alteridade, abrindo portas em todos os sentidos e desobstruindo a potência de invenção de possíveis”.

No encontro com o “postinho” – representante de uma mudança significativa do sistema de saúde no Brasil, do hospital para o território –, Clarice iniciou seu acervo reunindo as fotos que estavam em uma pasta e que seriam dispensadas pela equipe. Além das fotos, passou a arquivar também recortes de jornal. Como não sabia ler as letras e os números, criou uma estratégia própria para saber onde e quando encontrar os jornais com notícias sobre saúde mental. Tal estratégia está descrita em Silva et al. (2016).

Clarice reconhecia a relevância do seu trabalho de “guardiã da memória”, bem como de sua experiência de vida e de suas conquistas. Foi seu posicionamento ético, sua maneira de desejar e de afirmar sua singularidade que permitiram compor um vasto material de perspectiva histórica, engajando-se nos processos de desinstitucionalização do CAPS e nos movimentos da luta antimanicomial. Esse engajamento ocorreu quando ela ingressou no Sistema Único de Saúde (SUS) pela porta de uma unidade básica e, ao ser acolhida, deu início a um processo que ela mesma definiu como uma “superação” de uma série de dificuldades impostas pelas circunstâncias de sua vida (Silva et al., 2016).

A sua preocupação com a fixação das histórias através do arquivamento de registros sobre o CAPS e a política pública de saúde mental remetia a processos de singularização, que, segundo Guattari e Rolnik (2008, p. 56),

... têm em comum um devir diferencial que recusa a subjetivação capitalística. Isso se sente por um calor nas relações, por determinada maneira de desejar, por uma afirmação positiva da criatividade, por uma vontade de viver ou sobreviver, pela multiplicidade dessas vontades.

Como mencionado, ao final do nosso primeiro encontro, fui interpelada a pensar sobre o que poderia fazer com todo aquele material. Concordei com ela, dizendo que tinham muitas coisas que poderiam ser feitas com ele, afinal preenchia uma mala de 23 quilos que ficava guardada no CAPS.



Sugeri que ela também pensasse sobre o que gostaria que fosse feito. Eu pensava que o que estávamos imaginando que pudesse ser feito poderia não ser o mesmo. Nossas perspectivas podiam ser distintas.

Lembrava dos argumentos de Viveiros de Castro (2002) sobre a relatividade do “nativo”. Segundo o autor, esse outro com quem lidamos não pode ser tomado como um “outro” substantivado, mas sim como “outrem”, apontando para o devir que atravessa este objeto “subjetificado”. Como ele argumenta: “Que o nativo seja um sujeito, não há a menor dúvida; mas o que pode ser um sujeito, eis precisamente o que o nativo obriga o antropólogo a pôr em dúvida” (Viveiros de Castro, 2002, p. 117, ênfase adicionada). Essa obrigação decorre de encontros etnográficos que trazem à tona mundos nem sempre partilhados e que necessitam ser percebidos por nós. O exercício com a alteridade também é um exercício ético, que permite reconhecer que cada sujeito apreende o mundo segundo seu ponto de vista.

No meu ponto de vista, o material armazenado por Clarice me permitia percorrer sua produção subjetiva, seu modo de inscrever-se no mundo, ou seja, seu modo singular de existir e, ao mesmo tempo, acompanhar as transformações da assistência psiquiátrica no Brasil. Eu reconhecia que estava diante de um material importante para as análises que objetivava na pesquisa. Busquei, nos encontros posteriores com ela e com os materiais da mala, algumas pistas do que poderia lhe propor.

Alguns encontros depois, quando lhe fiz a proposta de escrever um livro utilizando os materiais de seu acervo pessoal, questionou-me sobre como seria possível escrever um livro sem conhecer as letras. Propus-lhe uma parceria, um livro com múltipla autoria, o que ela prontamente aceitou (Andrade, 2016, p. 12).

Comentei com ela sobre o livro intitulado “A queda do céu”, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), no qual eles fazem referência a um pacto etnográfico que firmaram entre si tanto para o trabalho de pesquisa de Albert quanto para a elaboração e a publicação do livro. A questão da autoria nas pesquisas provoca dilemas éticos que dizem respeito às relações de poder e aos modos como nos posicionamos e nos relacionamos com as/os interlocutoras/es, ou seja, fazem parte do exercício de uma ética dialógica e crítica.

Combinamos, como parte de nosso exercício ético, um trabalho de múltipla autoria. Ela com o acervo da mala, eu com a escrita das letras. Considerando a complexidade do trabalho que estávamos pretendendo realizar, concordamos em convidar duas trabalhadoras do CAPS, Carmen e Denise – psicóloga e assistente social, respectivamente. Nossa ideia era de que elas contribuíssem com a revisão crítica e a memória, já que acompanhavam Clarice desde seu ingresso na Unidade Básica de Saúde (UBS).



No desenrolar da nossa convivência mais intensa, iniciada em agosto de 2015, fomos produzindo o livro. Em razão de nossos compromissos, meu e dela – que à época auxiliava pessoas com problemas de saúde, encaminhava exames, “pegava ficha” em serviços de saúde, acompanhava pessoas em exames –, nos encontrávamos nas manhãs de terça-feira, no CAPS onde ficava a mala. Inicialmente, a ideia era revisitar os materiais. Diante do volume dos materiais, decidimos fazer a seleção das fotos e dos recortes de jornal que poderiam compor o livro. A cada foto ou recorte selecionado, muitas histórias vinham à tona. Muitas vezes, ela saía da sala para mostrar o material para outras pessoas. Voltava com alguém que queria contar o que lembrava sobre o mesmo. As histórias iam se multiplicando. Decidimos que seria interessante gravar as conversas, eu transcreveria e faria a leitura para Clarice, para que eu pudesse escrever depois. Não funcionou. Era exaustivo. Me dei conta disso em um dos nossos encontros, quando Clarice me disse: “Fica lendo aí que eu vou lá fumar um cigarro”. Decidimos, por fim, que eu escreveria a partir do que era contado nos nossos encontros, o que já seria o texto do livro. Clarice tinha uma participação ativa. Tínhamos que negociar fotos que iriam ou não para o livro.

Como tem um capítulo dedicado à sua história, ela definiu o que deveria ser contado e o que deveria ficar de fora. Como anteposto, o exercício de uma ética dialógica da produção de consentimento para a pesquisa foi considerado mais uma vez. A primeira vez que precisamos produzi-lo foi no início da pesquisa, quando lhe disse que eu poderia ter o consentimento de outra forma que não fosse sua assinatura. No entanto, ela fez questão de assinar o TCLE, dizendo que sabia escrever seu nome e que gostaria de fazê-lo. Agora, ante minhas expectativas de que constasse um pouco de sua história pessoal, ela indicava que deveria constar seu encontro com os serviços de saúde mental e muito pouco sobre sua história pessoal. Assim, me convocava também a uma escrita que respeitasse nosso acordo, ainda que as nossas conversas me possibilitassem construir o texto por vários caminhos. Sustentei nosso acordo quanto ao seu consentimento.

A tensão que se produziu foi com o que eu precisei negociar, já que, contrariando o que eu imaginava que poderia constar no livro, como sua história de vida, ela decidiu que as referências aos seus casamentos e suas/seus filhas/os se resumiriam a dois parágrafos. Ela não queria que tivesse esse “lado”. Eu entendi, após ter analisado nossas distintas perspectivas. Queria que fosse um livro para ajudar quem um dia acessasse os serviços de saúde mental – usuáries/os, profissionais, estudantes, familiares, professoras/es. Fez questão de manter esse eixo de trabalho micropolítico, articulando um dos “lados” de sua história singular com a do movimento coletivo de construção da reorientação psiquiátrica no país.



A questão micropolítica, argumentam Guattari e Rolnik (2008) a partir de Gilles Deleuze, diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas, que chamou de molar, com aquele que chamou de molecular. Para ele, não há uma oposição entre ambos, pois participam conjuntamente das lutas sociais. Se cruzam, como argumenta o autor. A produção subjetiva se dá nesse cruzamento, ou seja, nessa trama histórica que oferece aos sujeitos as condições para a produção de si no registro social.

Dos direitos e deveres dos sujeitos nas pesquisas e a produção de sujeitos de direitos

Enquanto estávamos organizando os materiais que iriam compor o livro, Clarice sugeriu que fôssemos aos hospitais psiquiátricos onde ela havia sido internada para buscar o que chamou de sua “ficha corrida”¹. Eu imaginei que não seria uma tarefa muito fácil, então resolvi preveni-la sobre as possíveis dificuldades e disse: “pode ser difícil, pois o [hospital psiquiátrico] não existe mais. E no [outro hospital psiquiátrico], não sei se vão te dar. Achas importante mesmo ter?”. Ela, então, me respondeu: “Claro. Eles vão me dar sim, é meu. Eles têm que me dar. Eu sei, é meu direito”.

Fomos, então, até o hospital psiquiátrico ainda existente na cidade e, no guichê da recepção, Clarice tomou a frente. Após cumprimentar a secretária, que parecia lhe conhecer, pediu sua “ficha corrida”. A senhora, então, lhe deu um protocolo de pedido, pediu que assinasse e avisou quando ficaria pronto. Quando voltamos, eu imaginei que ela daria uma ficha com as datas das internações e das altas, mas, para minha surpresa, a senhora entregou um envelope com as fotocópias de todos os prontuários da Clarice. Essa mesma senhora nos indicou onde poderíamos conseguir a “ficha corrida” do outro hospital, que, além de ter sido fechado, também havia passado por um incêndio que destruiu parte do seu acervo. Conseguimos a “ficha corrida” de lá também.

Entre o pedido de Clarice para que buscássemos suas “fichas corridas” e o dia agendado para isso, fiz contato com uma integrante do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a fim de resguardar os princípios éticos que orientavam a pesquisa, uma vez que o acesso aos prontuários não estava previsto no projeto. Fui orientada a submeter uma emenda ao projeto e, logo, fazer um adendo também no termo de consentimento. Clarice, assim como eu, concordou com as recomendações.

Nessa situação, dois aspectos são relevantes: o primeiro diz respeito ao fato de eu ter que lidar com os tempos do comitê e da interlocutora, o que exigiu que me exercitasse nesse cruzamento dos tempos institucionais e singulares. O segundo aspecto diz respeito ao tratamento que Clarice dispensava para a sua “ficha corrida”, que parecia se contrapor ao que eu imaginava que deveria ser. No meu ponto de vista, os documentos eram da ordem da sua intimidade e, portanto, não

¹ Folha corrida é um documento emitido pela justiça que comprova a ausência (ou não) de antecedentes criminais. Qualquer brasileiro acima de 18 anos pode solicitá-la gratuitamente, através do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).



necessariamente deveriam ir para a mala. Ela, por sua vez, não via problema nenhum em deixá-los na mala. Depois de algumas conversas, ela me convenceu de que os documentos eram seus e ela faria o que julgasse melhor. Concordei.

Ela afirmava constantemente esse lugar nas nossas negociações, me impondo o exercício da reflexividade, tão necessário para sustentar o compromisso ético-político no âmbito das pesquisas qualitativas. Eu refletia como pesquisadora, antropóloga, psicóloga e sujeito do meu tempo histórico e social, cujas noções de intimidade e privacidade se diferiam das dela. Em outro trabalho (Andrade, 2018), apresentei como as experiências dos sujeitos tensionam as categorias presentes no campo da saúde mental, como loucura e doença mental, e ajudam a reconhecer o caráter heterogêneo deste campo. Nessa experiência, pude reconhecer o quanto outras categorias também deveriam ser tensionadas.

Nessa e em outras situações, Clarice se reconhecia como sujeito de direitos. Não hesitou em nenhum momento ao solicitar sua “ficha corrida”, talvez por seu longo histórico de lutas e conquistas por um outro lugar social para suas experiências de sofrimento. Ela, assim como outros usuários com quem convivi, vinham se produzindo subjetivamente a partir de possibilidades mais ampliadas de assistência psiquiátrica. Eles, assim como todos nós, conviviam com os manicômios de todo tipo, se reposicionando subjetivamente, e também objetivamente, ante suas experiências e as instituições.

Estou tomando aqui a ideia de produção de subjetividade, como descrito anteriormente, como a inscrição que fazemos de nós mesmos no registro social, a partir das possibilidades nele presentes. Aqui, destaco o reposicionamento subjetivo de Clarice que, diante dos manicômios onde estive internada diversas vezes, fez valer o direito de acesso aos seus prontuários médicos.

Os passos, descompassos e laços produzidos nas pesquisas

Estávamos no que eu entendia ser a metade do trabalho para a produção do livro, quando saiu o edital para o lançamento de livros na feira do livro da cidade. A feira ocorria anualmente na praça central do centro histórico da cidade. Clarice disse que queria lançar o livro lá, com o que concordei, ainda que a tenha alertado que um livro levava tempo para ficar pronto. Tivemos alguns embates porque ela entendia que ele teria que ficar pronto para a feira naquele mesmo ano, à revelia das minhas explicações sobre prazos e possibilidades.

Enquanto acelerava o processo da produção do livro para encerrá-lo em tempo hábil para o lançamento na feira, eu buscava produzir razões para a pressa de Clarice em lançá-lo naquele mesmo ano. Eu havia explicado que poderíamos aguardar a próxima feira e conduzir o processo com mais tranquilidade, mas não consegui dissuadi-la da ideia do lançamento naquele mesmo



ano, reconhecendo ali, dentre outras coisas, um descompasso nos nossos tempos. Além disso, reconhecia também que a importância produzida para o lançamento do livro era diferente entre nós, tal como nossas singularidades.

Lançamos o livro em novembro de 2016, na feira do livro e em outros momentos e lugares da cidade, em momentos de visibilidade importantes para todas nós. Antes do lançamento, como era sua estreia como autora de um livro, lhe informei como costumava ser esse ritual e, quando lhe disse que estaríamos numa tenda de autógrafos, combinamos uma maneira para que ela pudesse autografar. A saída que encontramos, para superar a demora e também o esforço que ela teria para assinar várias vezes seu nome, foi fazer um carimbo que reproduzisse sua assinatura. O tipo de carimbo foi escolhido por ela. Na sessão de autógrafos, estavam presentes usuárias/os dos serviços, familiares, trabalhadoras/es, militantes, estudantes, transeuntes, autoridades locais e jornalistas. Registramos o evento em fotografias que compuseram um álbum e que passou a compor o material da mala.

Na semana que antecedeu o lançamento do livro, eu e ela fomos entrevistadas para uma reportagem que foi publicada na versão impressa de um dos jornais da cidade. Separamos um exemplar para que ele também compusesse os materiais da mala. O próprio livro iria para a mala.

Minha relação com Clarice se mantém viva. Fazemos contatos telefônicos, nos encontramos para conversar quando volto à cidade onde ela mora, ela faz exigências de que eu ligue quando estiver na cidade, enfim, sustentamos nossa relação. Acompanho aqui a pergunta feita por Quinaglia Silva (2023, p. 8): “Quando, afinal, acaba uma pesquisa e/ou extensão?”.

A relação que sustentamos não é de pesquisa, mas reconheço que, após eu ter cumprido o prazo determinado no projeto, estive envolvida com as repercussões da pesquisa. O exercício ético foi mantido, buscando articular tanto os procedimentos e as normativas que regulam a pesquisa e a minha profissão de psicóloga, quanto nossos acordos, nossas negociações e nossos consensos.

Por fim, especialmente quanto ao consentimento e ao anonimato como questões permanentes das pesquisas qualitativas, entendo ser importante considerar que eles se produzem em contextos particulares e que devem ser resguardados através do posicionamento ético e político do/a pesquisador/a, amparado/a nas normativas e nos regimentos institucionais que orientam suas ações e no exercício de si mesmo/a nos encontros e nas relações com os sujeitos.

Referências

Andrade, A. P. M. (2016). Apresentação: de onde partem as fragatas. In C. E. D. Silva, A. P. M. de Andrade, C. T. L. Argiles, & D. G. de Matos (Eds.), *Registros, fatos e escritos: memórias e histórias da reforma psiquiátrica* (pp. 9-20). Appris.



- Andrade, A. P. M. de, & Maluf, S. W. (2014). Cotidianos e trajetórias de sujeitos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. In J. Ferreira, & S. Fleischer (Orgs.), *Etnografias em serviços de saúde* (pp. 33–55). Garamond.
- Andrade, A. P. M. de, & Maluf, S. W. (2017). Loucos, pacientes, usuários/as, experientes: o estatuto dos sujeitos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. *Saúde em Debate*, 41(112), 273–284. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711222>
- Andrade, A. P. M. de. (2018). Loucura e doença mental no contexto da política pública de saúde mental no Brasil. In S. Maluf, & É. Silva (Orgs.), *Estado, políticas e agenciamentos sociais em saúde: etnografias comparadas* (pp. 253–264). Editora da UFSC.
- Bourdieu, P. (1983). O campo científico. In R. Ortiz (Org.), *Pierre Bourdieu: Sociologia* (pp. 122–155). Ática.
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (1996). *Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990)*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2012). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016: Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html
- Fleischer, S. R. (2022). “Ciência é luta”: devolução das pesquisas sobre o vírus zika em Recife – PE. *Ilha Revista de Antropologia*, 24(3), e84126. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2022.e84126>
- Foucault, M. (1994). *Ditos e escritos* (Vol. 4). Forense Universitária.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (2008). *Micropolítica: cartografias do desejo* (9ª ed.). Vozes.
- Kopenawa, A., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- Langdon, E. J., Maluf, S., & Tornquist, C. (2008). Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados. In I. Guerriero, M. L. S. Schmidt, & F. Zicker (Orgs.), *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde* (pp. 128–147). Hucitec.
- Lavrador, M. C. C. (2012). A psicologia e os desafios contemporâneos da reforma psiquiátrica. In A. M. Jacó-Vilela, & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 408–419). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. <https://doi.org/10.7476/9788579820601>



- Quinaglia Silva, É. (2023). Cartografias em confluências: afetividades emergentes do encontro com a loucura em conflito com a lei. *Saúde e Sociedade*, 32(4), e230453pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230453pt>
- Silva, C. E. D., Andrade, A. P. M. de, Argiles, C. T. L., & Matos, D. G. de. (2016). *Registros, fatos e escritos: memórias e histórias da reforma psiquiátrica*. Appris.
- Tornquist, C. S. (2003). Salvar o dito, honrar a dádiva: dilemas éticos do encontro e da escuta etnográfica. *Impulso*, 14(35), 63–74. <https://www.yumpu.com/pt/document/view/14892983/salvar-o-dito-honrar-a-dadiva-dilemas-eticos-do-unimep>
- Viveiros de Castro, E. (2002). Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In Autor, *A inconstância da alma selvagem* (pp. 345-399). Cosac & Naify.

Da limonada azeda ao potencial analítico: a censura da burocracia e a virada metodológica na antropologia do fazer etnográfico

From sour lemonade to analytical potential: bureaucratic censorship and the methodological turn in the anthropology of ethnographic practice

De la limonada agria al potencial analítico: la censura burocrática y el giro metodológico en la antropología del quehacer etnográfico



Beatriz Figueiredo Levy



Doutoranda e mestra em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia,
Universidade Federal do Pará (PPGA/UFGA). Belém, Pará, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa o processo de censura e burocratização imposto pela Secretaria de Administração Penitenciária do Pará como dado central de uma antropologia do fazer etnográfico. A pesquisa tem origem no doutorado da autora, que foca sua investigação na desinstitucionalização do Hospital Geral Penitenciário e na criação concomitante da Unidade de Custódia e Reinserção de Santa Izabel VI, destinada à população GBT. Contudo, os obstáculos encontrados em campo, como as tentativas de censura por parte da SEAP, forçaram a tese a se voltar para a antropologia do fazer etnográfico, transformando a própria experiência da pesquisadora em potencial analítico sobre o *modus operandi* das instituições totais. A metodologia empregada baseia-se na etnografia e na observação participante, com ênfase na análise do *continuum* burocrático como uma ferramenta sutil de censura, mais eficaz do que a negação explícita. O artigo demonstra que a ausência de dados, diante da proibição institucional de narrar a própria experiência, constitui, por si só, um dado relevante, revelando relações de poder e disputas pela interpretação do real no sistema carcerário paraense. Tal exercício visa desnudar a farsa da neutralidade científica e demarcar o posicionamento ético e político da pesquisa situada.

Palavras-chave: Fazer etnográfico. Burocracia.

Manicômio judiciário. Instituições totais. Relações de poder.



ABSTRACT

This article analyzes the process of censorship and bureaucratization imposed by the Pará State Department of Penitentiary Administration as a central element in an anthropology of ethnographic practice. The research originates from the author's doctoral studies, focusing on the deinstitutionalization of the Penitentiary General Hospital and the simultaneous creation of the Custody and Reintegration Unit of Santa Isabel VI, dedicated to the GBT population. However, the obstacles encountered in the field, particularly censorship attempts by SEAP, forced the research to shift toward an anthropology of ethnographic practice, transforming the researcher's own experience into an analytical tool for understanding the *modus operandi* of total institutions. The methodology employed is based on ethnography and participant observation, emphasizing the analysis of the bureaucratic continuum as a subtle form of censorship, more effective than explicit denial. The article demonstrates that the absence of data, resulting from institutional prohibition of narrating one's own experience, constitutes a relevant piece of data in itself, revealing power relations and disputes over the interpretation of reality within the prison system of Pará. This exercise aims to unveil the fallacy of scientific neutrality and to establish the ethical and political positioning of situated research.

Keywords: Ethnographic practice. Bureaucracy. Forensic psychiatric hospital. Total institutions. Power relations.

RESUMEN

Este artículo analiza el proceso de censura y burocratización impuesto por la Secretaría de Administración Penitenciaria del estado de Pará como dato central de una antropología del quehacer etnográfico. La investigación se origina en el doctorado de la autora, centrado en el proceso de desinstitucionalización del Hospital General Penitenciario y en la creación concomitante de la Unidad de Custodia y Reinserción de Santa Isabel VI, destinada a la población GBT. Sin embargo, los obstáculos encontrados en el trabajo de campo, en especial los intentos de censura por parte de la SEAP, obligaron a que la tesis se desplazara hacia una antropología del quehacer etnográfico, transformando la propia experiencia de la investigadora en potencial analítico sobre el *modus operandi* de las instituciones totales. La metodología empleada se basa en la etnografía y la observación participante, con énfasis en el análisis del continuo burocrático como una herramienta sutil de censura, más eficaz que la negación explícita. El artículo demuestra que la ausencia de datos, frente a la prohibición institucional de narrar la propia experiencia, constituye en sí misma un dato relevante que revela relaciones de poder y disputas por la interpretación de lo real en el sistema penitenciario del estado de Pará. Este ejercicio busca exponer la falacia de la neutralidad científica y delimitar el posicionamiento ético y político de una investigación situada.

Palabras clave: Quehacer etnográfico. Burocracia. Manicomio judicial. Instituciones totales. Relaciones de poder.

Levy, B. F. (2025). Da limonada azeda ao potencial analítico: a censura da burocracia e a virada metodológica na antropologia do fazer etnográfico. *Revista Ética na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, 1(2), 147-179.

Autora de correspondência: Beatriz Figueiredo Levy (bia-levy@hotmail.com).



Introdução

Este artigo se insere no contexto da minha pesquisa de doutorado cujo objetivo central é analisar o complexo processo de desinstitucionalização do Hospital Geral Penitenciário (HGP), o manicômio judiciário do Pará, e a criação concomitante da Unidade de Custódia e Reinserção de Santa Izabel VI (UCRVI). Este movimento é impulsionado pelas Resoluções nº 487/2023 e nº 348/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2023, 2020), que visam implementar a política antimanicomial e diretrizes para o aprisionamento da população LGBTQIA+, respectivamente. Observa-se, neste cenário, a substituição do confinamento de uma população (os “loucos-infratores”) por outra (a população GBT) no mesmo complexo.

A pergunta-problema central que guia esta investigação é: de que maneira os conflitos e as relações de poder se manifestam no Pará durante o processo de fechamento do manicômio judiciário (HGP) e a criação da Unidade Carcerária UCRVI, e o que esses cenários de ruínas e reinvenções revelam sobre a segregação de corpos indesejáveis (loucos-infratores e população GBT) executada pelo sistema prisional?

O principal objetivo é observar e analisar esse contexto de transformação, identificar as estratégias de resistência dos/das internos/as (como a automutilação na UCRVI, lida como tática de demanda) e refletir sobre as relações de poder e as tentativas de censura impostas à pesquisadora, utilizando o fazer etnográfico como dado central. Discute-se, ainda, como o discurso oficial de humanização das políticas resulta, na prática, em um *continuum* de exclusão e violação de direitos, como a falta de banho de sol e o abandono de tratamentos hormonais na nova unidade.

A justificativa para a realização do estudo reside na necessidade de desnudar a eficácia da agenda real do sistema carcerário – que se pauta na segregação e na exclusão de sujeitos/as marginalizados/as –, em contraste com seu discurso oficial de “humanização”. Assim, a pesquisa torna-se relevante ao demonstrar que a transformação do espaço apenas perpetua um contínuo de exclusão e violação de direitos.

Em termos de justificativa pessoal e posicionamento ético, a tese assume uma orientação política engajada, posicionando-se “ao lado do paciente” (Goffman, 2010), visando ecoar a voz já manifestada pelos agenciamentos dos/das sujeitos/as atravessados/as pelo sistema, em contraponto às narrativas dominantes produzidas pela “equipe dirigente”. A pesquisadora entende que a neutralidade científica é uma farsa e que a parcialidade, quando autoconsciente, é fruto de um esforço ético. Assim, compreende que a exposição do sofrimento, da angústia e do medo da censura institucional reforça esse compromisso.

A orientação teórica e metodológica é alicerçada na pesquisa qualitativa e na “antropologia do fazer etnográfico”. A etnografia é concebida como “teoria vivida” (Peirano, 2008) e como uma forma de “olhar, ouvir, escrever” (Oliveira, 1996), na busca por compreender o campo em sua interioridade. A metodologia empregada utilizou a perspectiva da etnografia e da observação participante, sendo realizada de forma contínua desde outubro de 2023, por meio de entrevistas semiestruturadas com companheiros/as de campo (funcionários/as, internos/as e egressos/as), análise documental das



resoluções do CNJ, fotoetnografia e participação institucional em espaços estratégicos, como o Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA).

Contudo, os obstáculos encontrados em campo, especialmente as tentativas de censura e o *continuum* burocrático imposto pela Secretaria de Administração Penitenciária do Pará (SEAP), forçaram a tese a se voltar para a “antropologia do fazer etnográfico”, transformando a experiência da pesquisadora em potencial analítico sobre o *modus operandi* das instituições totais. A ausência de dados, diante da proibição institucional de narrar a própria experiência, é, por si só, um dado, revelando as relações de poder e a disputa pela interpretação do real institucional.

O artigo está estruturado em duas seções principais (além desta introdução e da conclusão). A primeira, “Quando o manicômio treme: conflitos e relações de poder em campo”, aborda a descrição dos conflitos e das relações de poder em campo, detalhando a transformação do HGP e a escalada da burocracia como arma de censura. A segunda seção, “Se o campo lhe dá uma ‘limonada azeda’, é necessário trocar os ingredientes da receita: das saias justas aos jogos de cintura”, explora o movimento necessário para transformar o obstáculo em potencial analítico, abordando a centralidade da escrita etnográfica. O título faz uma alusão aos livros “E quando a limonada antropológica azeda?”, organizado por Toniol e Fleischer (2023), e “Entre saias justas e jogos de cintura”, organizado por Bonetti e Fleischer (2007), ambas referências centrais nesta pesquisa. Por fim, a conclusão sintetiza os achados e o posicionamento ético da pesquisa.

Quando o manicômio treme¹: conflitos e relações de poder em campo

“A importância de dizer sim para o que vem
e de fazer dos obstáculos caminhos”
(Lopes, 2023, p. 44)

Durante o mestrado, desenvolvi uma pesquisa voltada para analisar a realidade do HGP, que é o manicômio judiciário do Pará. Naquela altura, a proposta inicial era realizar uma pesquisa em campo, no entanto, com o advento da pandemia global causada pela covid-19, foi necessário buscar outra maneira de coletar dados. Assim, a estratégia adotada foi migrar para a etnografia em documentos, quais sejam, os processos judiciais que perpassam a trajetória das pessoas confinadas nessa instituição.

As angústias de me tornar uma “antropóloga de gabinete” foram frequentes, e não raramente eu me questioneei: “ora, se é para ler processos, que diabos estou fazendo na antropologia?”. Não me conformei com a etnografia em processos judiciais e, tampouco, consegui facilmente distingui-la de uma pesquisa documental qualquer. Isso perdurou até entender, de fato, o que era o fazer etnográfico, passando a vê-lo

¹ A escolha do termo “treme” é uma metáfora inspirada no jambu, planta característica do estado do Pará, conhecida por provocar a sensação de tremor na boca ao ser consumida. O uso da palavra remete, simbolicamente, às desestabilizações e tensões que atravessam o campo pesquisado.



como muito mais do que uma possibilidade entre as opções de “métodos” disponíveis em uma prateleira, percebendo que, como nos ensina Peirano (2008), a etnografia é ela mesma “a teoria vivida”. A autora também me ensinou que “o campo não está lá, mas [está] dentro de nós” (Peirano, 2008, ênfases adicionadas). E foi assim que entendi que algo muito especial estava acontecendo: o meu córtex pré-frontal de antropóloga (digamos assim) estava finalmente se desenvolvendo, junto com toda a criatividade, a espirituosidade, a potência e um jeito peculiar de “olhar, ouvir e escrever”, como aprendi com Oliveira (1996).

Atualmente, em sede de doutorado, decidi retomar a pesquisa de campo, abruptamente interrompida no ano de 2020. Ocorre que, nesses três anos que se passaram, muitas coisas mudaram: o cenário pós-pandêmico, em conjunto com a publicação da Resolução nº 487, do CNJ (que, com escopo de implementar a política antimanicomial no judiciário, determina o fechamento dos manicômios judiciais), resultou em uma diminuição significativa da população carcerária ali presente. De 400, restaram 16, pelo menos até o momento em que escrevo. A intervenção federal, que tomou conta dos presídios paraenses entre o período de 2020 e 2021, também deixou suas marcas nas práticas de “disciplina” mais rigorosas e militarizadas, incutidas nas unidades penitenciárias. Outro elemento chamou atenção: a criação de uma unidade prisional voltada especificamente para a população carcerária considerada vulnerável, no mesmo espaço físico que é ocupado pelo manicômio, mas que, na prática, abriga apenas a comunidade carcerária GBT, como explicarei adiante.

O campo se localiza na cidade de Santa Izabel do Pará, no distrito de Americano, a cerca de 70 km da capital, Belém, mais especificamente no “Complexo de Americano”, que acopla diversas unidades prisionais. O HGP foi ali construído em 2007 e consiste em uma unidade prisional destinada a receber pessoas em conflito com a lei que possuem transtornos psíquicos. O espaço conta com edificação que apresenta características híbridas: um pouco de estrutura de hospital (muros baixos, enfermarias dentro dos blocos carcerários) e bastante de estrutura de presídio (grades, cadeados e diversos mecanismos de contenção física). A criação da UCRVI nesse mesmo espaço físico busca cumprir as diretrizes da Resolução nº 348/2020, do CNJ, que trata sobre o aprisionamento da população LGBTQIA+.

Com isso, os remanescentes do HGP foram deslocados para o prédio anexo à instituição, onde funcionava a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Complexo de Americano, e os blocos que antes compunham aquele Hospital de Custódia agora estão se destinando a abrigar pessoas em privação de liberdade que se autodeclaram homens gays, bissexuais ou mulheres trans. Logo, a régua é a genitália, não a identidade de gênero.

Isso fica explícito na entrevista com duas das minhas companheiras de campo², Lygia e Ana (comunicação pessoal, 21 dez. 2023):

² Usei o termo companheiras/os de campo ao invés de interlocutoras/es. Essa é uma escolha política que visa afastar essas/as sujeitos/as do papel de meros/as figurantes. Na prática, todas essas pessoas, de alguma forma, são coautoras



K³: e aqui quando eles falam do UCRVI, eles não colocam limitação, né? Seria o público LGBT em geral?

Lygia: é.

K: mas, então, e se quiser vir uma mulher lésbica pra cá?

Lygia: pois é, só vai para o CRF [Centro de Recuperação Feminino], esse é o nosso questionamento, o que vão fazer com as mulheres lésbicas, bi, homens trans?

K: então, parece que o critério não é ser LGBT, é a genitália masculina, e se autodeclarar.

Lygia: é, porque o mesmo não serve para mulheres, sejam elas lésbicas ou homens trans.

K: e nunca teve um pedido, pra gente pensar numa proibição concreta, né? Mas também não tão indo lá no CRF perguntar, né? Como estão indo em outras unidades.

Lygia: até agora eu não vi nada da SEAP se questionando quanto a isso, então CRF é pra genitália vagina, não importa, entendeu? Aqui, é pra homem com pênis.

K: e se for uma mulher trans que já fez cirurgia de redesignação?

Lygia: vai ter que chegar esse caso pra SEAP pensar nisso.

Ana: aqui todos tem [pênis], mesmo que tenha seio, que tenha a aparência totalmente feminina, mas todos eles têm.

A entrada em campo se iniciou em 26 de outubro de 2023 e, para tanto, foi necessária uma autorização da Escola de Administração Penitenciária (EAP), que submeteu o projeto de pesquisa ao crivo da SEAP.

Inicialmente, tinha como objetivo observar a realidade apenas da população do HGP, e a partir daí a ideia era ser levada pelo campo, como manda o nosso ofício. Afinal, como nos ensina Kuschner (2023, p. 10, ênfase adicionada), “a convicção é inimiga da etnografia” e “. . . esse ‘não sei’ é o que a Antropologia tem de melhor, é o que provoca observação, escuta, aprendizado, novas perguntas. É chegar ao trabalho de campo com mais dúvidas do que certezas. É aí que a pesquisa acontece”. Assim, o meu pré-projeto de pesquisa foi guiado pelas seguintes questões: como foi o contexto da covid-19 e da intervenção federal no HGP? E, principalmente, quais estratégias de resistência e sobrevivência as mulheres internadas neste espaço adotaram?

Pois bem, a construção de outra unidade no mesmo espaço – e o ingresso de uma nova população, com perfil diferente, e em maior quantidade – tornou impossível que não se olhasse também para essa nova realidade. Afinal, nas palavras de Kuschner (2023, p. 8, ênfase adicionada): “. . . nunca existiu um ‘campo’ passivo, como uma sala de reuniões,

desta pesquisa; contudo, uma vez que o campo em questão envolve perigos, elas não podem se revelar por motivos de segurança pessoal, sendo necessário o uso de pseudônimos. Ainda assim, gostaria que fossem lidas como pessoas que detêm um grande saber, empírico ou científico. Não se trata somente de “relatos”, mas de perspectivas de sujeitos/as que se inserem de diversas maneiras nessa realidade e que também atuam sobre ela, realizando ações tão importantes quanto a minha pesquisa, ou até mais.

³ Nomeei-me “K”, em alusão ao personagem de Kafka (2003 [1920]), em “O processo”, fazendo menção à montanha de burocracias que praticamente me engoliu (metaforicamente) nesta trajetória etnográfica.



na qual se ‘entra’. Também não se ‘faz’ uma etnografia. Trata-se de um longo processo negociado”. E é exatamente nesse processo negociado que reside o epicentro das reflexões que viriam a surgir.

Portanto, a pesquisa de doutorado passou a observar também o contexto de transformação do manicômio judiciário em presídio GBT, abarcando as estratégias de resistência desse novo público, entrelaçado igualmente pela questão da saúde mental. Para tanto, foi realizada análise documental das resoluções do CNJ que dão conta do aprisionamento da população com deficiência psicossocial em conflito com a lei, assim como da população LGBTQIA+ no Brasil. Também foram feitas entrevistas semiestruturadas com funcionários/as e internos/as das instituições, bem como observação participante em campo.

Desde o ingresso em campo, ouvi comentários sobre o que, naquele momento, chamava-se de “ala LGBT”. Falava-se sobre o fechamento do manicômio e o objetivo político de autoridades paraenses em transformar o espaço em uma referência no aprisionamento da população “vulnerável” (incluindo idosos, indígenas etc., o que não aconteceu até o presente momento). Na segunda entrada em campo, apenas quatro dias depois, foi possível notar que a instituição estava revirada “de ponta à cabeça”, pois haviam sido transferidas para aquele espaço mais de 100 pessoas com o perfil mencionado (homens autodeclarados gays ou bissexuais e mulheres trans e travestis).

A partir de então, se estendeu o recorte da pesquisa, abordando também os/as sujeitos/as que vivenciam a realidade da “nova unidade LGBT”⁴, em uma tentativa de traçar a substituição da dor de uma população por outra, ambas marcadas por estigmas e por uma situação de vulnerabilidade. Esse caminho foi desafiador, uma vez que a população da UCRVI é consideravelmente superior em termos quantitativos, quando comparada à do HGP, e obstáculos para acessar essas pessoas eram constantes, apesar de estarem no mesmo prédio. Além disso, a unidade estava exatamente no momento de implementação, portanto, nada ali era definitivo: reformas, deslocamentos, remanejamentos da equipe, confecção de portarias específicas (que naquele momento não haviam sido publicadas) e aprendizados sobre como lidar com essa população permeiam um cenário de incertezas, por parte dos/das funcionários/as, e protestos, pelo lado dos/das presos/as, que se veem prejudicados/as em seus direitos.

Logo, desde já demarco que se trata de uma pesquisa qualitativa, pois:

... responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002, pp. 21-22).

⁴ Os/As funcionários/as se referem ao espaço como “prisão LGBT” ou “unidade LGBT”, mais do que ao seu nome oficial.



Esta pesquisa contou com técnicas de investigação da etnografia, em que é estabelecida uma relação de troca, a qual possibilita a comparação entre as teorias do/da pesquisador/a e as dos/das pesquisados/as (chamados/as aqui de companheiros/as de campo), decorrente do ato de entrar em contato com o universo deles/as. A partir disso, foi possível produzir novos modelos de entendimento e, até mesmo, pistas novas (Magnani, 2009). O resultado do trabalho etnográfico permite distinguir as interpretações nativas dos pressupostos do/da autor/a, que “é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador” (Malinowski, 1978, p. 18). De acordo com Peirano (2008, p. 6): “No fazer etnográfico, a teoria está, de maneira óbvia, em ação, emaranhada nas evidências empíricas. . . Desta perspectiva, a etnografia é uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação”.

Portanto, é preciso começar explicando esse cenário. O HGP foi inaugurado em 2007 e, em 2011, vinculou-se à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SUSIPE). À época, chamava-se Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Pará (HCTP) (Figura 1; Diniz, 2013). A instituição mudou de denominação no início do ano de 2018, passando a ser chamada de Hospital Geral Penitenciário do Pará (HGP) – que de hospital não tem nada –, estando atualmente vinculado à SEAP (Figura 2).



Figura 1. Fachada do HCTP antes da mudança de nome e da reforma estrutural externa.
Fonte: Zé Dudu (2020).



Figura 2. Fachada atual do HGP. Fonte: SEAP (2022).

Embora tenha sido inaugurada em 2007, o projeto da instituição foi concebido e aprovado em 2001, curiosamente o mesmo ano em que entrou em vigor a Lei nº 10.216/01 (Brasil, 2001), conhecida como “lei da reforma psiquiátrica” (Silva, 2015; Malcher, 2014).

Antes de o HGP entrar em funcionamento, os/as presos/as considerados/as loucos/as eram custodiados/as em penitenciárias comuns. Em 1999, por iniciativa da então SUSIPE, eles/as foram agrupados no prédio ao lado do atual manicômio judiciário, em uma ala psiquiátrica no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará I (CRPP I). Em 2007, foram transferidos/as para a instituição que, na época, se chamava Centro de Recuperação Psiquiátrico (Figura 3; Silva, 2015; Malcher, 2014).



Figura 3. Fachada do Centro de Recuperação Psiquiátrico. Foto: autoria e data desconhecidas⁵.

⁵ Essa foto me foi entregue por um funcionário da instituição, bem como todo o acervo de registros que restou após a intervenção federal nos presídios. Foi possível salvar pouca coisa. A prática de destruição ou de descarte de itens pessoais e de registros históricos (como as imagens), muito comum em contextos de estado de exceção, foi uma constante nesse período. Ele me confiou um pequeno acervo de fotos reveladas, que guardou como um tesouro, certo de que teria um destino melhor nas minhas mãos do que escondidas em um armário.



Em 2019, foi publicada a Portaria nº 02/2019 – VEP/RMB/TJPA (TJPA, 2019), assinada pelo juiz titular da Vara de Execuções Penais da região metropolitana de Belém. O documento levou em consideração a realidade constatada em inspeções carcerárias no HGP: superlotação, existência de internos/as fora do perfil (pessoas com deficiência psicossocial ou em sofrimento mental) e precariedade estrutural, com ausência de elementos mínimos para o atendimento adequado, incluindo falta de médicos e remédios.

Assim, determinou-se que somente seriam custodiadas na unidade aquelas pessoas que possuem perfil específico de internação no HGP, isto é, com diagnóstico de transtorno mental, em conflito com a lei, e que, na ocasião do crime, eram incapazes de entender o caráter ilícito do ato ou de se determinar de acordo com esse entendimento (para citar os termos da lei). Esse ato coincide com o período da intervenção federal realizada nos presídios paraenses, muito denunciada pelas práticas sistemáticas de tortura, entre outros abusos de direito.

No entanto, especificamente quanto ao HGP, esse movimento foi lido como algo positivo, pois, de acordo com a narrativa dos/das companheiros/as, havia muitos/as presos/as que não tinham “perfil” para estar ali, mas iam parar lá por meio de manobras jurídicas e/ou políticas, visto que o HGP é considerado mais brando do que o “cadeião”⁶ de um presídio comum. Entre aqueles/as que não tinham “perfil psiquiátrico”, havia muitos militares que transitavam praticamente de forma livre naquele espaço, com certas regalias que o restante da população da unidade (a que tinha de fato o “perfil”) não gozava.

O público do HGP – que, à época da publicação da portaria, ultrapassava a quantidade de 400 internos/as –, no ato da entrada da pesquisadora em campo, contava com 45 pessoas e, em dezembro de 2025, com apenas 16 internos. É possível identificar em campo o esforço contínuo para a desinternação, sendo que, desde o mês de outubro de 2023, presenciei dezenas de desinternações; ainda há, no entanto, entradas, fator que faz com que o número de internos/as não tenha oscilado significativamente nos últimos meses. Algumas pessoas retornam para o seio familiar e a cidade de origem, e aquelas que não possuem referências são encaminhadas para o “abrigo”, como é chamado popularmente os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT)⁷.

É contraditório que muitos/as internos/as tenham saído e, ainda assim, haja um contingente ingressando, visto que o HGP foi “interditado” (pelo menos no papel). Isso faz com que, entre entradas e saídas, não haja oscilação na população carcerária neste momento. O fato é que, enquanto escrevia este trabalho, em dezembro de 2025, ainda havia 16 pessoas no HGP.

A Resolução nº 487/2023 do CNJ intensificou esses esforços. Nela, foram estabelecidas diretrizes para implementar os direitos da pessoa com deficiência psicossocial no âmbito da execução das medidas de segurança. Além disso, foi determinado, no artigo 18, o prazo de seis meses, contados a partir da sua publicação, para

⁶ “Cadeião” é a expressão utilizada pelos/as próprios/as presos/as para designar o presídio de segurança média ou máxima, onde há divisão de cela e cumprimento de pena privativa de liberdade.

⁷ Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) são dispositivos da política de saúde mental destinados à moradia de pessoas egressas de longas internações psiquiátricas, em consonância com os princípios da reforma psiquiátrica brasileira.



interdição parcial dos estabelecimentos, com proibição de novas internações, bem como a interdição total e o fechamento dessas instituições no prazo de 12 meses. Depois, o CNJ informou que os tribunais teriam o prazo de até 29 de novembro de 2024 para pedir a prorrogação dos prazos para implementação da resolução, que ficaram sujeitos a análises individuais. Diante desse contexto, criou-se um cenário favorável no Pará para a implementação de uma unidade que se propõe a ser referência no aprisionamento da população LGBTQIA+, com base, sobretudo, na Resolução nº 348/2020, do CNJ, que trata sobre esse tema.

Assim, gradualmente, o cenário do campo de pesquisa foi mudando: o protagonismo saiu do “louco/a infrator/a” para as pessoas que se autodeclararam LGBTQIA+ (teoricamente, pois, na prática, apenas homens *gays*, bissexuais e mulheres *trans* compõem a nova unidade, como já dito). Além da resolução mencionada, não existiam outros parâmetros oficiais para a criação da instituição, visto que, até o momento da entrada em campo, não havia sido publicada uma portaria sobre o tema. Contudo, segundo informações repassadas em campo, uma portaria já estava sendo confeccionada pela SEAP. Portanto, tudo o que se sabe sobre esse espaço foi descoberto com base nas entrevistas e na observação participante.

Como já mencionado, a entrada no campo demandou a elaboração de um pedido administrativo para a SEAP, para análise da pesquisa proposta e liberação de uma autorização. Esse procedimento consiste na produção de um projeto de pesquisa que apresenta detalhes sobre o que se quer observar no presídio, bem como informações sobre quais dados serão coletados e as metodologias a serem utilizadas.

Há um setor específico na SEAP no qual tramitam os processos dessa natureza, chamado de Escola de Administração Penitenciária (EAP). Além do projeto, foi preciso encaminhar documentos assinados pela orientadora e pela coordenação do curso de doutorado, roteiros de entrevistas, documentos referentes ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), fichas com informações sobre a pesquisa, bem como uma série de dados e documentos pessoais, que dão subsídio para uma investigação sobre a pessoa que deseja fazer a pesquisa nos presídios, objetivando identificar se está envolvida com qualquer “problema” com a lei e se possui alguma relação com pessoa encarcerada ou facção criminosa.

Essa verdadeira “revirada” na vida da pesquisadora a coloca, desde o pedido de autorização, em posição de suspeição, sujeita, portanto, à vigilância. A inspeção ultrapassa o sentido de mero procedimento de segurança e invade a liberdade intelectual do/da sujeito/a-pesquisador/a. Portanto, todo cuidado é pouco com a forma como se apresenta a proposta de pesquisa à instituição, afinal, se escaparem muitas críticas, a proposta tende a não ser muito bem recebida.

Ainda que o caminho seja cansativo – e pareça a todo tempo levar a uma exaustão que venha a provocar desistência –, segui o rito e, como estratégia para evitar que meu pedido ficasse esquecido, passei a manter contato constante com a SEAP, cobrando novidades quanto à análise do pleito, acompanhando o *status* do processo interno e contactando cada um/a dos/das funcionários/as que estava com o procedimento em mãos, visando convencê-los/las a emitir um parecer positivo.



A insistência gerou resultados e, em outubro de 2023, após três meses de trâmite, a minha entrada em campo finalmente foi aprovada por meio de um termo de compromisso firmado entre mim, a minha companheira de campo, Thamires Dias (que à altura cursava mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGA/UFGA), e nossa orientadora, Érica Quinaglia, com as autoridades que compõem a SEAP.

No entanto, ainda que um papel, com toda a sua impessoalidade e frieza, concedesse a autorização, outros manejos precisaram ser feitos para que a pesquisa fosse, de fato, executada. Inúmeras exigências inalcançáveis passaram a surgir toda vez que tentávamos ingressar na instituição. Fomos sobrecarregadas por um *loop* eterno de burocracias que não levavam a lugar nenhum ou, como diz o ditado, estavam nos “cozinando em banho maria”. A SEAP solicitou cronogramas com as datas que planejávamos ir para a unidade coletar os dados, no entanto, quando enviados, os cronogramas demoravam tanto tempo para serem analisados que ficavam defasados e precisavam ser refeitos continuamente.

O documento de autorização parecia não ter nenhuma validade, visto que a imposição de que a diretoria da casa penal autorizasse, com antecedência, a ida nas datas informadas nos cronogramas e a suposta ausência de retorno faziam com que o tempo transcorresse e não conseguíssemos sequer colocar os pés em campo. Portanto, outras estratégias precisavam ser implementadas.

Felizmente, em novembro de 2023, fui convidada para compor o quadro de pesquisadores/as de um estudo financiado pelo CNJ, que abrangeu sete estados (Pará, Paraíba, São Paulo, Piauí, Bahia, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul). O objetivo era coletar dados sobre os hospitais de custódia desses estados, visando afinar a implementação da Resolução nº 487, que impõe o fechamento dessas instituições.

A partir dessa pesquisa, foi produzido o relatório intitulado “Pessoas com transtorno mental em conflito com a lei no Brasil: itinerários jurídicos e portas de saída” (CNJ, 2024), já publicado, o qual considero central no processo de implementação da Resolução nº 487. Com uma abordagem quali-quantitativa, a pesquisa foi dividida em três eixos de análise: 1. análise do perfil sociodemográfico; 2. análise dos processos judiciais; e 3. estudos de caso. Compus o eixo 2 e, em um primeiro momento, não precisaria ter contato físico com o campo para a coleta dos dados, apenas com os processos. Novamente, as letras frias dos processos eram meu campo, composto pelos papéis físicos que escondem papéis sociais pelas linhas que falam e as entrelinhas que calam, e também por todas as vozes ali presentes, as quais aprendi a perseguir.

Eis que surgiu uma intercorrência com uma das pesquisadoras do eixo 1 (que fazia coleta de dados em campo) e foi preciso que outra pessoa a substituisse, devido ao prazo exíguo para finalizar essa etapa da pesquisa, já próximo de expirar. Então, coloquei-me à disposição, sobretudo porque desejava finalmente entrar em contato fisicamente com a instituição; e com uma autorização do CNJ, órgão que possui tamanha relevância dentro do sistema jurídico, não encontrei nenhuma barreira (Figura 4).

Com a entrada em campo, e conhecendo os/as funcionários/as ali presentes, bem como (re)encontrando internos/as – e, em alguns casos, dando rostos para os/as companheiros/as de papel –, passei a construir uma

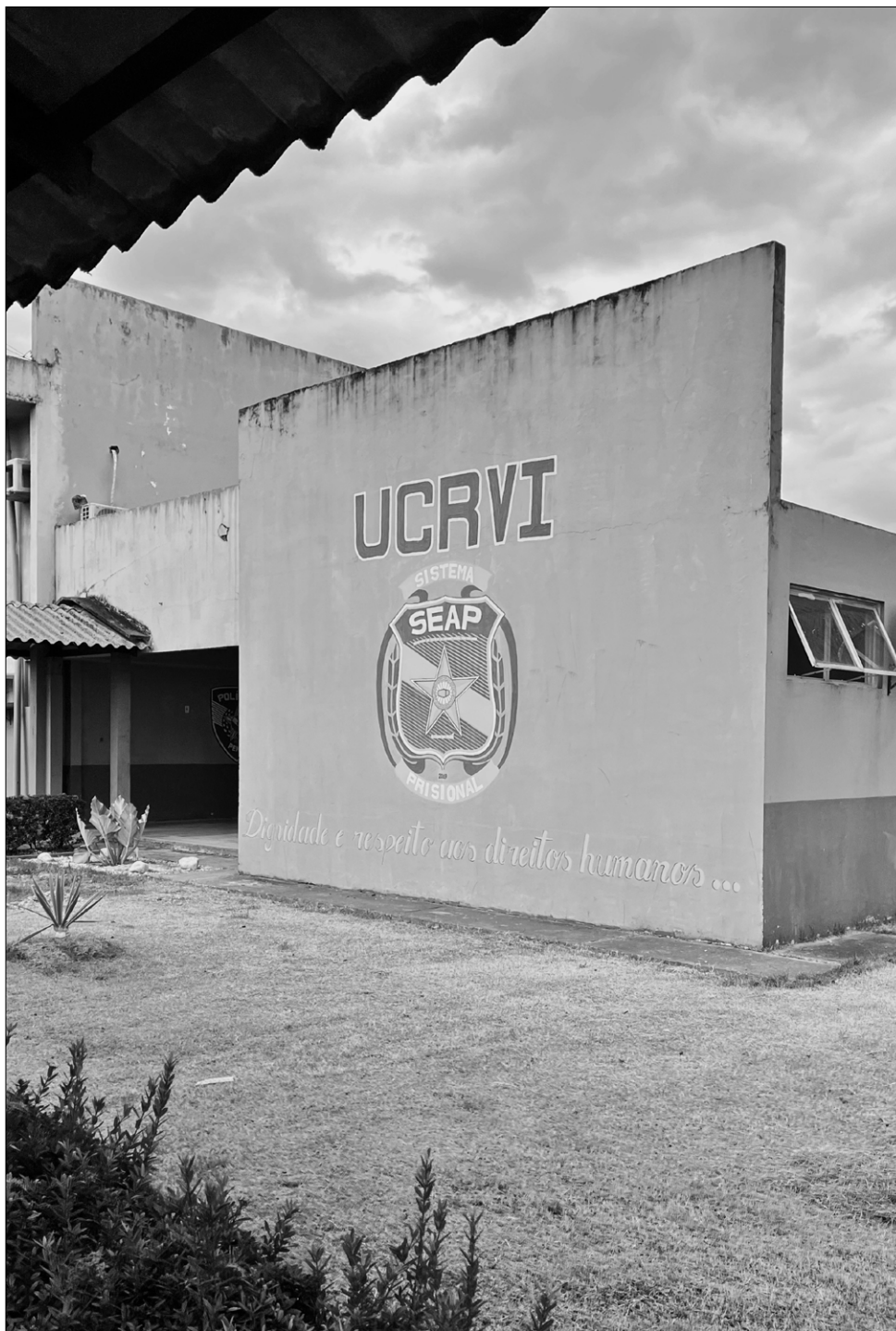


Figura 4. Fachada da UCRVI. Foto: Beatriz Levy (29 de outubro de 2024).



relação corpo-a-corpo, em que finalmente encontrei uma brecha para consultar, no setor administrativo da instituição, o motivo pelo qual não era possível obter retorno quanto à solicitação para a organização de minha entrada na unidade a fim de coletar dados nos moldes da autorização já concedida.

Eis que descobri que, na verdade, a instituição nunca havia sido contatada para este fim, pelo menos essa me foi a informação repassada, o que evidenciou para mim que o *continuum* burocrático era um túnel sem luz no fim. Nunca houve verdadeira intenção de liberarem a execução da minha pesquisa. Desabei, senti um misto de raiva, tristeza e indignação, não é justo mexer dessa forma com as expectativas de uma estudante de doutorado que contava com aquilo para realizar a tão desejada pesquisa. Não fosse pelos caminhos que se atravessaram entre a pesquisa do CNJ e o campo, eu poderia ter perdido toda a viabilidade de execução da minha proposta de doutorado.

Assim, ficou evidente que a SEAP estava visando dificultar a concretização da minha pesquisa, ainda que munida de uma autorização formal para tanto, o que disfarça o tom de censura. Nesse caso, a burocracia foi mobilizada como uma ferramenta mais efetiva e sutil do que um “não” escancarado. Haveria espaço para fingir boas intenções e justificar, posteriormente, que, na verdade, as coisas não se concretizaram por questões meramente formais, o que soa mais de acordo com o discurso da instituição, que procura constantemente se autolegitimar como um órgão que “respeita os direitos humanos, a diversidade” (vide inscrição no muro, conforme a Figura 4) e busca alcançar a ficção da “ressocialização”.

A partir do contato físico com os/as funcionários/as do HGP, consegui, então, pessoalmente, as autorizações necessárias para começar a coleta de dados para o doutorado, de modo que a SEAP pouco conseguiria intervir e continuar impondo obstáculos, uma vez que havia um documento formal, devidamente assinado, conferindo essa possibilidade, e eu havia manejado a execução das entradas diretamente com a gestão da unidade.

Foi possível, então, realizar diversas entradas no campo, sem passar pela mediação da secretaria. A relação com os/as funcionários/as da instituição ficou tão próxima que, recorrentemente, bastava avisar, por ligação ou *e-mail*, sem grandes formalidades, o dia em que eu iria e prontamente me era providenciada a liberação para entrada no pátio do complexo prisional. Com isso, foi possível realizar inúmeras entrevistas, estabelecer vínculos com funcionários/as e internos/as, e ficar imersa naquela realidade, passando a conhecer as disputas internas, mas também a coragem e a determinação daqueles/as que estavam dispostos/as a construir afetos e lutar por condições melhores em um espaço onde a barbárie é o normal.

Paralelamente, os dados que eu vinha coletando desde o mestrado, muitos dos quais ainda provinham dos processos que analisei naquela ocasião, estavam se transformando constantemente em escritos e, com o meu retorno ao contexto acadêmico por meio do doutorado, um deles foi submetido para comunicação oral em um Grupo de Trabalho durante a 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), o que não passou despercebido pela SEAP, em suas constantes investigações



e monitoramentos por meio da temida (des)inteligência⁸ prisional. Esse fato acendeu as chamas do conflito com a secretaria, que encontrou nele um subterfúgio para perpetuar as tentativas de censura. Imediatamente, a pesquisadora passou a ser impedida de ingressar em campo.

Ao tentar compreender os motivos, recebia como resposta que a secretaria identificou vícios formais no processo de autorização. Pequenos elementos, como um ofício encaminhado pela coordenação do curso que não estava enumerado ou sem papel timbrado, começaram a ser utilizados – tardiamente – como argumentos para sugerir que todo o procedimento estaria eivado de vícios e, portanto, deveria ser cancelado, desfeito retroativamente, com efeitos *ex tunc*⁹.

Não aceitei a decisão e passei a analisar friamente cada documento, me debruçando sobre as supostas falhas e me apropriando dos contra-argumentos que poderiam desconstruir a narrativa de que havia vícios. Durante semanas, o exercício de me apropriar de cada linha do processo administrativo tornou-se o centro da minha vida, de modo que, sempre que interpelada com os argumentos capciosos da secretaria, já sabia exatamente onde estavam presentes as provas em meu favor. Decorei as páginas, os parágrafos, os trechos e adquiri a habilidade de contestá-los imediatamente, com as informações que já sabia praticamente de cor. Foram inúmeros *e-mails*, exaustivos, tentando provar a legitimidade da manutenção da minha pesquisa ou fazer negociações, todos em vão.

Nessa queda de braço, perdia quem cansasse primeiro e, apesar de estar exausta, percebia que as funcionárias selecionadas para me interpelar também estavam. Isso se mostrava evidente na falta de paciência e na grosseria com a qual eu era interpelada. Na maioria dos contatos, tratei do assunto com uma jovem funcionária da secretaria que era graduanda e parecia ser a única pessoa naquele espaço com algum conhecimento acadêmico, visto que era bolsista de iniciação científica, porém a sua pesquisa se inseria em uma área completamente distinta e, se não me falha a memória, no campo das ciências exatas e naturais. Ela era a pessoa mais simpática que compunha aquele ambiente, mas foi quem também, em sua ingenuidade e, talvez, prepotência – digna de uma trabalhadora de uma instituição total e de uma jovem cientista que fazia “ciência de verdade”, de forma objetiva e positivista –, usava sua experiência pessoal como métrica para definir como deveria ser a condução da minha pesquisa de doutorado, chegando, inclusive, a desqualificar a minha proposta analítica. Cheguei a ser questionada sobre a pertinência da pesquisa e, em certa ocasião, ouvi a frase “não sei como você pensa, mas no meio científico nós pensamos assim” como forma de me apequenar enquanto pesquisadora. Também associo esse comportamento ao fato de minha pesquisa ter uma abordagem antropológica, que, assim como as ciências humanas e sociais como um todo, enfrenta historicamente a pecha de ser uma “ciência insuficiente”.

⁸ Expressão frequentemente usada pelos/as funcionários/as do cárcere e familiares de internos/as.

⁹ No Direito, “efeitos *ex tunc*” são aqueles que retroagem, alcançando situações anteriores ao ato ou à decisão que os produziu.



Finalmente, fui convocada para uma reunião presencial com as autoridades que compunham a secretaria, em sua maioria militares de alto escalão, como coronéis. Nesta reunião, foi necessário explicar, por exemplo, do que se trata uma etnografia e o teor das resoluções do CNJ (que deveria ser do conhecimento desses profissionais, visto que trata especificamente de uma questão carcerária). Era evidente que não haviam lido os documentos, utilizando-se de argumentos genéricos e arbitrários, dignos de quem não fez o “dever de casa”, sequer para construir uma narrativa sólida sobre os obstáculos que estavam impondo. Afinal, as autoridades precisam justificar seus autoritarismos? Assim, toda vez que eu contrapunha os argumentos com base no que estava nos papéis (e, como dito, praticamente os decorei), eles passavam a checá-los pela primeira vez, tomando pé, em tempo real, do assunto.

Como a estratégia de ganhar no cansaço não funcionou, passaram à intimidação. Ligaram um projetor de tela e começaram a fazer diversas pesquisas com meu nome na internet, notadamente sobre minha trajetória acadêmica, especialmente sobre os trabalhos publicados. Nesse momento, exibiram o trabalho submetido à RBA, cujo título leram em voz alta, com especial ênfase, em tom debochado, ao título espirituoso escolhido por mim: “‘Matei porque filha mulher sofre mais do que homem’: uma etnografia documental da trajetória institucional de Nadine, entre modos de subjetivação e discursos de poder” (Levy, 2024). Uma série de questionamentos passou a ser feita: “de onde tirou esses dados? Como ficou frente a frente com os/as internos/as, se são pessoas de ‘alta periculosidade’?”. E, ao explicar que se tratava de uma análise documental (como o próprio título anuncia) feita por meio de processos judiciais, no mestrado (informação que constava, inclusive, no resumo do trabalho), começaram a direcionar a pesquisa para uma busca da minha dissertação de mestrado.

Em seguida, abriram o *site* do PPGA/UFGA, onde fiz o mestrado e curso o doutorado, a fim de ler a minha dissertação. Porém, ao clicarem no *link*, ocorreu um erro no *site*, não sendo possível visualizar o documento. Então, solicitaram que eu mesma enviasse a dissertação, como forma de provar que esses dados foram, de fato, coletados no mestrado, o que fiz prontamente.

Chegamos, então, a um consenso: eu receberia uma autorização para utilizar os dados coletados, desde que passassem pelo crivo da secretaria, e o processo de autorização anterior seria cancelado, precisando iniciar um novo processo e passar por todo o caminho para obter pareceres positivos novamente, a fim de dar continuidade à pesquisa nos moldes que consideravam pertinente. Era nítido que essa nova autorização nunca viria. E quanto à tal autorização para que eu pudesse utilizar os dados já coletados, ela não veio. Ao contrário, quando formalizado o pedido, conforme orientação repassada nessa reunião, o retorno foi negativo, isto é, fui proibida de narrar minha própria experiência em campo.

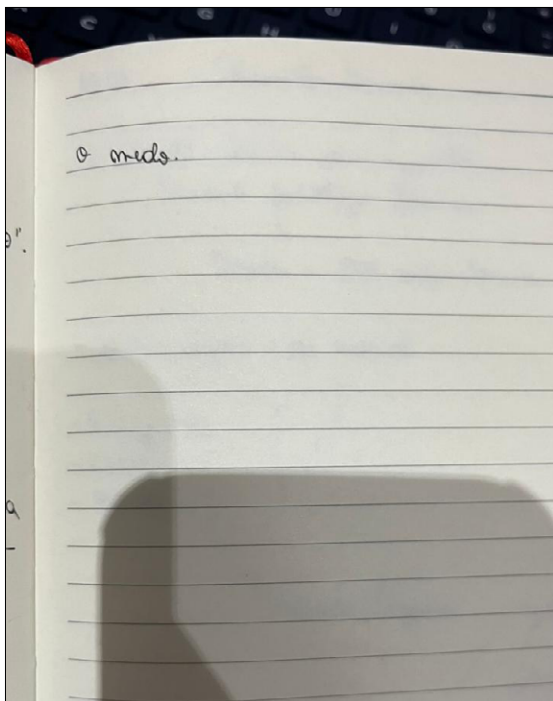


Figura 5. Anotação no meu caderno de campo.
Foto: Beatriz Levy (2025).

Desmotivada, intimidada e com medo, acreditei que não teria mais dados para usar na minha tese. Naquele momento, sentia que a minha pesquisa tinha ido por água abaixo. Foi, então, que, em diálogo com minha orientadora, passei a compreender que a ausência de dados também constitui um dado e que uma antropologia do fazer etnográfico sobre essa experiência se apresentava como um caminho possível (Figura 5).

Se, por um lado, os obstáculos enfrentados para a continuidade da pesquisa em campo pareciam inviabilizar o projeto inicialmente proposto, por outro, descortinaram relações de poder que, a depender da forma como se apresentam na escrita da pesquisadora, podem refletir um potencial para traduzir os conflitos e os significados presentes em uma etnografia que se propõe a analisar a realidade de instituições totais¹⁰, afinal:

... falar do trabalho de campo é falar, necessariamente, de como registramos nossos dados e nossa circulação pelo campo. É falar da produção e apropriação dos diários. Porque, refletir sobre as nossas experiências de campo é re/tomar o diário como nossa principal fonte (Bonetti & Fleischer, 2007, p. 17).

Portanto, proponho outro contorno à pesquisa, que passa a ter como foco o que Perin (2021) chama de engajamento do/da pesquisador/a na produção de narrativas etnográficas. Essa reflexão perpassa, necessariamente, pelo papel central que a escrita adquire na produção etnográfica, ou melhor, na produção de realidades etnográficas. Apesar de a observação participante ser interpretada, em muitos contextos, como a tradução da prática etnográfica, é na escrita que ela é produzida. Portanto, “a escrita não é mais uma dimensão marginal, ou oculta, mas vem surgindo como central para aquilo que os antropólogos fazem, tanto no campo, quanto no que a ele segue” (Clifford & Marcus, 2016, p. 32).

¹⁰ Definidas por Goffman (2010) como aquelas que produzem mortificação no “eu” dos/das indivíduos/as que estão inseridos/as nelas. São instituições que separam sujeitos/as em situações semelhantes (nesse caso, pessoas com deficiência psicossocial em conflito com a lei) da sociedade mais ampla, impondo-lhes uma vida fechada, estando nessa tendência de fechamento o caráter de totalidade. Nesse contexto, os/as internos/as sofrem uma transformação, tanto do ponto de vista pessoal, quanto de seu papel social, por meio de um sistema de “enquadramento”, que consiste em imposições de regras de conduta, fazendo com que os/as sujeitos/as percam sua autonomia e liberdade de ação em um regime de desculturamento e reorganização pessoal.



No entanto, discutir sobre o contexto de produção da escrita não foi uma prática naturalizada durante muito tempo pela antropologia, pois havia o pressuposto de que a escrita é aquilo que significa a transparência da representação e o imediatismo da experiência (Clifford & Marcus, 2016), isto é, como se fosse uma tradução fiel e objetiva da realidade apreendida em campo, tão somente reduzida a um método.

Ocorre que, segundo advertem Clifford e Marcus (2016), a etnografia não apenas representa a realidade, mas a inventa. Logo, ela se situa ativamente entre os sistemas de significados, e não acima deles. Ela é, por si só, uma prática inventiva, em estado de transformação, e possui uma natureza indissociavelmente literária. Clifford e Marcus (2016) apontam isso não como sinônimo de “escrever bem”, mas como uma forma de explicitar que escolhas narrativas são feitas, e elas afetam a maneira como os fenômenos são registrados e como se atribuem sentidos a eles.

Logo, a etnografia não é sinônimo de representação da realidade, mas uma ficção, na medida em que as verdades culturais e históricas são parciais. Assumir a sua parcialidade não significa destituí-la do seu potencial científico, sendo o contrário disso, visto que a parcialidade, quando autoconsciente, é um esforço ético (Clifford & Marcus, 2016). As relações de produção dos textos etnográficos passam, então, a chamar a atenção, pois eles deixam de ser apreendidos como fins em si mesmos. Assim, surge a necessidade de posicionar as vozes: quem fala, quem escreve, em que momento histórico, situado/a em qual espaço, com quem se fala, para quem e quais os limites institucionais dessa fala. Essa tendência, que despontou nos anos 1960, faz com que os/as etnógrafos/as passem a dar enfoque, em suas escritas, às suas experiências subjetivas em campo (Clifford & Marcus, 2016).

A obra “O selvagem cerebral”, de Lévi-Strauss, é um grande marco nesse sentido. Ela representa essa crítica, pois, segundo Geertz (2004), descortina como aquilo que sempre foi apresentado como cientificamente incontestável é, na verdade, um esforço para defender uma posição contaminada por argumentos ideológicos. No entanto, questões permanecem acerca desse movimento, sobretudo se essa tradução de uma decepção pessoal é ciência ou uma tentativa de dar vazão aos fracassos do campo.

Seja como for, é preciso assumir que a escrita de um texto está orientada por uma base ideológica. E, no meu caso, estou situada, como disse Goffman (2010), “ao lado do paciente”, uma vez que, de acordo com o mesmo autor, “do outro lado” (da equipe dirigente do manicômio) já existem muitas narrativas dominantes produzidas. Logo, há um desequilíbrio, mas que está situado socialmente “no lado certo da balança” (Goffman, 2010, p. 8).

Essa escolha política, evidentemente, está refletida nos conflitos de poder com aqueles/as que produzem as violências que estão sendo denunciadas nesta pesquisa, os/as quais também produzem ficções discursivas, que igualmente estão situadas. Logo, é preciso fazer um esforço metodológico que vise reconhecer que:



Produzimos alegorias que estão relacionadas com as alianças que fazemos, seja com determinados sujeitos, com a própria teoria, com determinadas questões políticas, ou com experiências. Trata-se de um trabalho de autoria do início ao fim, já que elencamos o quê conectamos, com o quê e como. Deixamos uma série de coisas “de fora”. Escolhemos, assim, a escala de uma complexidade para etnografar, e os “ganchos” que selecionamos para criar essas alianças são sempre políticos – estaria aí a principal questão do engajamento do pesquisador. Reconhecer o caráter alegórico dessa escrita, lembra Clifford (1986b), coloca uma questão política e ética inescapável, que precisa ser manifesta e não ocultada, pois obriga a nos responsabilizarmos por nossas construções sobre os outros e sobre nós, mesmo que através desses outros (Perin, 2021, p. 5).

Se o que escolhemos incluir na escrita é um movimento político, as estratégias narrativas se apresentam como potencial, diante das limitações, para refletirmos sobre o que as censuras encontradas em campo pela pesquisadora nos dizem e sobre o *modus operandi* daqueles/as que estão à frente de instituições que produzem sofrimento e violação de direitos.

Entendo que essa disputa se insere em um contexto sobre o possível fim de uma história (dos manicômios judiciais) e o início de um novo capítulo no sistema carcerário paraense, ambos violadores de direitos, envolvendo populações com perfis específicos, que a unidade se apresentou como preparada para receber, mas, na prática, apenas converge para a exclusão como fim em si mesma. Isso porque os direitos básicos não lhes são garantidos e, pior ainda, essas populações se veem em um cenário mais violador do que vivenciavam em unidades penais comuns.

Para o discurso institucional oficial, o fechamento do manicômio judiciário é um mérito que representa um marco de “humanidade” e a criação da unidade dos/das “vulneráveis” é apresentada como um compromisso com as diretrizes do CNJ e com os direitos desta população. Na prática, inúmeras violações de direito são identificadas. Não se trata de uma falha em alcançar o que o discurso oficial promete, mas sim de reconhecer que objetivos outros, não ditos, estão sendo alcançados (Andrade, 2012).

No entanto, entre discurso oficial e objetivo real, existem pessoas capturadas por essas instituições, e a população por este cenário atingida não se queda inerte, mas vem desenvolvendo estratégias de resistência próprias, visando reivindicar direitos. Esta pesquisadora tampouco se queda inerte e passa a se apropriar de estratégias narrativas para traduzir, na escrita, e mediante a abertura de sua experiência pessoal, as relações de poder existentes nesse campo.

Muito há ainda que se falar sobre os caminhos que esses obstáculos e essas censuras representam para a reflexão sobre as instituições criminais. Por ora, deixo essas reflexões iniciais como forma de demarcar a realidade e demonstrar que estamos atentas¹¹. Quem sabe, falando sobre isso, colaboramos para a divulgação sobre a perpetuação de uma nova história de horror no sistema carcerário paraense.

¹¹ Mantém-se “atentas” no feminino plural para incluir as/os companheiras/os de campo mencionadas/os ao longo do texto.



Se o campo lhe dá uma “limonada azeda”, é necessário trocar os ingredientes da receita: das saias justas aos jogos de cintura

“Experimentemos, pois, esse azedo
com toda a sua potência
de criar o que não existe”
(Lopes, 2023, p. 44)

Quando fazemos entrevistas em processos seletivos de mestrado ou doutorado, uma das perguntas mais frequentes é se há viabilidade para acessar os dados que queremos analisar; em outras palavras, se esse campo é possível. A experiência que me soou, inicialmente, como o descarte de uma pesquisa que já vinha se desenvolvendo há quase um ano tornou-se o terreno fértil para novas categorias analíticas. Aprendi com a etnografia em documentos que o contexto orienta a análise, assim como os dados revelam o contexto. Nessa dinâmica, o micro e o macro se retroalimentam.

Outra coisa que aprendi com a etnografia em documentos é que os registros oficiais são contaminados, enquadrados nos discursos e nas categorias possíveis. Assim também são as narrativas oficiais. Até mesmo quando eu estava no campo, nem tudo era revelado para mim, grande parte das inserções se resumia a um verdadeiro *tour* pelos blocos, onde meu/minha guia (algum/a servidor/a ou policial penal) me contava sobre as melhorias que vinham sendo feitas, ao mesmo tempo que mostrava as habilidades curiosas daqueles/as “loucos/as enjaulados/as”: desde o rapaz que conhecia mais de cem nomes de animais com a letra C até o que fazia dezenas de flexões com uma mão só; havia também o que cantava e dançava músicas dos anos 80, mesmo não tendo um dente na boca; o que se recusava a colocar calças; entre tantos outros comportamentos peculiares que me eram mostrados como se eu estivesse fazendo uma visita a um zoológico.

Suponho que, ao me propor a entrar nesse espaço para analisar os impactos da covid-19 e da intervenção federal, a autorização me foi concedida (apesar das dificuldades) porque ambas as realidades, de fato, foram amenizadas naquele espaço, mas o mesmo não ocorreu em outras unidades prisionais. Os relatos em campo deram conta de que a pandemia pouco ou nada impactou a rotina dos/das internos/as, afinal, a grande maioria não recebe visitas de familiares¹² e nenhum/a tem contato com o mundo externo. O estado de cronificação avançado dos sintomas, que apenas se intensificam no espaço prisional, também não permitia essa dimensão dos acontecimentos. Os/As servidores/as, sim, vivenciaram a pandemia como

¹² Segundo o relatório do CNJ (2024, p. 40), àquela altura, 30,91% dos/das internos/as recebiam visitas no HGP. É importante ressaltar que a análise levou em conta quem tinha pelo menos um visitante cadastrado, o que não significa que, necessariamente, essas pessoas conseguiam aderir a todas as visitas. Essa dificuldade decorre de outro dado relevante: a maior parte dos/das internos/as advém de localidades distantes da capital do Pará (quase 80%), o que dificulta o acesso de familiares.



todos nós, alguns/algumas contraíram o vírus e precisaram se afastar por um período, mas não houve óbitos de funcionários/as naquela unidade.

A intervenção, por sua vez, foi branda no HGP, pois os relatos são de que, apesar de a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) ter entrado na unidade com agressividade, ao entender que se tratava de um público com especificidades, fez concessões e chegou a ser reconhecida de forma positiva, por “colocar ordem” no lugar, separando o “joio do trigo” e acabando com os “esquemas” de encaminhamento de pessoas sem “perfil psiquiátrico”, que iam para viver de regalias na unidade. Essa herança foi e é lida como algo majoritariamente positivo no HGP, a despeito dos relatos de outras unidades, que dão conta de episódios de verdadeiro terror cujas atrocidades praticadas durante a intervenção federal se transformaram em denúncias de revirar o estômago, o que nos faz refletir sobre como as visões sobre os mesmos eventos são múltiplas e complexas, entendendo que fenômenos sociais são situados, provisórios e têm inúmeras e distintas interpretações. Enquanto em muitas outras unidades os episódios de torturas e toda sorte de violação de direitos no período da intervenção ganharam dimensão nacional, sendo alvo de manchetes de jornais e de relatórios de inspeção feitos por inúmeras instituições, no HGP as relações com a FTIP foram dúbias. Da perspectiva dos/das funcionários/as:

K: Sabe o que eu queria perguntar, vocês estão falando muito dessa importância, né, do tratamento mais respeitoso com eles e tudo, como é que foi o período, assim, da intervenção aqui com eles? Tu entrou depois, né, da intervenção? Tu viu resquício ainda do que era intervenção?

Ofélia: Não, mas eles foram bem agredidos...

K: E a covid?

Ofélia: Eu era linha de frente do covid.

K: Como é que foi, como é que foi esse período assim? Como é que foi?

Ofélia: Aqui a gente fez uma... Deixa eu ver, a gente fez cronograma de atendimento, né? É, a triagem da saúde, eles fazendo todas as testagens. Inclusive do covid junto, né? E a gente fez uma, como é que eu posso dizer, uma prevenção... Através da medicação, para, tipo assim, prevenir que eles viessem a ter covid. E, por incrível que pareça, alguns tiveram, mas não foi adiante.

K: Foi leve?

Ofélia: Foi leve. Não teve nenhum agravante.

K: E a questão da vacina?

Ofélia: Antes da vacina foi essa prevenção. O que a gente usou muita vitamina injetável, né? A gente fez a medicação de albendazol, associado com a ivermectina, a gente associou ao albendazol e ivermectina. E logo em seguida vitamina C, complexo B, entendeu? Para a imunidade aumentar.

K: E aí teve contágio entre eles?

Ofélia: Assim, a gente teve um alto índice de covid em servidores. Tanto prova que morreram muitos servidores...

K: Sabe mais ou menos quantos?

Ofélia: Não, mas teve muito. E PPLs [Pessoas Privadas de Liberdade], tivemos dois.



K: Não daqui, né?

Ofélia: Não daqui, de outras unidades. E aqui no polo nós montamos, na época, uma Comissão de Saúde e a gente ficava de segunda a domingo fazendo esse monitoramento em todas as unidades, nós montamos no CPJA¹³ uma ala só para covid, entendeu? Porque na época, o que aconteceu? Os hospitais, as UPAs, como a demanda tava muito grande, né, superlotadas, os familiares não aceitavam que os presos tivessem prioridade no atendimento. Aí, o que aconteceu? Se nas unidades... Os familiares chegassem e tivessem presos sendo atendidos, eles corriam o risco de matar, entendeu? Porque a população dizia que a prioridade era pro público e não para eles, porque já haviam cometido o crime, isso, aquilo. Então, quer dizer, a gente resolveu montar em cada unidade. Aqui no polo a gente montou no CPJA, CRPP3 [Centro de Recuperação Pará III] aqui na UPMAX [Unidade Penitenciária de Segurança Máxima], que é o CRP5 [Centro de Recuperação Pará V] agora.

K: Mas ia de qualquer unidade, se tivesse contaminado?

Ofélia: A UBS tinha uma sala com nove leitos, tipo, caso precisasse ficar internado, eles iriam ficar isolados lá, sendo que tinha um outro setor de urgência e emergência também com oxigênio em contato pra receber o primeiro atendimento.

K: Aqui do HGP ninguém pegou, dos internos?

Ofélia: Pegou, como eu tô te falando, leve, né? Não foi pra frente justamente porque a gente entrou com essa prevenção, entendeu? Mas servidores, foi...

Rosen: Houve alguns presos que ficaram coisa leve, não houve nada para internar. Os servidores também pegaram covid, alguns foram afastados, outros teve leve também. Mas não houve aquela contaminação.

K para Rosen: E a gente estava conversando agora sobre o período da intervenção. Estavas aqui, né?

Rosen: Eu trabalhava na época que houve a intervenção. É, não foi muito fácil trabalhar, porque quem veio fazer intervenção veio com uma linha de pensamento de que era preso comum, e não era. Inclusive teve um preso aqui, que foi o seu [nome preservado], quando foi para retirar ele da cela, foi necessário eu e o [outro funcionário] conversarmos com ele, acalmar ele para poder tirar ele da cela. Porque quem veio fazer intervenção achou que ele era uma coisa comum e que ele ia agredir. Nós conversamos com essas pessoas que vieram fazer a intervenção da FTIP, passando para eles que o público não era esse público, que ia ter um interno aqui que não ia obedecer esse comando de ficar em procedimento. Ele ia levar tiro, mas não ia fazer procedimento. Não é porque ele não quer, é porque ele não tem noção do que é isso, não tem discernimento. Aí eles entenderam. Boa parte deles entenderam. Aí, o que aconteceu? Houve a intervenção, foi tudo tranquilo, não houve nenhum problema em relação aos psiquiátricos, porque nós não só tínhamos psiquiátricos, também tinha presos que eram provisórios, não eram psiquiátricos, estavam todos juntos aqui. Hoje nós só temos psiquiátrico mesmo. Nessa época que tinha 280, 290, chegou até mais de 300, em 2019.

K: Mas foi um período diferente, né?

Rosen: Foi, foi um período diferente. E é por isso que a experiência do servidor antigo, ela é muito boa, porque conhece os presos realmente, né? (Ofélia e Rosen, comunicação pessoal, 15 dez. 2023).

Em outra entrevista, de 15 de dezembro de 2023, desta vez com Guilden, a percepção foi a seguinte:

¹³ A sigla CPJA refere-se a uma unidade prisional situada no Complexo de Americano, chamada Cadeia Pública de Jovens e Adultos.



Guilden: É, uma herança maldita [da intervenção federal] que alguns [policiais penais] presenciaram a presença da FTIP, né, e ficou com aquilo, entendeu? Mas eu procuro sempre mudar essa cabeça deles. Falando isso aí, né, que acabou a intervenção, né? A hora era aquela. Mas já que tá no procedimento, tudo é manutenção, é verbalização. De outra forma. Funciona.

K: Tu tava aqui na intervenção?

Guilden: Eu tava lá pro lado do [outra unidade prisional], depois da intervenção. Sim. É que eu dei uma parada numa época aí.

K: Aí tu já viu os reflexos, né?

Guilden: Aí mandaram me chamar de volta. Eu aceitei.

K: Tu deu uma parada ou ficou fora?

Guilden: É, uma parada, um tempo do sistema. Mas, olha, isso aqui é uma coisa que parece droga. Vicia. Sabe, a pessoa passa a gostar.

K: E tu, tu acha que ainda tá muito assim na mentalidade da equipe dos policiais penais?

Guilden: Olha, aqui o pessoal é bem maneiro. É porque eles compreendem que o pessoal tem problema psiquiátrico. A gente não vê chamando, assim, palavrão, sempre conversando direitinho com eles, eles obedecem.

K: Sim. Aqui no HGP, né?

Guilden: Aqui eu garanto.

K: O pessoal do HGP não faz muita reivindicação, não reclama, não se rebela?

Guilden: Não, não, não. Tranquilo, tranquilo, tranquilo.

K: Não tem nenhum que dá mais trabalho assim?

Guilden: Olha, não tem... O que ainda tem as femininas aqui, porque devido ao surto que elas têm, mas lógico, logo elas pegam a injetada, entendeu? Elas ficam tranquilas. Mas é bem raro.

K: E aí, nessas ocasiões o procedimento é a medicação?

Guilden: A medicação. Medicação. Quando não é para hospital de clínica, né? Encaminhado para lá quando não tá bem...

K: Entendi. E isso isso vem mais nas mulheres, nos homens?

Guilden: Não, no homem não. Não dá problema (Guilden, comunicação pessoal, 15 dez. 2023).

Já em entrevista de 19 de dezembro de 2023, com Lygia:

Lygia: Eu acho que a única coisa mesmo válida que a SEAP fez foi que, com a intervenção, a SEAP foi a primeira a interditar o HGP. Onde é que estavam os juízes quando todo mundo, em qualquer presídio, brigava com o carcereiro e levava um castigo de ser transferido pro HGP? De um hospital, acho que com capacidade para 87, 85, não sei ao certo, coisa assim, 80 alguma coisa. 87, né? 87, chegou a ter 400 pessoas, chegou a ter facções lá dentro, né? Então era assim, era uma presa rebelde, brigava, jogava merda num agente prisional e ia de castigo para lá e os juízes iam só aceitando, só autorizando isso. E aí com a intervenção primeiro eles vieram, meteram porrada em todo mundo. Eles conseguiram colocar mesmo o louco no procedimento. Você vai no CRF, as mulheres não entram no procedimento. Você entra na UCR6 [Unidade de Custódia e Reinserção 6] que é de LGBT, eles não entram no procedimento. Mas o louco entrou no procedimento. Só que depois que entrou no procedimento, que eles deram porrada, torturaram muita gente e entrou no procedimento, eles também baixaram a guarda e começou a funcionar melhor as coisas, né? Mas a intervenção foi boa neste sentido, de que ela foi a primeira a olhar e falou assim: “Não, mas isso aqui é um lugar para doido, a gente tem que fechar essa porcaria aqui”. Para quem tá lá, né, privado de liberdade [respondendo por pena privativa de liberdade em unidades “comuns”], não existe ponto positivo da intervenção. Eu ouvi ponto positivo da intervenção dos familiares.



K: Em qual aspecto?

Lygia: É, muitas mães e esposas falavam assim: “Mas eu prefiro do jeito que tá. Eles estão sofrendo, mas agora eles estão pagando pelo que eles fizeram e agora eles podem refletir no que eles fizeram”, teve uma, inclusive, que falou assim: “A cela dele era que nem a sala da nossa casa. Tinha chapa de pão, tinha TV, tinha frigobar”. Então hoje eles mesmos falam, o marido dessa senhora falou para ela, hoje mesmo eles falam que hoje eles sabem o que é cadeia e hoje eles estão pagando por um crime e querem sair daqui pessoas melhores. Mas antes eles faziam, eles só não tinham a liberdade de ir logo para fora, mas eles faziam o que eles faziam lá fora, usavam droga, bebiam, tinha muita prostituição aqui dentro. E hoje eles têm noção do que eles fizeram.

K: E aí, com relação a essa coisa das visitas, lá no HGP? Vocês não recebem muito?

Lygia: Não, são poucas. O que nós já tivemos de maior número de visita foi 15 no HGP. Na época, um público acho que de uns 70 (Lygia, comunicação pessoal, 15 dez. 2023).

Em resumo, a intervenção começou bruta, houve violência no HGP, especialmente diante da mistura entre diversos perfis de presos/as, de forma indevida, naquela unidade. Aqueles/as que eram “psiquiátricos/as”, como são chamados/as, e apresentavam dificuldade para se adaptar aos procedimentos, foram gradualmente sendo poupados/as, e isso se deve muito aos/as funcionários/as mais antigos/as, que explicaram as nuances no trato com eles/as. Os relatos, no geral, dão conta de que a população do HGP é tranquila, sendo um lugar, inclusive, onde os/as policiais penais e outros/as funcionários/as gostam de trabalhar. Não há essa mesma satisfação com o público da UCRVI, considerado mais rebelde e questionador.

Todos esses são, segundo o meu ponto de vista, dados importantes, no entanto, esses aspectos não foram compreendidos assim pela SEAP, que, como já dito, chegou a questionar a viabilidade da minha pesquisa inúmeras vezes. Acredito que esperavam que eu fosse me decepcionar ao encontrar algo diferente do que imaginava e que descartaria esse objeto de pesquisa ou, na melhor das hipóteses, faria conclusões que seriam favoráveis à gestão da secretaria em ambos os fenômenos (covid-19 e intervenção), então meu trabalho serviria para os legitimar.

Essa foi uma das dificuldades mais notáveis: tentar traduzir, em nossos diálogos, a linguagem antropológica para a linguagem jurídico-militar da SEAP, que é autoritária e cartesiana. Do ponto de vista da secretaria, a autorização para entrar em campo significava que eu deveria me ater a observar especificamente essas duas categorias (covid-19 e intervenção federal), desconsiderando que o campo é quem guia a etnografia e cerrando os olhos para qualquer outro elemento que surgisse no meu caminho etnográfico.

Caso eu quisesse apenas confirmar algo que eu já pressupunha, qual seria o objetivo de sequer fazer uma pesquisa? Nesse ponto, o caso de Charles Bosk, apresentado pelas autoras Debora Diniz e Iara Guerreiro, no texto “Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico”, oferece um espelho direto da minha experiência. Elas relatam que, na pesquisa etnográfica de Bosk sobre aconselhamento genético, “o tema da controvérsia foi a quem cabia o direito à interpretação dos dados, que Bosk assumiu como de sua exclusividade” (Diniz & Guerreiro, 2008, p. 85). Da mesma forma, no sistema



carcerário paraense, vivenciei uma disputa sobre o poder de interpretar a realidade institucional. A SEAP reagiu às minhas análises como se a pesquisadora devesse se restringir a reproduzir uma narrativa oficial, sem autonomia interpretativa.

Entretanto, como indicam Diniz e Guerreiro (2008), o compromisso ético da etnografia não é com a satisfação das instituições observadas, mas com a fidelidade ao vivido, ao não dito e ao latente. O incômodo gerado pela minha análise não é sinal de infração ética, e, sim, o resultado esperado de uma pesquisa comprometida com uma boa etnografia de inspiração antropológica.

O caso de Bosk, portanto, serve como metáfora para compreender a minha experiência de campo: em ambos os casos, o que está em jogo é o direito de interpretar o real e o poder das instituições sobre o discurso científico. A tentativa de impor à etnografia o modelo ético da biomedicina revela uma incompreensão sobre o modo de produção do conhecimento nas ciências sociais. Minha trajetória no hospital penitenciário evidencia que o verdadeiro risco ético da etnografia não está em observar demais, mas em ser silenciada por ter observado o que não se queria ver.

Outro embate relevante foi tentar explicar que, às vezes, a ausência de um dado expresso também é um dado. Por exemplo, a falta de impacto direto da covid-19 na realidade dessas pessoas nos diz algo, nos mostra sobre o quão abandonadas estão, sem vínculos familiares e afetivos preservados, alheias ao mundo extramuros. Mas isso foi considerado como algo que “não é ciência o suficiente”. Essa constatação não é novidade para a antropologia.

A grande questão foi explicar que, enquanto pesquisadora realizando uma etnografia, é completamente natural lidar com o elemento surpresa, tanto quanto é natural absorvê-lo na análise. Logo, categorias que surgiram, como a implementação da política antimanicomial no judiciário, o possível fechamento do HGP e a nova população que chegou para substituir os/as “loucos/as infratores/as”, também fazem parte das minhas constatações em campo. Isso foi considerado inadmissível, pois a única visão de pesquisa aceitável naquele espaço era aquela o mais cartesiana possível: “você entrou para falar de covid-19 e intervenção, nós autorizamos que você falasse de covid-19 e intervenção e, inclusive, achamos que sobre esses assuntos não há pesquisa viável, e você não pode falar sobre as outras coisas que vivenciou em sua observação participante, não foi isso que autorizamos, proibimos!”.

E assim entramos em um dilema ético: pode a instituição retirar a minha autorização simplesmente porque não gostou do que observei e de como interpretei o campo? Pode a instituição me proibir de relatar algo que eu vivenciei, testemunhei, e apagar dados que eu efetivamente coletei, a partir de uma autorização oficial de entrada naquele espaço para realizar uma etnografia, só porque não converge com a narrativa que querem contar? Do contrário, o trabalho sequer poderia ser chamado



de etnografia. Pode a instituição interferir nos caminhos das minhas análises e observações enquanto pesquisadora? Pode a instituição definir o que é viável, ou não, de compor minha pesquisa etnográfica?

Outra categoria ressurge: a lógica militarizada da secretaria, com nítidas heranças da ditadura militar, e a forma como isso me atravessou subjetivamente e me causou sofrimento, angústia e medo. De certa maneira, também me foi exigido o enquadramento aos “procedimentos”, que eu me adaptasse “às regras do jogo”. Lembro, no ato da minha inquirição, que falavam sobre outra pesquisadora que “não deu problemas” e seguiu a cartilha das ordens da secretaria, e até hoje executa pesquisas em unidades prisionais, indicando que eu deveria ter agido da mesma maneira.

Era necessário seguir as regras do jogo. Ocorre que minha pesquisa não serve à manutenção desse jogo, sobre o qual sabemos bem quem sistemática e historicamente vence e quem perde. De modo algum minha análise seria instrumentalizada para reafirmar essa engrenagem, que é uma verdadeira máquina de moer gente. Essa advertência, inclusive, eu recebi em campo, através do relato das companheiras Jane e Lygia, similar a muitos relatos de funcionários/as:

Jane: É um ambiente assim, que eu digo que é um resquício de militarismo, antigamente era a SUSIPE, tinha uma veia militar muito forte, por mais que tenha virado SEAP, secretaria, e tudo mais, eu acho que eles ainda acham que estão lidando com contratado e com pessoas que vão se submeter a qualquer tipo de situação, então isso é muito complicado aqui dentro. Eu tenho experiência lá fora, inclusive já tive experiência militar, então por isso que eu digo, eu acho bem parecido, né, com algumas coisas que eu vivi no ambiente militar, que é meio que te cala, e pronto, acabou, entendeu? É a forma como eles querem tratar. E agora já tem uma leva muito grande de concursados, e a gente tem uma certa força, mas, assim, é um sistema muito complexo, que às vezes são inventadas coisas, né, são criadas situações, envolvimento com corregedoria, então eu acho que essa situação é que deixa o ambiente bem pesado, bem difícil de executar algumas atividades, basicamente é isso, a gente tem medo do que possam inventar, do que possam criar, de encaminhar a gente pela milésima vez pra corregedoria, né? Gasto com advogado, que eu ainda não criei na minha tabela [de despesas] esse tópico, gasto com advogado, né, mas volta e meia a gente tem que gastar, porque é essa a realidade que a gente vive, é um ambiente pesado. E, assim, se a gente for considerar que antigamente imperava a presença da polícia militar, né, e hoje ainda tem o resquício, inclusive, pelo que a gente visualiza, existe uma briga, né, porque a polícia militar não quer perder o espaço que historicamente é deles, e uma galera civil chegando com força, que é o pessoal da polícia penal. Então, assim, essa guerra a gente consegue ver no dia a dia. E hoje a gente consegue visualizar, até com a nova gestão [da SEAP], esposas de militares retornando em cargos de chefia.

Lygia: Estão enchendo as cadeias, que deveriam estar na mão da polícia penal, com diretores PM (Jane e Lygia, comunicação pessoal, 12 jan. 2024, ênfase adicionada).

Todos sabem como “a banda toca” e quem ousa desafiar lida com revés. No caso dos/das funcionários/as, ocorrem denúncias à corregedoria, acusações de envolvimento com faccionados/as, perseguições, transferências para unidades “difíceis” de trabalhar, assédio moral, adoecimento psíquico etc. No caso dos/das presos/as, são submetidos/as a castigos, torturas e toda sorte de violações



de direitos. Há também aqueles/as que, perfeitamente adaptados/as, apenas cumprem ordens, calados/as, por mais questionáveis que essas ordens sejam. Como me disse Guilden (comunicação pessoal, 15 dez. 2023), “a gente é mercadoria da SEAP”, e, quando viu minha reação de surpresa, se justificou, resignado: “porque não vai adiantar...”.

Dentro do esforço de realizar uma antropologia sobre o fazer etnográfico, duas categorias despontam: pensar no que essa censura nos diz sobre o contexto e de que maneira isso também se reflete na minha subjetividade enquanto pesquisadora e, logo, na interpretação que atribuí aos achados. No primeiro aspecto, penso que foi necessário trazer ao centro uma análise não apenas da organização interna do HGP, mas das relações interinstitucionais – ora de disputa, ora de negociações, ora de conflitos – e da posição que cada uma dessas instituições tem adotado diante da implementação da política antimanicomial no judiciário. Passei a olhar para além do eixo HGP-UCRVI-SEAP (até porque não havia mais espaço para isso) e comecei a apreender o macro, a partir de uma visão caleidoscópica.

Na implementação da política, temos como protagonistas o Poder Judiciário, a Secretaria de Saúde (SESPA), a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), implementada pela Portaria GM/MS nº 3.088/2011 (Brasil, 2011), incluindo os Centros da Atenção Psicossocial (CAPS) e os SRT. Como equipes conectoras, destaco a Equipe de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP-Desinst), alterada pela Portaria GM/MS nº 4.876/2024 (Brasil, 2024). Há também o movimento da luta antimanicomial, os/as representantes do poder legislativo, o Conselho Federal de Medicina (CFM), o Conselho Federal de Psicologia (CFP), o Ministério Público (MP), a Defensoria Pública, entre tantos outros. Particularmente, minha participação no Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA)¹⁴, representando a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB/PA), foi um campo fértil para entender os diálogos entre essas diversas perspectivas.

Há também os pontos de vista mais individuais e subjetivos, não raramente alcançados neste trajeto. Destaco o receio dos/das trabalhadores/as do HGP de perderem o emprego (e, como já mencionado, o HGP é lido como um lugar tranquilo para trabalhar, em detrimento dos “cadeiões comuns”) e a questão recorrente da sociedade: “para onde os loucos perigosos irão?”. A fixação dos/das peritos/as psiquiatras e do judiciário pelo imaginário da psicopatia (e dos transtornos de personalidade como um todo) é também algo digno de nota, que ressurge como uma categoria de

¹⁴ No inciso VI, do art. 20, da Resolução nº 487/2023 do CNJ, consta: “instituir ou participar de Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário, o qual contará com representantes do GMF, da Vara de Execução Penal, da Saúde Mental-Raps, da Assistência Social, do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, onde houver, dos Conselhos Regionais de Serviço Social, Psicologia e Medicina, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Conselho da Comunidade, onde houver, da Equipe de Saúde da Secretaria responsável pela gestão prisional, podendo contar ainda com outros Conselhos de Direitos, Organizações da Sociedade Civil afetas ao tema, usuários da Política de Saúde Mental, entre outros” (CNJ, 2023).



disputa (sobretudo com a psicologia, que possui olhares bastante distintos sobre o tema) e também como forma de manutenção do controle sobre esses “perigosos incuráveis”.

Esse dado se apresenta de maneira bastante evidente no relatório do CNJ (2024, p. 38, ênfase adicionada):

Nos prontuários das pessoas internadas no HGP, os CIDs mais identificados nos laudos de sanidade mental referem-se aos descritivos F07, F60, F61, F68 e F69, que compõem os transtornos específicos de personalidade (36,4%), e retardo mental (F70 e F71), com 27,3%. Os diagnósticos de esquizofrenia (F20) compõem 21,8% e, na sequência, vêm os transtornos mentais relacionados ao uso de álcool e outras drogas (F10-F19), identificados em 14,6% dos casos. Transtorno afetivo bipolar (F31) foi descrito em 10,9% dos casos.

O fenômeno é lido como algo crescente, sobretudo quando comparado aos dados do censo realizado em 2011, por Diniz (2013):

No Censo de 2011, o diagnóstico de esquizofrenia representava 41% dos casos, o de retardo mental, 18%; transtornos mentais devido ao uso de álcool e outras drogas, 7%; e transtornos de personalidade, 4%. Isso quer dizer que os diagnósticos de esquizofrenia caíram pela metade, deixando de compor a maioria dos diagnósticos entre pessoas que cumprem medida de segurança na unidade. Por outro lado, os diagnósticos de retardo mental e transtornos relacionados ao uso de drogas dobraram, e houve um aumento acentuado dos diagnósticos de transtornos de personalidade (CNJ, 2024, p. 39, ênfase adicionada).

Como disse, participei da pesquisa do CNJ (2024), no eixo responsável por analisar processos, e uma metodologia utilizada na avaliação do estado mental, que eu não havia identificado à altura da análise dos laudos periciais que realizei em 2019, no mestrado, despontou. Trata-se de testes que envolvem a interpretação de provérbios, cada vez mais presentes nos exames periciais realizados no Pará. Um deles me chamou especial atenção e foi digno de nota em meu diário de campo, pela resposta inesperada do periciando (comunicação pessoal, 2021, ênfase adicionada):

Perguntado sobre que semelhança vê entre uma banana e uma laranja, diz “a cor”, “quando elas tão amarela”; entre um relógio e uma régua, diz não saber. Perguntado o que entende pelo ditado “melhor um pássaro na mão que dois voando”, fica calado. Perguntado sobre o que faria se estivesse dentro do presídio e sentisse cheiro de fumaça, sorri e diz “ia ficar doido pra querer fumar também”.

São avaliações como essa que recebem mais legitimidade do que os relatórios multiprofissionais realizados por psicólogos/as, assistentes sociais e outros/as. Não estou, de forma alguma, questionando a pertinência do método, pois não possuo qualquer competência técnica para analisar categorias médico-psiquiátricas, mas o fato é que esse movimento que tem inflado os diagnósticos de transtornos de personalidade representa, na prática, um dos



maiores gargalos na implementação da política antimanicomial. Cito Porter (1991, pp. 10-11), sobre o assunto:

As crenças do louco fazem sentido quando lidas enquanto parte de uma dialética da consciência entre eles e o seu tempo. Por que não serviria aplicar a mesma coisa às teorias da psiquiatria?
...
Os delírios dos loucos, os mitos da psiquiatria e as ideologias da sociedade em geral fazem parte de um tecido ideológico comum.

É digno de nota lembrar que a ênfase nos transtornos de personalidade e na interpretação jurídica de crimes “bárbaros” está ligada à invenção do “crime louco”¹⁵. A psiquiatria buscou reivindicar sua competência por meio da construção de patologias como a monomania, diagnosticada a partir da prática de crimes considerados bárbaros que não possuíam razão ou justificativa aparente.

Segundo Foucault (2006) e Carrara (1998), o simples fato de alguém cometer certos crimes seria o sintoma de uma doença monossintomática, manifestando-se precisamente no ato criminoso. Essa loucura já não era mais externa, mas podia estar contida de forma invisível nos/nas sujeitos/as, e é nessa imprevisibilidade que reside sua associação à periculosidade.

Para o saber psiquiátrico (aquele que detém o poder de anunciar o destino do/da sujeito/a louco/a em conflito com a lei), o interesse pelo crime era menos em demonstrar que todo/a criminoso/a é louco/a, e mais em demonstrar que todo/a louco/a é um/uma possível criminoso/a, atribuindo-lhe a periculosidade. A noção de periculosidade não reside na prática criminosa em si, mas no desvio. Essa noção é subjetiva e projeta um juízo para o futuro, se propondo ser capaz de prever se alguém irá delinquir novamente. O grau de periculosidade depende do juízo subjetivo do/da psiquiatra e, conseqüentemente, do/da juiz/juíza.

Cada poder-saber, a partir de suas práticas, desenvolve suas metodologias e interpretações sobre o manicômio, da mesma maneira que constrói argumentos e posições distintas sobre o seu fechamento. Uma mostra dessa arena de disputa foi a mobilização das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 7389, 7454, 7566 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1076 perante o Supremo Tribunal Federal (STF), que questionam a constitucionalidade da Resolução nº 487 do CNJ. Os/as autores/as das ações são, respectivamente, o partido político Podemos, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), a Associação Nacional de Membros do Ministério Público (CONAMP) e o partido político União Brasil, sendo esse um dado de grande relevância.

¹⁵ A invenção do “crime louco” ocorreu a partir do século XIX, em um período de constante diálogo entre a medicina mental e a criminologia (Foucault, 2006). No Brasil, o cenário de transformações se deu no final do século XIX, com a reestruturação dos interesses dominantes após a abolição da escravidão, alinhados aos parâmetros burgueses de ordem e progresso (Engel, 2000; Rauter, 2003; Schwarcz, 1996).



Logo, podemos afirmar que a etnografia é uma ficção, assim como o são todas as narrativas, inclusive as das instituições e dos saberes que pugnam pela manutenção do manicômio. Essa afirmação desnuda a farsa da neutralidade científica. Escolhas são feitas, e é um movimento ético trazê-las à tona.

Tampouco é munida de neutralidade a pesquisadora, advogada e militante, colocada em lugar de suspeição: seja nos questionamentos sobre suas intenções (críticas) ao interpretar os dados coletados em campo, realizados pela SEAP, conforme já mencionado; seja nos diálogos interinstitucionais realizados no CEIMPA, nos quais a representante da OAB que ora escreve foi interpelada, mais de uma vez, sobre sua imparcialidade e capacidade de participar da produção de relatórios a partir de uma posição não ideológica e verdadeiramente “neutra”. Tal neutralidade parece ser algo automático, por exemplo, em relação à psiquiatria, que, diga-se de passagem, move coletivamente ações contra a implementação da política – mas isso não é interpretado como um viés ideológico.

A eleição dos temas que merecem ser pesquisados e os significados atribuídos aos eventos também decorrem desses atravessamentos subjetivos e das escolhas teórico-metodológicas conscientemente realizadas pela pesquisadora. A etnografia não pode ser lida como apenas um método técnico, mas envolve uma carga de subjetividades, reflexões críticas e situadas, contradições éticas, conflitos, bastidores, fracassos e todos aqueles elementos que antes ocupavam os segredos irreveláveis dos diários de campo, guardados a sete chaves, mas que passaram, em movimento contrário, a se mostrar com potencial analítico, a partir do viés da antropologia do fazer etnográfico, do qual eu tenho me apropriado.

Conclusão

A experiência de campo no contexto da desinstitucionalização do HGP e da criação da UCRVI demonstrou que os conflitos e as relações de poder se manifestam de maneira explícita e sutil simultaneamente, sendo a burocracia institucional uma poderosa arma de censura. A SEAP, ao tentar inviabilizar a pesquisa, forneceu, involuntariamente, o dado central para a antropologia do fazer etnográfico, evidenciando como as instituições totais atuam para produzir ficções discursivas e controlar narrativas.

O esforço metodológico em analisar a censura como potencial analítico permitiu ir além da mera descrição dos acontecimentos. A ausência de autorização e o impedimento de narrar a própria experiência em campo confirmam o caráter totalitário da instituição, que exige o “enquadramento” dos/das sujeitos/as, sejam eles/as internos/as, funcionários/as ou pesquisadores/as.

Reitero que a etnografia praticada assume um posicionamento político engajado, sem pretensão de neutralidade, reconhecendo que a convenção de que a vida acadêmica, de



forma individual e hierárquica, deva assumir a própria parcialidade constitui um movimento ético, necessário para contrapor as narrativas dominantes produzidas pela equipe dirigente.

Ao final, a apropriação dos obstáculos e a transformação do sofrimento em potencial analítico reforçam o compromisso de mobilizar a ciência para produzir fissuras em contextos de injustiças. Falar sobre a censura e os conflitos institucionais é uma tática de resistência que visa evitar a perpetuação de uma nova história de horror no sistema carcerário paraense, em que as novas formas de exclusão (como a criação da UCRVI) perpetuam a violação de direitos sob um discurso oficial de humanização.

Referências

- Andrade, V. R. P. de. (2012). *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Revan.
- Brasil. (2001). Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm
- Brasil. Ministério da Saúde. (2011, 23 dez.). Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011: Institui a Rede de Atenção Psicossocial no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
- Brasil. Ministério da Saúde. (2024, 18 jul.). Portaria GM/MS nº 4.876, de 18 de julho de 2024: Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Equipe de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei – EAP-Desinst. *Diário Oficial da União*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt4876_19_07_2024.html
- Bonetti, A., & Fleischer, S. (Orgs.). (2007). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Editora Mulheres.
- Carrara, S. (1998). *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. EdUERJ & EdUSP.
- Clifford, J., & Marcus, G. (2016). Verdades parciais. In J. Clifford, & G. Marcus (Eds.), *A escrita da cultura: poética e política da etnografia* (Tradução de Maria Claudia Coelho) (pp. 31-61). Papéis Selvagens/EdUFRJ.
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (2020). Resolução nº 348/2020: Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente. *DJE/CNJ*, (335), 12-17. <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3519>
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (2023). Resolução nº 487, de 15 de fevereiro de 2023 Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei nº



- 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança. *Diário da Justiça Eletrônico do CNJ*. <https://atos.cnj.jus.br/files/original2015232023022863fe60db44835.pdf> Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (2024). *Pessoas com transtorno mental em conflito com a lei no Brasil: itinerários jurídicos e portas de saída*. CNJ. <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/handle/123456789/979>
- Diniz, D., & Guerriero, I. C. Z. (2008). Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico. *RECIIS*, 2(Sup. 1), Sup.78-Sup.90, <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/869>
- Diniz, D. (2013). *A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: Censo 2011*. LetrasLivres; Editora Universidade de Brasília.
- Engel, M. (2000). Psiquiatria e feminilidade. In M. Del Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (3ª ed., pp. 322–361). Contexto.
- Foucault, M. (2006). *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973–1974)*. Martins Fontes.
- Geertz, C. (2004). O Selvagem Cerebral: sobre a obra de Claude Lévi-Strauss. *Cadernos de Campo*, 12(12), 119-133. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v12i12p119-133>
- Goffman, E. (2010). *Manicômios, prisões e conventos* (Coleção Debates). Perspectiva.
- Kafka, F. (2003 [1920]). *O processo*. Companhia das Letras.
- Kuschnir, K. (2023). Prefácio. In R. Toniol, & S. Fleischer (Orgs.), *E quando a limonada antropológica azeda?* (pp. 7-19). Zouk.
- Levy, B. F. (2024, julho). “Matei porque filha mulher sofre mais do que homem”: uma etnografia documental da trajetória institucional de Nadine, entre modos de subjetivação e discursos de poder [Apresentação oral]. 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA). <https://anais.abant.org.br/34rba/trabalho?trabalho=10126517>
- Lopes, N. (2023). Da borda ao fundo: política epistemológica entre pânico morais e antropologias que não o são. In R. Toniol & S. Fleischer (Orgs.), *E quando a limonada antropológica azeda?* (pp. 43-60). Zouk.
- Magnani, J. G. C. (2009). Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, 15(32), 129-156. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006>
- Malcher, F. S. (2014). *A dessubjetivação terapêutica: um estudo do dispositivo criminal punitivo dos inimputáveis por doença mental* [Dissertação de mestrado, Centro Universitário do Pará].
- Malinowski, B. (1978). *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos dos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia* (2ª ed.). Abril Cultural.
- Minayo, M. C. S. (2002). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (21ª ed.). Vozes.
- Oliveira, R. C. de. (1996). O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, 39(1), 13-37. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111579>



- Peirano, M. (2008). Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, 2, 1890. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1890>
- Perin, V. P. (2021). Sobre histórias, fragmentos e silêncios em narrativas engajadas. *Anuário Antropológico*, 46(1), 298-314. <https://doi.org/10.4000/aa.7711>
- Porter, R. (1991). *Uma história social da loucura*. Jorge Zahar.
- Rauter, C. (2003). *Criminologia e subjetividade no Brasil* (Coleção Pensamento Criminológico, Vol. 8). Revan.
- Schwarcz, L. M. (1996). Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: Uma história das teorias raciais em finais do século XIX. *Afro-Ásia*, 18, 77-101. <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901/13519>
- Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará (SEAP). (2022, 5 de janeiro). *SEAP e UEPA realizam visita técnica ao Complexo Penitenciário de Santa Izabel e avançam na elaboração do convênio em saúde*. <https://www.seap.pa.gov.br/node/1088>
- Silva, A. A. (2015). *Das vidas que não (se) contam: dispositivos de desinstitucionalização da medida de segurança no Pará* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17130/1/Alyne%20Alvarez%20Silva.pdf>
- Toniol, R., & Fleischer, S. (Orgs.). (2023). *E quando a limonada antropológica azeda?* Zouk.
- Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). (2019, 23 de setembro). Portaria nº 02/2019 VEP/RMB/TJPA. *Diário de Justiça Eletrônico*. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/764822776/portaria-n-02-2019-vep-rmb-tjpa-23-de-setembro-de-2019-do-tjpa>
- Zé Dudu. (2020, 26 de fevereiro). Enfermeiro preso será transferido para Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Pará. *Zé Dudu*. <https://www.zedudu.com.br/enfermeiro-presosera-transferido-para-hospital-de-custodia-e-tratamento-psiquiatrico-do-para/>



ENTREVISTA

“Olhar para o passado espreitando o futuro”: uma conversa sobre relações de orientação acadêmica

“Looking to the past while peeking at the future”:
a conversation on academic advising relationships

“Mirar al pasado mientras se atisba el futuro”: una
conversación sobre las relaciones de tutoría académica

Entrevista com



Érica Quinaglia Silva



Antropóloga e professora da Universidade de Brasília. Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas da Associação Brasileira de Antropologia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Brasília, Distrito Federal, Brasil

Conduzida por



Ivia Maksud



Cientista social e pesquisadora em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Cientista do Nosso Estado - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Bolsista CNE (Cientista Nosso Estado/FAPERJ). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Esta entrevista apresenta o diálogo entre as professoras e pesquisadoras Érica Quinaglia Silva e Ivia Maksud e discorre sobre trajetórias e relações de orientação acadêmica nos campos das Ciências Humanas e Sociais em Saúde.

Palavras-chave: Trajetórias. Orientação acadêmica. Ciências Humanas e Sociais. Saúde coletiva.

ABSTRACT

This interview presents a dialogue between professors and researchers Érica Quinaglia Silva and Ivia Maksud, discussing academic advising trajectories and relationships within the fields of Human and Social Sciences in Health.

Keywords: Trajectories. Academic advising. Human and Social Sciences. Public health.

RESUMEN

Esta entrevista presenta el diálogo entre las profesoras e investigadoras Érica Quinaglia Silva e Ivia Maksud y aborda las trayectorias y las relaciones de tutoría académica en los campos de las Ciencias Humanas y Sociales en Salud.

Palabras clave: Trayectorias. Mentoría académica. Ciencias Humanas y Sociales. Salud colectiva.

Maksud, I. (2025). “Olhar para o passado espreitando o futuro”: uma conversa sobre relações de orientação acadêmica. *Revista Ética na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, 1(2), 183-196.

Autora de correspondência: Ivia Maksud (iviamaksud@gmail.com).



Conheci Érica de leituras e contatos virtuais, mas nossa aproximação física se deu no contexto de minha licença capacitação no Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB), supervisionada pela professora Soraya Fleischer, que intermediou nosso encontro. Assim, Érica me convidou a participar de duas aulas em sua disciplina “Saúde e Sociedade 2: o processo saúde-doença como construção social”, na Faculdade de Ciências e Tecnologias em Saúde (FCTS) da UnB. Em nosso trajeto do Plano Piloto à faculdade, localizada em Ceilândia, conversamos muito sobre nossas trajetórias e relações de orientação, e Érica aceitou conversar mais comigo posteriormente.

A entrevista propriamente dita se deu no âmbito da pesquisa “‘Discutindo a relação’: um estudo socioantropológico com orientadores e orientandos nas fronteiras das Ciências Sociais e da Saúde”, apoiada pelo programa Cientistas do Nosso Estado (CNE), da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Foi realizada no dia 15 de maio de 2025, num pequeno e gracioso café na Associação de Docentes da UnB. A entrevista original teve duração de uma hora e meia e cerca de 30 laudas transcritas. A transcrição ficou a cargo de Luís Granado, bolsista do “Projeto DR”, e posteriormente foi editada por nós duas.



Hoje vou conversar com a professora da UnB, Érica Quinaglia, a quem agradeço de antemão. Este projeto é apoiado pelo CNE/FAPERJ, sob minha coordenação e cocoordenação da professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Carla Guedes. Nosso objetivo geral é compreender as relações de orientação acadêmica no âmbito das Ciências Humanas e Sociais na sua interface com a saúde, tentando pensar a partir dos marcadores sociais de gênero, geração, classe, raça, dentre outros. O projeto tem duração de três anos. No primeiro, estamos realizando trabalho de campo com discentes e docentes. No segundo e no terceiro, com gestores e programas de acolhimento e nas redes sociais. Até então, fizemos entrevistas com discentes, e a sua entrevista será a primeira realizada com uma docente¹.

A minha história começa do encontro de José e Maria – meus pais, José Carlos e Odimary. Ambos são médicos. Sempre valorizaram o cuidado com as pessoas, o que certamente influenciou a minha forma de olhar o mundo e as minhas escolhas ao longo da vida.

O meu pai era cardiologista. A minha mãe é nefrologista. Contarei brevemente suas histórias porque elas ajudam a entender de onde venho, mas também os aprendizados que orientaram a minha forma de atuar no mundo.

O meu pai veio de uma família pobre, mas conseguiu mudar a sua realidade socioeconômica por meio dos estudos. Os meus avós, Vitória Neyde e Josué, mais conhecido como Zuza, embora semianalfabetos, vislumbraram na educação uma possibilidade de transformar as vidas de seus filhos.

Assim, o meu pai, que era de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, e que havia estudado em escolas públicas, por ser muito estudioso, conseguiu ser aprovado no vestibular de Medicina da UnB. Conhecer sua determinação e conquista me motivou profundamente,

¹ Inicialmente, foram feitas perguntas de caracterização sobre marcadores sociais, cujas perguntas e respostas foram agregadas e editadas para facilitar a leitura. Nos minutos iniciais da entrevista, conversamos sobre a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fundação Oswaldo Cruz (IFF/Fiocruz) e sobre questões éticas concernentes à participação voluntária e à confidencialidade, que envolvem o consentimento, além de outras exigências do sistema formado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e pelos comitês de ética em pesquisa, o sistema CEP/CONEP. Compreendemos que a ética em pesquisa não se limita aos protocolos requeridos por esse sistema, que ainda se vê ameaçado pela Lei nº 14.874/2024 (Brasil, 2024) e pelo Decreto nº 12.651/2025 (Brasil, 2025), que a regulamentam, legislações que representam um retrocesso na atenção aos direitos dos sujeitos de pesquisa. Entendemos que a ética vai além da técnica, permeando todas as fases da pesquisa por meio de relações construídas entre pesquisadoras/es e interlocutoras/es. O texto aqui apresentado é, aliás, um desdobramento da entrevista original, que foi editada por nós duas. Nossa edição considerou revisões póstumas das interlocutoras acerca das perguntas e respostas de forma a refletir uma construção conjunta dos dados e tornar o conteúdo mais claro e inteligível para leitura.



inspirando-me a valorizar, desde cedo, a educação como caminho de transformação pessoal e social. Essa inspiração foi decisiva para que eu escolhesse me tornar professora e buscar, por meio do ensino, criar oportunidades para outras pessoas, assim como os meus avós e o meu pai fizeram por mim.

Já a minha mãe veio de Floriano, no interior do Piauí. Fez faculdade em Teresina, na capital desse estado. Os dois se conheceram em Brasília durante suas residências médicas. Vou me ater brevemente à história dela, pois é a partir dessa experiência que compreendo como, para além da educação como valor familiar, brotou em mim o desejo de compreender as relações humanas – desejo que, mais tarde, me levou a escolher o curso de Antropologia.

Sou uma mulher branca, herdeira de uma história marcada por encontros e violências: a minha avó materna tinha ascendência africana e o meu avô materno, europeia. Sou fruto dessa junção que reflete a própria formação brasileira – construída sob o signo da colonização, da escravidão e de resistências.

Érica, como foi esse casamento interracial dos seus avós?

Essa é uma história que eu queria resgatar. Meu tio-avô Antônio, que faleceu na pandemia de covid-19, escreveu sobre as nossas origens em uma obra intitulada “Andanças”. Ao lê-la, percebi que há uma história de violência na família – não dita, mas insinuada nas entrelinhas. Intuímos que uma mulher africana e um homem europeu se cruzaram sob condições de violência e desigualdade. É dessa ferida que a minha família veio e é também essa resistência que nos conforma.

A história da minha avó com o meu avô maternos, que eu conheço, reproduz essa marca de violência de gênero, nesse caso, expressa pela traição. A minha avó, Maria Edith, conhecida como Dindinha, se casou com Odin. Em homenagem a ambos, seus dez filhos carregam “Odin” no nome, acrescido da letra “M”, do nome da mãe. A minha mãe, por exemplo, é Odimary. Apesar dessa união expressa na linguagem, na realidade, os dois se separaram após uma infidelidade dele, que mantinha uma outra família, com mais alguns filhos.

Essa ordem patriarcal atravessa, portanto, a minha história, mas também revela a potência das mulheres que me antecedem. A Dindinha, depois de se separar do Odin, sustentou sua casa, educou os filhos, cuidou de alguns irmãos e reinventou o sentido de família. A minha mãe, que se tornou médica, é parte dessa linhagem de mulheres que transformaram dor em luta e legado. É nessa herança que me reconheço: filha e neta de mulheres que abriram espaço para que outras pudessem viver em condições mais justas.



Então, vamos falar um pouco da sua trajetória acadêmica e a sua relação com os seus orientadores. Poderíamos começar resgatando a Érica como orientanda.

Você falou que esta seria sua primeira entrevista com uma docente. Toda docente foi antes uma discente.

Minha trajetória acadêmica é marcada por essa memória que descrevi. O ensino, a pesquisa e a extensão que desenvolvo como professora da UnB refletem o desejo de abrir caminhos – ou de ser mediadora – para que as vozes de pessoas e/ou grupos subalternizados possam ecoar.

Quando estudante, ingressei em Direito na UnB. Naquele momento, o Direito representava uma conquista pessoal e profissional que coroava anos de dedicação aos estudos. Nesse curso, percebi, no entanto, como eu reproduzia conhecimento sem questionar o que era hierarquicamente transmitido.

Assim, decidi mudar de curso, mas não sem antes entregar um trabalho de uma disciplina no qual eu comparava o nosso sistema educacional e o próprio curso de Direito com o processo kafkiano, que nos molda e aprisiona.

No meu percurso, a escolha por seguir na Antropologia foi uma insurgência contra esse modo de aprendizado passivo e reprodutor de conhecimento que ainda mantemos nas escolas e em alguns cursos nas universidades. A Antropologia significava para mim um caminho para refletir sobre o mundo, e não apenas absorvê-lo de modo inerte.

Mas, mesmo nesse curso, percebi como os meus orientadores foram figuras que ainda reproduziram aquele modelo: na graduação, no mestrado e no doutorado fui orientada por figuras masculinas (mesmo que no mestrado a minha orientadora tenha sido uma mulher, ela assume esse papel masculino) que reforçaram uma docilidade que marcou minha formação acadêmica e, de certo modo, atravessou minhas relações sociais, profissionais e pessoais. Isso se refletiu, por exemplo, no meu trabalho, mais especificamente nos meus textos, que teimaram em permanecer na voz passiva, de modo a me manter escondida sob uma capa de imparcialidade e/ou neutralidade.

Os encontros, em diferentes circunstâncias, com três mulheres marcaram um deslocamento no meu modo de estar no mundo e de produzir conhecimento. Gostaria de me concentrar nas contribuições delas para minha carreira: Sônia Maluf, Debora Diniz e Soraya Fleischer.

Essas três figuras, no meu doutorado (como coorientadora), no meu pós-doutorado (como supervisora) e na UnB (como colega e amiga), respectivamente, têm me provocado a me rever no mundo, não apenas como quem olha o passado, mas como quem espreita um futuro (e mesmo um presente) cindido e, mesmo assim ou por isso mesmo, potente. Nesta condição de mulher situada em um espaço-tempo marcado por questionamentos acadêmicos e um sofrimento que passou a me constituir como sujeito após a morte do meu pai, sobre a qual comentarei a seguir, começo a me



reposicionar no trabalho, especificamente nos meus textos, que começaram a ganhar a primeira pessoa do singular, e até mesmo nas minhas relações pessoais. Trata-se de uma desobediência epistêmica: uma reivindicação de uma voz própria, encarnada e localizada.

Assim, a transição de um campo legalista e hermético para um outro mais plural, ancorado nas práticas sociais e nas demandas populares, ampliou os contornos do mundo para mim, mas os encontros com essas três mulheres, que são referências para mim, e a perda do meu pai permitiram que eu mergulhasse neste mundo, com seus sabores e suas dores mais profundas.

E a Érica orientadora? O que você acha que representa a figura de um orientador ou uma orientadora e que tipo de orientadora você é ou busca ser?

Comecei a dar aulas tendo como modelo a Sônia, que organizava rodas de conversa com suas/seus discentes. Ela permitia que as/os estudantes expusessem suas ideias – um modelo muito diferente do que eu havia vivenciado na escola e na faculdade. A Sônia também mantinha (e mantém) uma relação dialógica com suas/seus orientandas/os. Além disso, ela se faz presente nos trabalhos: lê, corrige e comenta, de modo atento e assertivo, os textos, contribuindo efetivamente para o amadurecimento deles.

A Sônia foi a primeira professora que me mostrou que uma relação de orientação pode ser também de afeto, parceria e crescimento mútuo. No meu doutorado, como coorientadora, acolheu-me em um momento difícil, em que a orientação se traduzia em uma relação de poder e sofrimento. Ao compartilhar comigo as angústias que também havia vivenciado em seu doutorado na França, tranquilizou-me e sustentou comigo a defesa do meu trabalho. Até hoje mantemos juntas grupos de trabalho em eventos científicos, publicações conjuntas de livros, capítulos de livros e artigos, além de conversas sobre questões pessoais.

Como professora e orientadora, procuro construir trocas intersubjetivas e horizontais baseadas nesse exemplo de acolhimento e escuta, mesmo com estudantes que não sejam minhas/meus orientandas/os. Procuro estar próxima nas aulas, nas leituras de trabalhos, lendo-os e corrigindo-os atentamente, bem como na realização de projetos de pesquisa e extensão, de forma a coconstruir com elas/eles esse processo formativo.

Essa relação dialógica que construí com a Sônia, como minha coorientadora de doutorado, se manteve também com a Debora, que foi minha supervisora de pós-doutorado. Ela também cultivava uma relação próxima com suas/seus orientandas/os. Vivenciei presencialmente com ela o que está descrito no livro “Carta de uma orientadora” (Diniz, 2012): estivemos juntas em encontros em cafés, na tarefa de bordar o meu tema de pesquisa e em trocas de conhecimento e afeto que persistem ainda hoje. Foi ela, aliás, que me motivou a fazer o concurso para docente na UnB e,



mais recentemente, me apoiou no credenciamento, como professora permanente, no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB.

Tento ser, portanto, uma professora e uma orientadora que compartilha experiências, leituras, bagagens e conteúdos e, ao mesmo tempo, está aberta a ouvir as vivências das/dos discentes. A hierarquia existe e é própria do cargo, mas procuro construir relações marcadas pelo diálogo, com trocas que permitem a construção conjunta do conhecimento.

A Soraya também é referência nesse sentido porque ela consegue aproximar discentes e colegas em conversas que inspiram partilha e confiança. Ela constrói conhecimento coletivamente: o Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CASC), que ela coordena e do qual faço parte como membro, é um exemplo disso. É este caminho que busco seguir: o de uma docência que se faz com escuta, presença e afeto.

Além disso, a Soraya inspirou-me a revisitar o próprio método de investigação da Antropologia, ofício historicamente marcado pela solidão na análise dos dados e na escrita dos resultados: ela propõe não apenas encontros com suas/seus interlocutoras/es, orientandas/os e colegas, como também inova no desenvolvimento de práticas colaborativas, como pesquisas de campo coletivas, diários compartilhados e obras em coautoria.

A Soraya foi especialmente importante para mim após o trauma que vivenciei decorrente das perdas sofridas na pandemia de covid-19. Ela conseguiu vislumbrar nessa falta dolorosa uma ferramenta para a construção de conhecimento.

O livro organizado por ela e pelo Rodrigo Toniol, “E quando a limonada antropológica azeda?” (Toniol & Fleischer, 2023), inspirou-me a assumir o azedo como sabor tão potente quanto o doce – a admitir que a vida e o saber são alimentos que sossegam, mas também desinquietam. Devo a ela os meus agradecimentos por ter me motivado a seguir em um momento em que eu tendia a me recolher e a questionar o meu próprio caminho.

Então, essas três antropólogas – Sônia, Debora e Soraya –, em momentos distintos, tornaram-se referências de professoras e orientadoras que demonstraram, para usar uma expressão de outra antropóloga, Rita Segato, uma “politicidade feminina”: uma capacidade de tecer relações, criar laços e produzir vida e sentido que se contrapõe a uma lógica hegemônica e masculina, marcada pela hierarquia e pela dominação. Com elas e com as mulheres da minha família, aprendi a entrelaçar força e afeto, conhecimento e cuidado na minha própria trajetória.

Eu queria entender um pouquinho essa relação de atuação e docência na Saúde Coletiva, que às vezes é um campo muito marcado hierarquicamente...

Além das hierarquias que enfrentei na minha carreira por questões de gênero, também permeou o meu percurso o etarismo, tanto por eu ser muito nova em relação aos meus orientadores, quando



discente, quanto em relação aos meus colegas, quando docente. Ingressei no magistério aos 29 anos e precisei afirmar minha competência em diversas circunstâncias em um espaço atravessado não apenas por uma lógica que associa autoridade à masculinidade, como também à idade.

Ainda, mesmo sendo uma mulher branca, sofri xenofobia durante o meu doutorado na França por ser estrangeira. Precisei, por exemplo, defender a manutenção das minhas referências do Sul Global em meu trabalho diante da exigência de alguns professores do apagamento desses saberes. Fui igualmente questionada, na condição de brasileira, quanto à minha capacidade de defender uma tese em francês, que não é minha língua materna – defesa que, ao final, foi conduzida com êxito.

No curso de graduação em Saúde Coletiva, no qual sou professora desde 2012, também foi desafiador romper certas assimetrias porque nele, que é interdisciplinar, há uma hierarquia de campos do conhecimento: acredita-se que as Ciências da Saúde ocupem uma posição de superioridade ou proeminência em relação às Ciências Humanas e Sociais. Então, há um desafio epistemológico constante que nos convoca a conversar e mostrar os nossos conhecimentos, metodologias e especificidades em um campo que é pouco aberto para essas sensibilidades. Ao mesmo tempo, considero que eu e minhas/meus colegas temos jogo de cintura para lidar com essas relações de poder e também para construir alianças.

Queria pedir para você narrar cenas que tenham te marcado, tanto na experiência como discente quanto na experiência como docente, que você gostaria de destacar, que você guarde na memória...

Como docente, uma cena que me marcou ocorreu com um estudante de Enfermagem. Depois de uma aula, ele me perguntou: “professora, então, homossexualidade não é doença?”. Eu respondi: “não”. Então, ele falou: “eu tomo remédio para isso porque minha família é evangélica. Eu sofro muito com isso”.

Depois dessa conversa com ele – nós tínhamos lido alguns textos e feito algumas discussões em sala de aula –, resolvi organizar um seminário integrativo, que é um seminário que envolve toda a FCTS, para discutir sobre questões de gênero e sexualidade. Foi um momento do qual participaram não apenas discentes, mas também docentes, os quais puderam revisitar seus preconceitos e reconhecer os direitos da população LGBTQIAPN+.

Esse estudante, particularmente, ficou tão feliz com o que essas discussões proporcionaram que me agradeceu diversas vezes e, em uma ocasião, me presenteou com uma almofada rosa na qual está escrito: “Diva não dorme, descansa a beleza”. Guardo esse presente comigo. Isso me marcou: pensar como uma aula, conversas ou leituras podem transformar vidas ao deslocar uma questão considerada pessoal para a sociedade e sua incapacidade de acolher a diversidade.



Cada orientação é um aprendizado. Já tive orientandas/os de diferentes áreas – da Enfermagem, da Terapia Ocupacional, da Saúde Coletiva, da Antropologia e do Direito. São sempre trocas de conhecimento. Sempre aprendo muito com as/os minhas/meus orientandas/os.

Como é que você percebe essa relação de afetos nas orientações? Que tipo de emoções podem surgir nessas relações?

Acho que a relação de orientação pode ser uma relação de parceria. Não é todo orientador que assume essa perspectiva; não é todo mundo que considera isso como algo a ser seguido, mas eu procuro ser uma orientadora que é também parceira. E nessa relação de orientação, para além de trocas de conhecimento, eu acho que são trocados afetos. Acho que, em determinadas situações, a gente compartilha alegrias e, em outras, dor.

Pensando em afetos e aprendizados, procuro estimular as/os minhas/meus orientandas/os a considerarem suas próprias vivências em seus contextos de pesquisa. Em uma das linhas de pesquisa que desenvolvo, sobre crime e loucura, uma orientanda de doutorado, Beatriz Figueiredo Levy, por exemplo, que faz sua pesquisa em contexto prisional, foi proibida de acessar o manicômio judiciário existente no estado. Ela ficou apreensiva com a impossibilidade de dar continuidade a seu estudo. Argumentei que essa lacuna também é dado de pesquisa, que esses silenciamentos e interdições revelam algo sobre o campo de pesquisa.

Então, angústias também surgem durante as pesquisas. Procuro incentivar que essas questões apareçam nas reflexões e se materializem nos textos, nas dissertações, nas teses e nos artigos, compreendendo que a construção do conhecimento também envolve atravessamentos afetivos e éticos.

Pessoalmente, por exemplo, eu e a minha família perdemos cinco pessoas na pandemia de covid-19, entre elas o meu tio-avô Antônio, a minha avó Neyde e o meu pai. Especialmente a partida do meu pai foi muito dolorosa e ela produziu em mim uma virada ontológica e epistemológica: o mundo se reconfigurou e, com ele, o meu modo de habitá-lo e conhecê-lo.

Nesse momento, afetos emergiram e transbordaram da dor. Precisei colocá-los no papel, deixá-los vir para a escrita e para as minhas outras atividades. Embora em sala de aula, nas orientações e nos meus projetos de pesquisa e extensão eu já compartilhasse a ideia de que o conhecimento é permeado por intersubjetividades e é sempre coconstruído, fui aprendendo isso verdadeiramente por meio das minhas próprias vivências.

Então, como respostas teóricas a essas dores, ainda presentes, e como modos de compartilhar esses afetos no espaço acadêmico, organizei, com as colegas Sônia, Mônica Franch, Luziana da Fonseca Silva, Rosamaria Giatti Carneiro e Ana Paula Müller de Andrade, duas coletâneas, “Antropologias de uma pandemia: políticas locais, Estado, saberes e ciência na covid-19” (Maluf et al., 2024) e “Políticas do sofrimento: saúde mental e subjetivações em tempos pandêmicos”



(Maluf et al., no prelo). Essas obras buscam reconhecer o sofrimento como uma dimensão social da vida, além de articular o conhecimento científico com saberes locais para repensar a governança e as políticas de cuidados nesta e em novas crises sanitárias.

Também desenvolvi um projeto de pesquisa sobre a pandemia, com uma bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado “Saúde pública e direitos humanos: políticas do Estado e estratégias locais de enfrentamento à pandemia de Covid-19”, para refletir sobre seus efeitos, considerando tanto a atuação do Estado – por meio de políticas de saúde, de cuidados, especificamente de cuidados paliativos – quanto as estratégias locais de enfrentamento à covid-19.

Um projeto de extensão, que é também um ato político, que desenvolvi com docentes e discentes foi a criação do Jardim Sentinela (Figura 1), um memorial físico e virtual em homenagem às vítimas da covid-19. O memorial físico está localizado na UnB, entre a L3 e a Colina, ao lado do Posto Policial Militar. É um bosque com 11 mudas de copaíba. O memorial virtual tem página na internet (<http://www.jardimsentinela.com.br/> [Jardim Sentinela, s.d.]) e também tem um perfil no Instagram (Jardim Sentinela [@jardim.sentinela], s.d.). O objetivo desse projeto é ressignificar simbolicamente as vidas perdidas na pandemia.



Figura 1. Resignificando vidas – Jardim Sentinela/UnB. Fotos: Giovana Barros (extensionista do projeto Jardim Sentinela) e Ivia Maksud (2025).



Finalmente, também estou dirigindo o filme “Nós nunca esqueceremos”, que está em fase de edição, com enlutadas/os sobre morte, luto e memória. Sua realização pode ser acompanhada pelo perfil no Instagram: Nós Nunca Esqueceremos [@nos.nunca.esqueceremos] (s.d.).

A minha vida profissional foi se conformando entremeada pelos fragmentos que me constituíram na minha vida pessoal. A dor e a empatia têm sido caminhos de autotransformação e também de reflexão epistemológica. Os afetos mostraram-se uma ferramenta de transformação profissional e pessoal: eles têm transparecido como possibilidades de reconexão com o mundo.

Nesse movimento, a perspectiva do feminino, entendida não apenas como uma categoria de gênero, mas como uma forma de relação com o mundo, tem aberto caminho para reflexões e práticas mais coletivas, inclusivas e igualitárias. A feminilização pode ser compreendida como um processo que tensiona estruturas hierárquicas, propondo valores ligados ao cuidado e à solidariedade, fundamentais para a efetivação dos direitos humanos, uma abordagem que tenho adotado como professora no curso de graduação em Saúde Coletiva e no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB. Essa perspectiva busca ampliar o olhar sobre as minorias, colocando em evidência experiências historicamente silenciadas e valorizando modos de vida que desafiam a lógica excludente dominante.

Tem sido um processo me rever e reposicionar. O luto, essa vivência no gerúndio, vem me acompanhando e permitindo que eu me reencontre profissional e pessoalmente, reconhecendo no cotidiano – nas práticas acadêmicas, políticas e afetivas – a potência de transformar relações de poder e promover um horizonte de equidade nas relações que mantenho.

Sobretudo no campo da Saúde Coletiva que eu acho que é um campo que já mudou muito, mas ainda é muito refratário à escrita das Ciências Sociais...

Quando dou aulas sobre métodos de pesquisa qualitativa e falo sobre a possibilidade da escrita em primeira pessoa do singular, percebo que há muita resistência na FCTS, que é uma faculdade de Ciências da Saúde. Neste semestre, por exemplo, um estudante levantou a mão e perguntou: “professora, posso continuar a escrever na voz passiva ou na primeira pessoa do plural, como em ‘nós observamos’ ou ‘nós constatamos’? Acho muito estranho escrever ‘eu observei’ ou ‘eu constatei’”. Respondi: “a busca por uma suposta imparcialidade é também uma escolha. A neutralidade no/do conhecimento científico é uma ficção. Você pode escrever na voz passiva ou na primeira pessoa do plural, mas saiba que essa é igualmente uma escolha”. Esse é um desafio também no campo da Saúde Coletiva.



Tenho que confessar que, para mim, tendo naturalizado essa relação de ensino-aprendizado muito hierárquica – porque, como mencionei, estudei em escolas que treinavam para o vestibular e reproduzi por muitos anos essa prática –, mudar também o meu posicionamento na relação com os outros e comigo mesma – no meu modo de escrever, por exemplo – ainda é um desafio. Compartilhar saberes, e não apenas transmitir e reproduzir um conhecimento, é um exercício de aprendizado constante.

O artigo “Cartografias em confluências: afetividades emergentes do encontro com a loucura em conflito com a lei” (Quinaglia Silva, 2023), que escrevi para o dossiê organizado por você e pela Jaqueline Ferreira na revista Saúde e Sociedade sobre “Ética e campos sensíveis de pesquisa: afetos, subjetividades e emoções em cena”, e o capítulo “As lutas, o luto: notas sobre o adoecimento, o sofrimento e a morte na pandemia de covid-19”, que será publicado no livro que estou organizando com a Sônia e a Ana Paula sobre “Políticas do sofrimento”, citado anteriormente, foram algumas das minhas últimas contribuições nas quais consegui me situar no texto.

Essa mudança no meu processo formativo, cuja perspectiva me foi oferecida pela Antropologia e pelas vivências que mencionei, representa uma quebra de paradigmas, uma outra leitura do mundo, ainda em construção.

Para finalizarmos, você poderia falar um pouquinho dos espaços que existem ou não existem na universidade para conversar sobre orientação, para apoiar estudantes ou docentes?

Conheço alguns espaços. Na FCTS, há a Coordenação de Articulação da Comunidade Educativa (CoEduca) e a Diretoria de Desenvolvimento Social/Assistência Estudantil (DDS/Assistência Estudantil). A CoEduca implementa ações de prevenção e promoção da saúde e apoio psicossocial no *campus*. A DDS/Assistência Estudantil busca garantir condições de permanência para estudantes em situações de vulnerabilidade. A CoEduca trabalha em rede com outras coordenações da Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU). Na UnB, como um todo, a DASU coordena políticas de atenção à saúde e à qualidade de vida da comunidade universitária.

Tive mais conhecimento sobre a oferta desses serviços durante a pandemia de covid-19 porque foi formado um Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19, e eu fiz parte de um grupo de trabalho de atenção à saúde mental para pensar os efeitos da pandemia sobre a comunidade acadêmica de estudantes, docentes e também técnicas/os. Implementamos diversas ações naquele momento. Organizamos um bate-papo literário, que eram grupos *online* de discussão de



textos de literatura para minimizar o sofrimento gerado pela pandemia. Nesse mesmo sentido, o projeto “Em Cena” era um cine-debate no qual discutíamos filmes de modo a ressignificar a tragédia que vivenciamos. Uma outra frente de trabalho com a qual eu me envolvi foi de redação de cartas para profissionais que estavam na linha de frente, não só profissionais da saúde, mas também coveiros, pessoas que trabalhavam com limpeza urbana, entre outras. Escrevíamos e revisávamos cartas solidárias que recebíamos destinadas a essas pessoas. O jornal local Correio Braziliense chegou a publicar algumas dessas cartas para torná-las acessíveis. A DASU acolheu muitas/os estudantes nessa época.

Acho que tinha que ter mais programas nesse sentido. Sinto falta de mais iniciativas voltadas para docentes também. Como mencionei, passei por essa situação de perdas múltiplas na pandemia de covid-19 e sei que muitas outras pessoas passaram por situações semelhantes.

A própria atuação do Estado na oferta de políticas públicas voltadas à reparação e à memória em atenção às pessoas em luto decorrente da pandemia foi (e é) deficitária. Tenho o privilégio de poder arcar com uma terapia, mas existem muitas pessoas que não podem pagar por um serviço particular. Senti-me desamparada e considero que a população em geral ainda se sente desamparada diante dos efeitos prolongados da covid-19. As minhas iniciativas no ensino, na pesquisa e na extensão tentam transformar essa dor em ato político ao criar espaços de elaboração coletiva do luto e de resistência ao apagamento promovido pelo Estado.

Você poderia escrever mais sobre isso! Eu queria saber se você gostaria de comentar algo que eu não tenha perguntado.

Acho inovador pensar como nossas vivências podem gerar pesquisas, como a que você está fazendo. Para mim, essa conversa foi uma sublimação. Permitiu-me voltar ao passado e repensar minha trajetória. Especialmente sua pesquisa é bem interessante e importante para que tentemos construir relações mais saudáveis, com menos sofrimento – porque existe muito sofrimento, muito adoecimento – no ambiente acadêmico. Então, acho que é importante refletir sobre isso. Parabéns pelo trabalho! E obrigada pelo convite!

Eu te agradeço muito, em meu nome e no de Carla (Guedes) também. Agradeço pela disponibilidade, desde a primeira vez, pela possibilidade de conhecer de perto a FCTS, de conhecer o teu universo de trabalho e a tua história. Essa conversa não se encerra aqui...²

² Nota para leitoras/es: após a entrevista, Érica me levou ao memorial físico do Jardim Sentinela, construído em homenagem às vítimas da covid-19, um dos projetos idealizados por ela e que foi construído coletivamente.



Referências

- Brasil. (2024). Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024: Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14874.htm
- Brasil. (2025). Decreto nº 12.651, de 7 de outubro de 2025: Regulamenta a Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12651.htm
- Diniz, D. (2012). *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. LetrasLivres.
- Jardim Sentinela. (s.d.). *Memorial em homenagem às vítimas da covid-19*. <https://www.jardimsentinela.com.br>
- Jardim Sentinela [@jardim.sentinela]. (s.d.). Instagram. <https://www.instagram.com/jardim.sentinela/>
- Maluf, S. W., Franch, M., Silva, L. M. da F., Carneiro, R. G., & Quinaglia Silva, É. (Orgs.). (2024). *Antropologias de uma pandemia: políticas locais, Estado, saberes e ciência na covid-19* (Vol. 1). Edições do Bosque.
- Maluf, S. W., Andrade, A. P. M. de, & Quinaglia Silva, É. (Orgs.). (no prelo). *Políticas do sofrimento: saúde mental e subjetivações em tempos pandêmicos*. Editora da UFSC.
- Nós Nunca Esqueceremos [@nos.nunca.esqueceremos]. (s.d.). Instagram. <https://www.instagram.com/nos.nunca.esqueceremos>
- Quinaglia Silva, É. (2023). Cartografias em confluências: afetividades emergentes do encontro com a loucura em conflito com a lei. *Saúde e Sociedade*, 32(4), e230453pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230453pt>
- Toniol, R., & Fleischer, S. (2023). *E quando a limonada antropológica azeda?* Zouk.

RESUMOS DE TESES
E DISSERTAÇÕES

Regime de verdade judicial sobre os corpos negros



Fernando Nascimento dos Santos



Tese de doutorado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania,
Universidade de Brasília, Brasília, 2023

A tese investiga como se constituíram e como operam os regimes de verdade aplicáveis aos corpos negros, independentemente das diversas posições que eles ocupam nas práticas judiciais de verificação, partindo de duas constatações: o corpo negro como uma exceção ao regime de aplicação concreta dos direitos humanos, de sua desumanização, e o reconhecimento no cotidiano de que o corpo negro recebe um tratamento diferenciado quando está diante da porta da justiça, o que se assemelha ao tratamento recebido durante a escravidão pela maioria negra. Aprofunda-se esse debate observando as lógicas de produção das provas, ou os regimes de verdade, tema presente em diversos ramos do Direito, mas especialmente no pensamento foucaultiano. A hipótese central dessa investigação é de que os regimes racializados de produção da verdade sobre os corpos negros reatualizam a colonialidade do direito e dos sistemas de justiça. Nos capítulos iniciais, são apresentadas as categorias conceituais fundamentais para o desenrolar da pesquisa. Para tanto, são articuladas as principais categorias foucaultianas, quais sejam: a relação poder-saber, o discurso, a subjetividade, o dispositivo e os regimes de verdade/jogos de verdade. Tais noções são revisadas sob a perspectiva dos estudos raciais, com destaque para Sueli Carneiro, a qual inscreveu a problemática racial no campo analítico dos conceitos de dispositivo e do biopoder, apresentando o “dispositivo de racialidade”. Essa perspectiva crítico-racial prossegue no terceiro capítulo, que situa a branquidade do poder no contexto dos regimes de verdade judicial. No quarto capítulo, o regime de verdade judicial é pensado a partir de uma crítica à tradição dogmático-formalista, traçando-se as especificidades da prática discursiva dos juristas, os marcos referenciais da produção da verdade judicial e as condições de possibilidades do dizer verdadeiro no campo jurídico. A partir das noções gerais e da compreensão



do papel da dogmática na racialização dos regimes de verdade, o capítulo cinco apresenta a emergência da legislação simbólica antiescravista, as características do poder judicial no período oitocentista e o funcionamento da justiça de conveniência no julgamento dos corpos negros, abordando os dilemas em torno da prova da posse da liberdade vivenciados pelo “negro-autor” de ações cíveis de liberdade e de escravidão, pelo “negro-vítima” nas ações de crimes de redução de pessoa livre à escravidão e pelo “negro-réu” nas ações penais de crimes praticados pelos escravos, que caracterizou um “direito penal de exceção”. Por fim, o último capítulo aborda como, apesar de todo refinamento teórico dos juristas dogmáticos acerca da verdade judicial, da produção da prova e dos marcos referenciais que garantiriam um processo “justo”, as práticas judiciais reatualizam a colonialidade do direito e dos sistemas de justiça. Para entender os traços dessa racialidade, o “negro-réu” é analisado sob a ótica da seletividade racial. A parte final desse capítulo se dedica à apresentação dos resultados da pesquisa exploratória e ao estudo de casos das práticas judiciais do Distrito Federal que têm em comum o julgamento de corpos negros. Para tanto, investigam-se as ações de crime de racismo e injúria racial em que o “negro-vítima”, representado pelo Ministério Público, busca a responsabilização penal do ofensor e a indenização pelos danos morais e, numa análise transversal, apresentam-se as dinâmicas das ações cíveis e trabalhistas autônomas de reparação de danos morais ajuizadas pelas próprias vítimas.



Além dos muros: democratização do conhecimento e universidades federais brasileiras



Jessica Louza Pereira



Tese de doutorado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2025

As universidades públicas brasileiras constituem importantes centros de produção de conhecimento. No entanto, ainda parecem existir obstáculos para que esse conhecimento chegue à sociedade. Nesse sentido, a partir da pergunta-síntese – quais os limites e as possibilidades das iniciativas de democratização do conhecimento realizadas por universidades federais brasileiras? –, esta pesquisa objetiva descrever e analisar como cinco universidades federais brasileiras mais recentes, uma de cada região do país, com planos de desenvolvimento institucionais (PDI) vigentes em 2023, têm realizado a democratização do conhecimento, a fim de apontar limites e possibilidades acerca dessas iniciativas. Desenvolvemos, à luz do aporte teórico e metodológico dialético histórico-estrutural (Demo, 1995), esta pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, descritiva e explicativa. Trata-se também de um estudo de casos múltiplos (Yin, 2001). Para levantamento dos dados, realizamos uma triangulação (Flick, 2009) em que as técnicas utilizadas foram pesquisa bibliográfica, revisão de literatura inspirada nos princípios da revisão sistemática de literatura, pesquisa documental, realização de entrevistas semiestruturadas, bem como o envio de questionários por meio do Fala.BR para membros das áreas de comunicação institucional e das pró-reitorias de extensão de cinco universidades federais – Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Os dados foram examinados à luz da análise temática reflexiva (Braun; Clarke, 2006; 2019). Os resultados revelam uma convergência: a democratização do



conhecimento é reconhecida como importante por todos os respondentes e consta nos PDI das universidades pesquisadas. Entretanto, identificamos que as iniciativas a seu respeito são ainda incipientes, sobretudo na extensão universitária, área de grande potencial para sua expansão. As ações em curso estão ainda predominantemente centradas na divulgação científica, portanto distantes do ideal da comunicação pública da ciência. Essas instituições enfrentam diversos limites estruturais à consolidação e à expansão dessas iniciativas, com destaque para a falta de recursos financeiros e a de pessoal, a qual foi agravada pelo Decreto nº 10.185/2019 (Brasil, 2019). Apesar disso, identificamos que as universidades públicas brasileiras ainda dispõem de possibilidades para a ampliação de suas iniciativas de democratização do conhecimento. Para tanto, sua atuação precisa acontecer em rede, de forma colaborativa, dialógica, participativa e institucionalizada, bem como ancorada em política pública federal que valorize e incentive essas iniciativas.



Para além da instrução: por uma alfabetização autoral que rompa com a alfabetização domesticadora na garantia do direito humano à educação



Luciana Nogueira da Silva



Tese de doutorado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania,
Universidade de Brasília, Brasília, 2025

A referida tese de doutorado tem como objetivo analisar as especificidades de uma alfabetização domesticadora que, em contraposição a uma alfabetização autoral, pouco contribui para a autoria do aluno e compromete o seu desenvolvimento educacional e a garantia do direito à educação no escopo dos direitos humanos. Para o desenvolvimento desta pesquisa, fez-se necessário construir duas categorias importantes de análise, a partir da pesquisa bibliográfica: a de alfabetização autoral, embasada na teoria da autoria, de Pedro Demo (2015), e a de alfabetização domesticadora, fundamentada na teoria da docilização e do controle dos corpos, de Michel Foucault (1999). O referencial metodológico apresentou como abordagem a pesquisa qualitativa e como técnicas e métodos a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a pesquisa participante, a observação participante e a entrevista aberta. O campo de pesquisa é composto por nove turmas de três escolas da rede municipal de educação de Campos Belos, Goiás, de modo a identificar e entender as práticas que se aproximam e se distanciam da perspectiva autoral. Os achados desta pesquisa levam ao entendimento de que a alfabetização autoral não centra suas aulas em textos cartilhescos, abominando a cópia e a reprodução de modelos. Ao invés disso, estimula a criação, a autoria e a reconstrução do conhecimento, trazendo para o conteúdo dos textos temas relacionados à inclusão do pobre, ao combate ao racismo, ao enfrentamento à desigualdade de gênero, bem como demais temas inerentes aos direitos humanos. Além disso, por ser autoral na forma e no conteúdo, considera prioritário o direito de aprender de todas as crianças, de modo a garantir condições reais para que elas possam se desenvolver e participar no mundo por meio da escrita autoral.



Disputas entre projetos na política de assistência social no Brasil: um estudo nos espaços participativos nacionais entre 2016 e 2022



Maria Cristina Abreu Martins de Lima



Tese de doutorado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2025

Esta tese tem como objeto de investigação as disputas entre projetos na política de assistência social no Brasil durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. As questões centrais que orientaram o estudo foram: quais os principais temas que mobilizaram os atores participativos nos espaços nacionais no período entre 2016 e 2022? Quais foram os projetos políticos em disputa e como podem ser descritos? Que elementos da cultura política da assistência social se manifestaram nesse período? Trata-se de uma pesquisa de tipo qualitativo que teve como etapa preliminar uma revisão histórica para contextualizar a gênese e o desenvolvimento dessa política pública no Brasil, destacando transformações culturais que influenciaram seu percurso. Pesquisa documental e análise de discurso de 17 entrevistas com atores e atrizes do campo participativo nacional da política de assistência social permitiram identificar e descrever o avanço de um projeto neoliberal e conservador em três fases distintas: “ponte para o passado” (2016 a 2018) – caracterizada por uma ruptura com as conquistas anteriores e um retorno às práticas e às ideias do passado; “improviso bruto” (2019-2020) – marcada por ações de desestruturação na política pública; e “assistência sem compromissos” (2021-2022) – fase em que se consolidou a desresponsabilização do Estado com relação às garantias socioassistenciais. Ao longo do estudo, foram analisados os acontecimentos no campo da assistência social e as performances dos atores envolvidos nos embates frente às transformações no direito socioassistencial, no que diz respeito a financiamento, programas, serviços e benefícios, bem como à participação social nos espaços deliberativos nacionais durante os dois governos. Ao final, a tese apresenta uma tipologia dos projetos para a assistência social que



disputaram hegemonia no Brasil a partir do marco cultural e normativo estabelecido pela Constituição de 1988. Essa tipologia propõe critério explicativo baseado na relação desses projetos com a garantia de direitos e o respeito à participação social. Esses elementos são expressões da gramática dos direitos humanos em sua vertente crítica e contemporânea, utilizados aqui para tornar mais compreensíveis os projetos em disputa no campo da assistência social, sob a ótica da cultura política.



Silêncio perpétuo? Anistia e transição política no Brasil (República Velha e Era Vargas)



Mauro Almeida Noletto



Tese de doutorado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2024

A tradição de conciliação via anistia tem prevalecido no Brasil desde os primórdios da nacionalidade e se mostrou ainda mais presente ao longo de todo o período republicano, desempenhando papel importante nas “aberturas”, isto é, nas transições para os regimes de restauração da constitucionalidade democrática. Mas há muito silêncio sobre como se deu a fixação dessa tradição na rotina institucional e política. As anistias parecem ter conseguido, pelo menos parcialmente, promover um duplo silenciamento: dos crimes abrangidos pelo seu comando de esquecimento e dos próprios fatos e circunstâncias políticas que determinaram as sucessivas edições da medida ao longo da história republicana. No entanto, a concessão da medida nem sempre conseguiu, de fato, impedir a irrupção de novos surtos de violência política, insurreições e até mesmo golpes de Estado. Ao contrário, pode ter contribuído para a manutenção desse quadro latente de ruptura institucional. Por outro lado, a promessa de esquecimento dos crimes anistiados também não foi cumprida à risca, como demonstra a luta por direitos de reparação ou restituição de *status* civil e militar de muitos grupos de anistiados durante todo o período republicano. A tradição conciliatória, em que as anistias se inserem, por muitas vezes silenciou as vozes dissonantes, bem como as críticas aos abusos e distorções cometidos com o emprego concreto da medida e a sua relação essencial com o “estado de exceção” e com a impunidade dos abusos da repressão, tudo em nome de um uso idealizado e exemplar, em que a anistia é vista como instrumento (mágico) de pacificação pelo silenciamento das disputas passadas. A hipótese aqui aventada é a de que, ao comandar reiterada e sucessivamente o esquecimento de um passado de conflitos políticos e de repressão violenta (os “crimes conexos”), as anistias editadas em momentos de transição de regimes no Brasil acabaram por acomodar e



camuflar a presença (ou a ameaça) da exceção e do arbítrio na ordem constitucional ao longo do tempo, naturalizando tanto o uso da violência para a tomada do poder, quanto a repressão política de exceção aos “inimigos” do Estado. Mas, ao criar restrições, condições e exclusões, de modo a satisfazer interesses políticos dos regimes de força, as anistias de transição entram em contradição com o seu sentido comum, o esquecimento (silêncio perpétuo) e até mesmo a conciliação.



Benedita da Silva: caminhos de uma mulher negra e favelada na luta por direitos humanos no Brasil



Rayane Cristina de Andrade Gomes



Tese de doutorado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania,
Universidade de Brasília, Brasília, 2024

A presente tese narra o caminho de Benedita da Silva como mulher negra e da favela e seu papel protagonista na luta por direitos humanos no Brasil. A partir da abordagem qualitativa, com aproximação biográfica narrativa-interpretativa, lastreada em levantamento documental, falo de uma “mulher do fim do mundo” que navega nos mares de uma democracia hegemonicamente branca e masculina, assumindo o amor e a fé como motores de sua ação na luta pelo justo. O texto se filia teoricamente ao feminismo negro como escola do pensamento e mobiliza majoritariamente esses diálogos na construção de seu marco teórico. O desenho de estudo visa a contribuir para o debate acadêmico de visibilização do legado das mulheres negras brasileiras como decisivas na busca por dignidade, a partir dessa vivência única e coletiva que se exprime em Benedita da Silva, a Bené. A tese é dividida em quatro períodos distintos da sua vida política, cada um relacionado a momentos cruciais da história do Brasil. Cada período é analisado, apontando as relações entre racismo, patriarcado e classe na construção da identidade dessa protagonista e de sua prática militante. Além disso, a pesquisa investiga as estratégias adotadas por Benedita em sua atuação política para promover os direitos humanos e os desafios enfrentados por mulheres negras na política brasileira. O texto analisa sua produção legislativa em direitos humanos, assim como seus pronunciamentos na temática. Compreendi, no processo de investigação, que não podemos enxergá-la apenas como uma constituinte que fez história há 35 anos, pois seu ensinamento é profundo: não desistir de defender as coisas mais belas. Ela segue rompendo paradigmas; segue transformando profundamente a construção política nacional. Bené puxa o horizonte dos direitos humanos mais perto dos seus, do povo trabalhador brasileiro. Ela não é passado. Bené é presente, é futuro ancestral – como ensina Ailton Krenak.



Descolonizando e rondando o direito desde a América Latina: experiências com as rondas campesinas no Peru e as rondas comunales no México



Shyrley Tatiana Peña Aymara



Tese de doutorado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2025

O objetivo desta tese de doutorado é comparar as formas de organização política e epistêmica das rondas campesinas em Puno (Peru) e das rondas comunais em Michoacán (México) e, com isso, contribuir para os estudos transdisciplinares sobre a descolonização do direito na América Latina. O primeiro capítulo discute o potencial e os limites do estudo decolonial latino-americano como uma corrente teórica e prática que surgiu na região. Também, apresentam-se teorias críticas dos direitos humanos, como a Tradição Ibero-Americana de Direitos Humanos (TIDH) e a descolonização na corrente brasileira de O Direito Achado na Rua (ODANR). O segundo capítulo narra a (des)construção metodológica utilizada nesta pesquisa qualitativa, que emprega a autoetnografia reflexivo-narrativa para guiar a narrativa, juntamente com o uso de entrevistas semiestruturadas e a valorização do poder da palavra nos mundos ronderos. O terceiro capítulo analisa os resultados obtidos após a comparação das semelhanças e diferenças entre as rondas campesinas peruanas e as rondas comunais mexicanas. Com isso, os caminhos descolonizadores do direito são projetados graças a uma ampla compreensão de suas identidades, marcadas por insurgências epistêmicas, memória coletiva rondera, assim como pela relação com o Estado e o bem-viver como uma forma de alcançar a justiça entre os povos.



“O mar não tem patrão”: controle social e criminalização no território quilombola das águas (Graciosa/BA)



Andréa Souza Bomfim



Dissertação de mestrado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2025

A pesquisa analisa os processos de criminalização e controle social em contexto de conflito territorial envolvendo agentes do hidronegócio, do Estado e a comunidade quilombola e pesqueira de Graciosa (Taperoá, Bahia), localizada na região do Baixo Sul. Desse modo, aponta como a expropriação do território quilombola é garantida por um conjunto de criminalizações motivadas por empreendimentos do hidronegócio, impedindo o direito de autodeterminação do quilombo pesqueiro e o uso material e imaterial do território, impactando na efetivação de conquistas de direitos. Por fim, também investiga os mecanismos de controle social utilizados pelo hidronegócio que acarretam tanto a morte material desses povos, apresentados através da restrição ao trabalho, da subsistência, da moradia e da expropriação do território, como também a morte imaterial, apresentada na destruição da memória, dos saberes, da cultura, da religião e do lazer.



Educação em e para os direitos humanos: a construção da cidadania a partir do método controversial de Abraham Magendzo



Daniele Silva da Silva Gonzalez



Dissertação de mestrado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2025

Este estudo objetiva o aprofundamento e a aplicação do método controversial de Abraham Magendzo, partindo de uma perspectiva crítica de direitos humanos (DH) e de educação em e para os direitos humanos (EDH). O objetivo geral da pesquisa é investigar a abordagem metodológica controversial de Abraham Magendzo, tendo em vista compreender os limites e as possibilidades desta abordagem junto a estudantes de graduação de uma universidade pública do Distrito Federal. Além disso, a pesquisa possui como objetivos específicos investigar a relação entre a abordagem metodológica controversial de Abraham Magendzo e a teoria crítica dos direitos humanos; compreender a abordagem pedagógica controversial em educação em direitos humanos proposta por Magendzo, articulada às contribuições de outros autores da área; e realizar discussões sobre temas controversiais propostos pelo autor junto aos estudantes de graduação de uma universidade pública do Distrito Federal. Trata-se de uma pesquisa-ação (Thiollent, 2014; Tripp, 2005), implementada por meio de quatro oficinas pedagógicas de direitos humanos, utilizando o método controversial de Abraham Magendzo. Os resultados obtidos nas oficinas revelaram que os/as estudantes foram assimilando gradativamente o método, criando um ambiente cordial e empático, com uma escuta ativa, de modo a configurar um perfil de educação democrática.



Direito à alimentação em pretuguês: a práxis das coordenadoras do MTST nas cozinhas solidárias do Distrito Federal



Ingrid Gomes Martins

Dissertação de mestrado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2023

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa realizada sobre as práticas e os saberes das coordenadoras do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) para a promoção do direito humano a alimentação e nutrição adequadas (DHANA). Como lócus de pesquisa, foram eleitas as Cozinhas Solidárias do MTST-DF, tecnologias sociais de distribuição de almoços gratuitos e de realização de atividades comunitárias de cuidado. Para tanto, foram investigadas as percepções das mulheres sem teto sobre as influências de gênero, raça e classe na vivência da fome, bem como sobre sua permeabilidade nas políticas públicas de promoção de segurança alimentar e nutricional. Neste trabalho, o MTST emerge como sujeito coletivo de direitos (Sousa Junior, 2011) e é representado pela maioria social que se organiza no movimento: mulheres negras, mães, avós, trabalhadoras do cuidado e trabalhadoras desempregadas ou informais. A partir da negação dos pressupostos materiais e imateriais para a fruição de vida digna pelas mulheres negras periféricas, sua organização e a luta social para conquistá-los são dotadas de capacidade instituinte de direitos. Uma vez que há prevalência da fome em famílias chefiadas por mulheres negras e estas também se consolidam como linha de frente da referida iniciativa comunitária para combatê-la, propõe-se observar a agência afrodiaspórica dessas sujeitas na construção dos direitos humanos, a partir da categoria de amefricanidade, de Lélia Gonzalez (1988), e da proposta epistemológica de traduzir direitos humanos em pretuguês, de Thula Pires (2017). O ponto de chegada da referida dissertação é a proposta de tradução do direito humano a alimentação e nutrição adequadas em pretuguês a partir do protagonismo social das coordenadoras do MTST no Distrito Federal.



Decidindo sobre as “outras” em audiências de custódia: o perfil das custodiadas e dos atores e atrizes judiciais na Bahia



Lorena Pacheco Brandão



Dissertação de mestrado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2024

Utilizando a interseccionalidade como aporte teórico e instrumental teórico-metodológico, considerando a metodologia interseccional através da abordagem categorial, a presente pesquisa produziu análise qualitativa das audiências de custódia na Comarca de Salvador (Bahia), em que mulheres figuravam enquanto flagranteadas, dando ênfase à descrição dos perfis sociorraciais e de gênero das flagranteadas e dos/as atores/atrizes judiciais. A partir da etnografia do ambiente, o objetivo do trabalho foi responder se as diferenças entre perfis raciais de mulheres flagranteadas e dos/as atores/atrizes judiciais produzem discrepâncias nas decisões das audiências de custódia. Em sequência, foi realizada a análise do discurso nos autos de prisão em flagrante e das atas das audiências, visando explorar os ditos e não ditos desses documentos oficiais. Como resultados preliminares, foi possível confirmar que os perfis dos/as atores/atrizes judiciais e das custodiadas são, em regra, opostos e que, além de essas discrepâncias interferirem no tratamento dispensado às custodiadas, produz uma criminalização prévia em determinadas corporalidades.



Deslocamentos simbólicos: as narrativas (auto)biográficas e as marcas do processo de (in)visibilidade dos sujeitos em movimento



Marisa Guimarães Leite

Dissertação de mestrado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2025

A escrita está pautada na observação e na inquietação que envolvem a (in)visibilidade de sujeitos-migrantes e as perspectivas de narrativas (auto)biográficas possibilitarem a compreensão do processo de visibilidade dessa população. A partir da observação urbana, identifica a relação entre o olhado e o não visto, entre o ouvido e o não escutado no contexto social, considerando que o reconhecimento da dignidade humana e o respeito aos direitos iguais e inalienáveis são o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Evidencia o não lugar como um lugar de passagem, onde encontram-se os sujeitos-migrantes. Debruça-se sobre a expressividade informativa, sensorial e linguística das narrativas (auto)biográficas deste sujeito distanciado de suas origens, de sua cultura e que conecta sua vida a uma realidade permeada por deslocamentos constantes. A partir do atravessamento social e histórico e da inscrição do sujeito no mundo contemporâneo, evidencia as narrativas (auto)biográficas desses narradores em deslocamentos territoriais e simbólicos, em suas narrativas (auto)biográficas. É nesta contemporaneidade que está este sujeito num mundo de fronteiras líquidas, nem sempre fixas ou estáveis. A escrita volta-se para o fenômeno contemporâneo de sujeitos em processo migratório ao rastrear as diferentes marcas que emergem nas histórias de vida do sujeito, e, sob a perspectiva ativista, propõe (inter)ferir artisticamente e socialmente nesses processos de visibilização e ocupação espacial no mundo contemporâneo.



“Perifa” chegou: o *funk* como recurso de empoderamento e transformação da realidade para mulheres negras no DF



Thayane Gabriele Oliveira Lima

Dissertação de mestrado | Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2025

A história de mulheres negras, contada muitas vezes a partir de uma ótica machista, racista e classista, subalterniza esses corpos e os silencia. É a partir da metodologia de escrevivência, de Conceição Evaristo, e com uma abordagem interseccional que esse trabalho é construído. A proposta de falar sobre mulheres negras a partir de mulheres negras do Distrito Federal pertencentes à cena do *funk* periférico possibilita que outras narrativas sejam visibilizadas, e o discurso seja feito de forma mais coerente e articulado às suas experiências, nos possibilitando enxergar e escutar o que essas mulheres negras têm a dizer a partir de sua própria realidade. Esse trabalho busca conhecer e analisar em que medida a cultura periférica do *funk* se torna um agente de transformação de realidade (ou não), para mulheres negras que residem na capital do Brasil. Com a lente teórica qualitativa, fazemos referência à escrevivência como parte importante do exercício de narrativas autobiográficas, e trabalhamos com conceitos como o de interseccionalidade, de Kimberle Crenshaw e Carla Akotirene, e o de posicionalidade, de Patrícia Hill Collins, na intenção de construir um diálogo mais representativo da realidade dada a conhecer por essas mulheres funkeiras. Outra característica muito importante desse trabalho é o uso do conceito de coparticipantes de pesquisa, e não de sujeitos de pesquisa, conforme Filice e Carnaúba (2019), numa perspectiva antirracista e antissexista. Construir todo o trabalho juntamente com aquelas que fazem parte dele no momento da devolutiva se alinha à intenção de atuarmos numa via de mão dupla, em que os dois lados da pesquisa possam estar confortáveis e se sentir representados com os escritos presentes nesta produção.



REP

REVISTA ÉTICA NA PESQUISA EM
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS